



CO-GESTÃO DAS PESCAS EM MOÇAMBIQUE

LIÇÕES APRENDIDAS DO PROJECTO DA
PESCA ARTESANAL E DE ADAPTAÇÃO
ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS (FISHCC)

2015–2019

CO-GESTÃO DAS PESCAS EM MOÇAMBIQUE

**LIÇÕES APRENDIDAS DO PROJECTO DA
PESCA ARTESANAL E DE ADAPTAÇÃO ÀS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS (FISHCC)**

2015–2019

©2019 International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank
1818 H Street NW
Washington DC 20433
+1 202-473-1000
www.worldbank.org

O presente trabalho é um produto desenvolvido pela equipa do Banco Mundial com contribuições externas. Os resultados, interpretações e conclusões expressas neste trabalho não reflectem necessariamente as opiniões do Banco Mundial, do seu Conselho de Administradores Executivos ou dos governos que representam. O Banco Mundial não garante a precisão dos dados incluídos neste trabalho. As delimitações, cores, denominações

e outras informações contidas em qualquer mapa deste trabalho não implicam qualquer juízo por parte do Banco Mundial sobre o estatuto jurídico de qualquer território ou o endosso ou aceitação dessas delimitações. Nada aqui contido deverá constituir ou ser considerado como limitação ou dispensa dos privilégios e imunidades do Banco Mundial, todos os quais são especificamente reservados. Quaisquer questões sobre direitos e licenças, incluindo direitos subsidiários, devem ser endereçadas a:

Publishing and Knowledge Division,
The World Bank Group,
1818 H Street NW, Washington, DC 20433, USA;
fax: 202-522-2625;
pubrights@worldbank.org

Índice

Resumo Executivo	8
Objectivo do Relatório e sua Preparação	8
Concepção do Projecto FishCC	8
Realizações e Desafios	10
Lições Cruciais	14
1. Co-Gestão das Pescas em Moçambique	20
1.1. Contexto Nacional	20
1.2. Visão Geral do Subsector da Pesca Marinha Artesanal	21
1.3. Evolução da Co-Gestão das Pescas, 1995-2015	24
1.4. Iniciativas de ONGs para a Co-Gestão das Pescas	30
1.5. Reestruturação do Ministério Pós-2015	31
1.6. Quadro Legal para a Designação das áreas de Gestão Comunitária*	33
2. Antecedentes, Abordagem e Metodologia do FishCC	39
2.1. Antecedentes, Objectivos e Estrutura do FishCC	39
2.2. Metodologia da Abordagem Fish Forever e Implementação do FishCC	47 47
3. Realizações e desafios do projecto FishCC	58
3.1. Desempenho Global do Projecto	58
3.2. Componente Um: Melhorar a Gestão das Pescas Baseada nos Direitos das Comu- tidades	58
3.3. Componente Dois: Melhorar os Meios de Subsistência	82
3.4. Componente Três: Marketing Social	59
3.5. Resumo dos Desafios à Implementação	67
4. Lições Aprendidas	69
4.1. Definição de áreas de gestão, reservas com proibição de capturas e medidas de contro- lo	69
4.2. Preparação dos Planos para a Co-Gestão das Pescas	83
4.3. Lições para a Governação da Co-Gestão das Pescas	92
4.4. Capacidade de Facilitação e Papéis Institucionais	98
4.5. Uma Abordagem ao Marketing Social	101
4.6. Iniciativas para os meios de subsistência	105
Referências	109
Anexo 1: Exemplo da versão provisória do infográfico de resumo do plano de gestão: Inhassoro	115

Agradecimentos

O projecto FishCC foi possível graças ao financiamento do Fundo Nórdico de Desenvolvimento.

Este relatório foi preparado por Jason Rubens, Especialista Sénior em Pesca do Banco Mundial.

Foram feitos comentários editoriais e contribuições por Simeão Lopes, Xavier Vincent, João Moura Estevão Marques da Fonseca, Amanda Jerneck, Rare, MIMAIP e Aage Jorgensen.

Agradecimentos à Rare pela incansável partilha de documentação, informação, imagens gráficas e fotografias.

A Unidade de Implementação do Projecto do Fundo de Fomento Pesqueiro (FFP) forneceu um apoio empenhado ao processo de preparação do relatório e consultas.

Os nossos sinceros agradecimentos e apreciação são extensivos a todos os seguintes por terem partilhado generosamente o seu tempo, experiência, conhecimentos, conselhos e apoio:

Gestores de campanha do FishCC: Anuar Amade (Inhassoro), Isidro Intave (Mefunvo), Inés Mahumane (Machangulo), Honório Manjor (Pomene), Nuro Massaua (Memba), Edmundo Pinto (Závora)

Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique (MIMAIP): Selso Cuaira, Armênio da Silva, Ernesto Poiosse (IDEPA); Lucinda Mangue, Hadija Mussagy, Joaquim Tembe (ADNAP); Belarmino Chivambo, Isabel Manga, Miguel Langa, Hélio Malenda, Isabel

Omar, Daniel Segura (FFP); Badru Hagy, Anástácia Simango (IIP)

Autoridades provinciais e distritais: Tomé Nhamadinha Capece (DPMAIP, Nampula). Elvira Penina Xerinda (DPMAIP, Inhambane); Beatriz Mufanequiço Jacobe (Distrito de Massinga, Inhambane); Inácio Mário, (Distrito de Memba, Nampula); Tomé Dambuza Mbambamba (Posto Administrativo de Machangulo); Edgar Raul (Distrito de Massinga, Inhambane)

Comunidades: Membros dos conselhos comunitários de pesca (CCPs) e outros representantes das comunidades em Memba, Fequete, Pomene, Závora, Santa Maria e Mabulucco.

Rare: Farishta Asmaty, Steve Box, Atanasio Brito, Courtney Cox, Angelica Dengo, Zachary Hoffman, Edson Anselmo José, Alice Pires.

Outras entidades não governamentais: Alcidio Faria (Ophavela)

Banco Mundial André Aquino, Franka Braun, Jingjie Chu, Joao Moura Estevão Marques da Fonseca, Katie Jacobs, Amanda Jerneck, Simeão Lopes, Ivan Remane, Manuela da Silva, Xavier Vincent

Fundo Nórdico de Desenvolvimento: Aage Jorgensen.

Fotografias cortesia do Banco Mundial Governo de Moçambique, Andrea Borgarello, Anuar Amade, Edmundo Anibal, Isidro Intave, Honorio Manjor, e Jason Rubens.

Acrónimos

ADNAP	Administração Nacional das Pescas
AGC	Área de Gestão Comunitária
ARR	Área de Recuperação de Recursos / Reserva com proibição de capturas
CCP	Conselho Comunitário de Pesca
DEPI	Direcção de Estudos, Planificação e Infra-estruturas
DNOP	Direcção Nacional de Operações
ZEE	Zona Económica Exclusiva
FishCC	Projecto da pesca artesanal e de adaptação às mudanças climáticas
FLAGS	Definição de metas para o panorama das pescas (Fisheries landscape goal-setting)
IDDPE	Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala
IDEPA	Instituto de Desenvolvimento de Pesca e Aquacultura
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IIP	Instituto Nacional de Investigação Pesqueira
KAP	Conhecimentos, atitudes e práticas (Knowledge, attitudes and practices)
MIMAIP	Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
NDF	Nordic Development Fund (Fundo Nórdico de Desenvolvimento)
PDP	Plano Director das Pescas
PESPA	Plano Estratégico para o Sector da Pesca Artesanal
REPMAR	Regulamento da Pesca Marítima
SMART	Específico, Mensurável, Alcançável, Relevante, Temporal
SSWIOFish1-MZ	South-West Indian Ocean Fisheries Governance and Shared Growth Project (Projecto de Governação e Crescimento Partilhado das Pescas no Sudoeste do Oceano Índico)
TURF	Territorial use rights for fishing (direitos de utilização territoriais para a pesca)
SWIO	Western Indian Ocean (Oceano Índico Ocidental)



Resumo Executivo

Objectivo do Relatório e sua Preparação

O objectivo deste relatório é contribuir para o desenvolvimento da co-gestão bem sucedida das pescas em Moçambique e em toda a região, através da partilha das lições aprendidas com o Projecto da Pesca Artesanal e Adaptação às Alterações Climáticas (FishCC). Espera-se que a experiência aqui documentada seja de valor para as actuais e futuras iniciativas de co-gestão das pescas, incluindo projectos liderados pelo governo e outras ONGs na região, assim como para o desenvolvimento contínuo do quadro nacional de co-gestão das pescas em Moçambique. Como tal, o público-alvo inclui decisores políticos governamentais, gestores das pescas, técnicos e oficiais de projecto de todos os níveis do governo e não governamentais.

O relatório baseia-se em consultas com diversas partes interessadas envolvidas na implementação do projecto FishCC, desde comunidades a funcionários governamentais a nível nacional, assim como partes interessadas em agências internacionais. Também se baseia numa revisão de um extenso corpo de documentação do projecto e da literatura relacionada citada na secção de referências. A secção 1 do relatório traça o contexto nacional; a Secção 2 descreve as origens, estrutura, metodologia e implementação do projecto FishCC; e a Secção 3 resume os resultados, realizações e desafios enfrentados durante a implementação do projecto. A secção

4 detalha em seguida cerca de quarenta lições geradas a partir da experiência acima, organizadas em seis secções.

Concepção do Projecto FishCC

O Projecto de Pesca Artesanal e Adaptação às Alterações Climáticas (FishCC) foi implementado em Moçambique durante um período de 4 anos entre 01 de Abril de 2015 e 30 de Abril de 2019. O projecto foi implementado pelo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) do Governo de Moçambique, apoiado por uma ONG internacional, a Rare, e por autoridades provinciais e distritais seleccionadas. O orçamento do projecto era de EUR 4.000.000, fornecidos pelo Fundo Nórdico de Desenvolvimento (NDF), e foi administrado pelo Banco Mundial.

O objectivo de desenvolvimento do projecto era "melhorar a gestão comunitária das pescas prioritárias seleccionadas". Mais especificamente, o objectivo era catalisar uma abordagem transformadora à gestão da pesca artesanal costeira em Moçambique através da adaptação e pilotagem de um modelo de gestão das pescas baseada nos direitos das comunidades desenvolvido pela Rare noutras partes do mundo através do seu programa Fish Forever.

A referência às alterações climáticas no título do projecto reconhece que a dependência das comunidades costeiras em relação à pesca as torna particularmente vulneráveis, tanto ecológica como



socialmente, às tensões relacionadas com o clima no ambiente perto da costa. Melhorando a sustentabilidade da pesca artesanal, o projecto visava aumentar a resiliência e a capacidade de adaptação dos meios de subsistência das comunidades costeiras.

A abordagem Fish Forever envolveu comunidades locais de pesca costeira auto-organizadas através de conselhos comunitários de pesca (CCPs), para conceber e implementar os seus próprios regimes de gestão dos recursos piscatórios. Estes foram centrados em torno da criação de uma gestão das áreas de gestão comunitária das pescas (TURF¹) contendo reservas piscatórias com proibição de capturas. A criação de regimes de gestão das pescas foi facilitado em cada local através da articulação de teorias da mudança social específicas ao contexto, com o objectivo de fazer mudanças no comportamento da pesca para alcançar resultados para uma pesca sustentável.

A adopção dos regimes de gestão das

pescas resultantes foi facilitada através da implementação de programas de sensibilização e mobilização da comunidade denominados campanhas de orgulho, aplicando princípios de marketing social.

Estes programas ajudaram a reforçar as circunscrições a nível local, em especial com o objectivo de acelerar a adopção de medidas para as reservas piscatórias com proibição de capturas e de outras medidas de gestão das pescas identificadas. O projecto foi implementado em seis locais-piloto em quatro províncias:

Comunidade	Distrito	Província
Mefunvo	Quissanga	Cabo Delgado
Memba	Memba	Nampula
Fequete	Inhassoro	
Pomene	Massinga	Inhambane
Závora	Inharrime	
Machangulo	Matutuine	Maputo



1 Direitos territoriais para a pesca

Um pescador prepara a sua pescaria para o mercado na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique


Realizações e Desafios

O projecto tinha três componentes substantivos, as realizações e os desafios de cada um deles são descritos na Secção 3 do relatório, e resumidos abaixo.

O **Componente 1** procurou melhorar a gestão das pescas baseada nos direitos das comunidades em seis locais-piloto, em particular estabelecendo áreas de gestão da pesca comunitária contendo reservas piscatórias com proibição de capturas. Isto começou com a revitalização bem sucedida e a formação dos conselhos comunitários de pesca (CCPs) em cada local alvo. Posteriormente, em todos os seis locais, foram definidos e mapeados os limites da área de gestão, as reservas piscatórias com proibição de capturas foram acordadas em princípio pelas comunidades e os locais propostos. No entanto, no fim do projecto, nenhuma das reservas piscatórias com proibição de capturas tinha sido

formalmente designada ou demarcada, e a sua implementação apenas tinha sido parcialmente iniciada num único local, Machangulo. Em dois outros locais, Mefunvo e Inhassoro, continuavam a existir discrepâncias entre o entendimento das comunidades e das instituições de implementação em relação à localização e dimensão das áreas da reserva piscatória com proibição de capturas propostas. Apesar disso, as comunidades pesqueiras nos seis locais identificaram com sucesso uma ou duas medidas de gestão das pescas prioritárias destinadas a melhorar a produção pesqueira sustentável (ver Figura 1 abaixo).

Foram desenvolvidas medidas de gestão em cada local num ambiente de dados particularmente pobre, em parte devido à baixa qualidade da análise das pescas feita durante o projecto. Apesar disso, as medidas



	Mefunvo	Memba	Fequete	Pomenae	Zavora	Machangulo
Medidas de gestão prioritária	Todos os pescadores de redes de cerco na praia devem mudar para redes de emalhar ou linhas de mão	Implementar reservas de pesca sem captura e reduzir o uso de redes de mosqueteiras	Pescadores de pesca de cerco respeitam duas estações fechadas totalizando 5 meses	Eliminar a pesca submarina e a implementação de área de reserva de pesca proibida	Reduza ou elimine a pesca submarina e a implementação de 3 áreas de reserva de pesca proibida	Implementar reserva de pesca proibida no estuário do Bembi
Projeto de Meios de Subsistência (materiais fornecidos)	Equipamento da cadeia de valor da pesca, incluindo freezers e caixas frigoríficas	Equipamento da cadeia de valor da pesca, incluindo freezers e caixas frigoríficas	4 barcos a motor para facilitar a pesca de linha no mar, além de jangadas de pesca	Equipamento da cadeia de valor da pesca, incluindo freezers e caixas frigoríficas	12 barcos a motor para facilitar a pesca de linha no mar, além de jangadas de pesca	Máquina de gelo e reservatório, gerador, torre de água para fornecer máquina de gelo

Fig. 1: Medidas de gestão prioritárias e projecto de subsistência para cada uma das seis comunidades.

de gestão resumidas na Figura 1 devem fornecer uma base para o planeamento da gestão em curso e para a implementação futura. Além disso, foram feitos progressos significativos na implementação das medidas acima referidas em Fequete, onde os pescadores de praia observaram um novo período de defeso de 60 dias durante o período de Fevereiro-Março de 2019.

Talvez o resultado mais significativo do Componente 1 do projecto foi que a experiência dos locais do FishCC ajudou a catalisar a consideração e a tomada de decisões dentro do MIMAIP quanto ao quadro legal adequado para a designação das áreas de gestão da pesca comunitária. Durante 2019, isto oscilou entre a introdução de novas disposições no Regulamento das Pescas revisto (REPMAR), ou a aplicação das disposições existentes na Lei da Conservação de 2017 (ver secção 1.6 abaixo). No momento da preparação deste relatório, o assunto ainda estava sob consideração final. No final do projecto, os planos de gestão para 5 locais do FishCC ainda estavam numa fase inicial de preparação, com Machangulo numa fase mais avançada, mas todos necessitarão de uma revisão significativa quando tiverem sido tomadas as decisões finais sobre a legislação. A conclusão e aprovação das disposições legais para as designações acima referidas e o alinhamento dos seis projectos de planos de gestão com essas disposições, incluindo Machangulo, continua a ser uma prioridade pendente, sendo activamente prosseguida pela Administração Nacional das Pescas (ADNAP) até 2020.

O Componente 2 do projecto apoiou iniciativas complementares de subsistência nas mesmas seis comunidades alvo. Este componente reconheceu que a transição da pesca de acesso livre para um regime de

gestão que impõe controlos sobre a pesca, através de uma reserva com proibição de capturas e potencialmente outras medidas relativas aos equipamentos de pesca, tem implicações nos meios de subsistência, pelo menos a curto prazo. Orientado por uma análise participativa das oportunidades de subsistência, o projecto apoiou as iniciativas delineadas na Figura 1 acima.

O Componente 3 do projecto apoiou a criação de capacidades e o envolvimento da comunidade necessário para desenvolver e implementar uma abordagem de marketing social para a co-gestão das pescas. Como tal, o componente foi estreitamente integrado com o Componente 1. Foi nomeado um gestor de campanha para cada local do FishCC, recrutado a partir do pessoal das pescas a nível provincial, e formado durante toda a duração do projecto na ciência da mudança de comportamentos, abordagens de marketing social e a sua aplicação à co-gestão das pescas através da metodologia Fish Forever. Este desenvolvimento de capacidades do pessoal do sector das pescas é um dos resultados duradouros do projecto, e será um activo valioso para futuras iniciativas de co-gestão das pescas em Moçambique. Em cada local, os gestores de campanha facilitaram um processo com as comunidades pesqueiras para a avaliação da paisagem pesqueira, identificando objectivos e barreiras à mudança e desenvolvendo uma teoria da mudança para atingir os objectivos, seguindo um formato standard da abordagem Fish Forever.

As teorias da mudança constituíram a base para a concepção de iniciativas de sensibilização e mobilização da comunidade, chamadas campanhas de orgulho, destinadas a catalisar mudanças no comportamento das pescas (ou seja, as

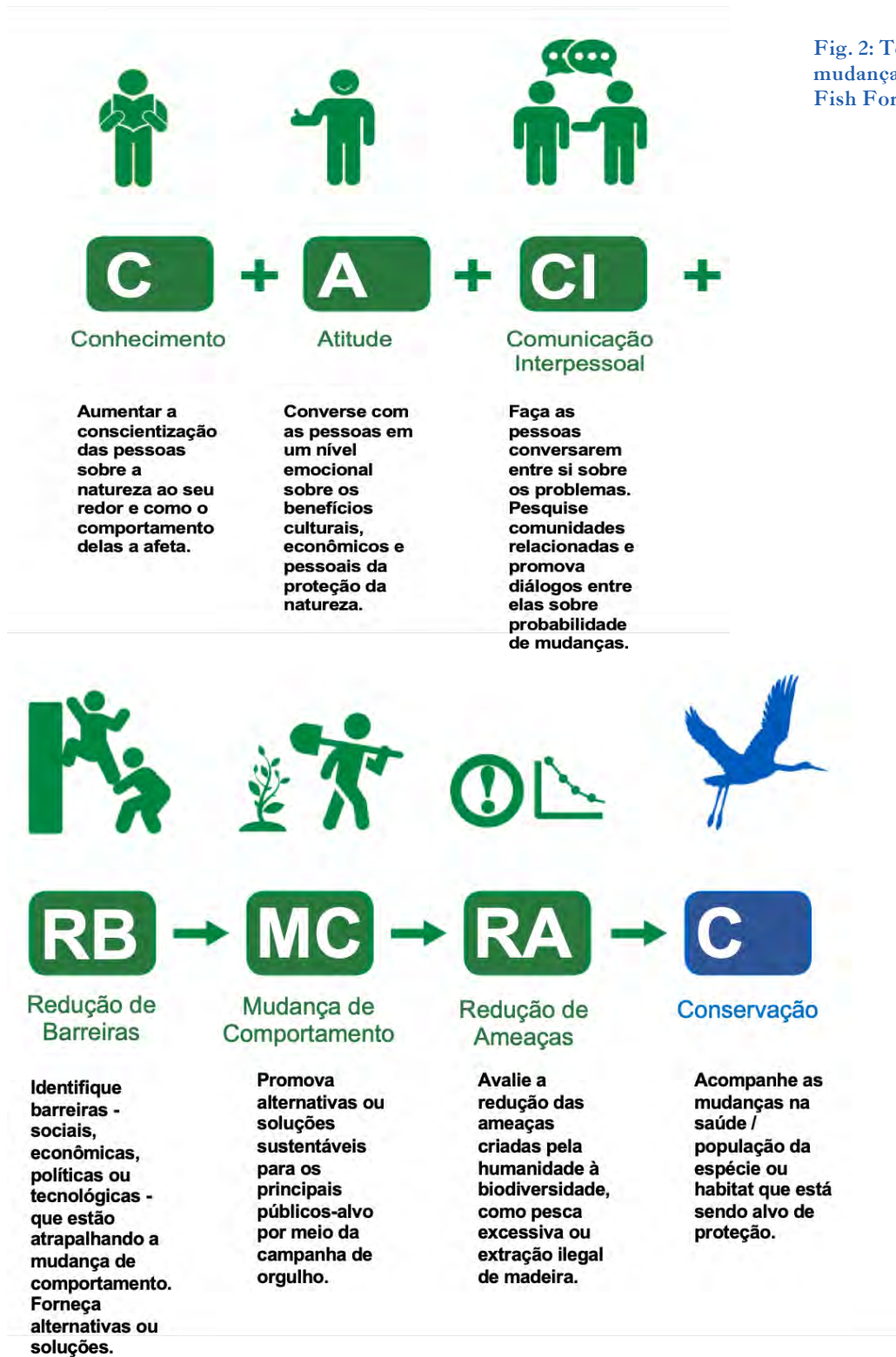


Fig. 2: Teoria da mudança da abordagem Fish Forever.

medidas de gestão da pesca resumidas no componente 1 acima) para atingir melhores resultados nas pescas. Em Novembro de 2018 foram lançadas em cada local campanhas de orgulho, originalmente planeadas para durar 6 meses, envolvendo uma série de festividades, competições desportivas, eventos de artes culturais e

distribuição de materiais como banners, t-shirts e murais, tudo isto como veículo de divulgação de mensagens adequadas relacionadas com a pesca. Os eventos de lançamento da campanha tiveram a participação entusiasta das comunidades e das autoridades distritais e provinciais, no entanto os limitado recursos de tempo

e financeiros que restavam no fim do projecto, levaram a que poucas actividades de seguimento da campanha foram subsequentemente implementadas. No entanto, houve evidências de um impacto a curto prazo dos eventos de lançamento em termos de conhecimentos e mudanças de atitudes entre os membros da comunidade.

É importante ressaltar que as teorias da mudança desenvolvidas para cada local continham metas quantitativas para cada etapa do processo de mudança, fornecendo uma base para uma avaliação quantitativa do impacto das campanhas de orgulho. Foi feita uma primeira ronda de inquéritos KAP no início de 2018 para estabelecer uma linha de base. Infelizmente, os inquéritos repetidos feitos 12 meses mais tarde aplicaram um instrumento de inquérito genérico que apenas era vagamente comparável com as linhas de base, no entanto, os dados de base mais robustos continuam a ter valor para avaliações futuras.

O progresso global no sentido de alcançar os resultados centrais da co-gestão das pescas previstos no âmbito do FishCC, nomeadamente o estabelecimento formal de seis áreas de gestão comunitária contendo zonas com proibição de capturas, com planos de gestão concluídos, foi apenas parcial, como descrito acima.

Continua a ser necessário um trabalho substancial de acompanhamento em todos os seis locais. O projecto teve uma classificação Moderadamente Insatisfatório no Relatório de Conclusão da Implementação e Resultados do Banco Mundial², que realçou diversos factores sistémicos incluindo:

- i. perturbações nos acordos de coordenação do projecto causadas pela

reorganização do antigo Ministério das Pescas pouco depois da entrada em vigor do projecto em 2015; o processo de descentralização nacional a partir de 2018 que afectou a relação entre as autoridades pesqueiras nacionais e provinciais; e falta de familiaridade dentro do IDPPE/MIMAIP em fazer uma parceria com uma ONG. Estes factores contribuíram para uma sucessão de mudanças no mecanismo de coordenação do projecto, e na perda de continuidade e memória institucional, o que atrasou significativamente o progresso nalgumas ocasiões³;

- ii. em parte devido ao ponto anterior, houve a coordenação menos do que óptima ao longo do projecto entre entidades de implementação, tanto governamentais como não governamentais, incluindo o envolvimento activo tardio da ADNAP no projecto;
- iii. a ausência de um enquadramento legal existente ou precedente para a designação de áreas de gestão das pescas comunitárias em Moçambique;
- iv. obstáculos enfrentados pela Rare ao ter de se registar e estabelecer uma presença operacional totalmente nova em Moçambique com novo pessoal, para construir capacidade interna nas metodologias da Fish Forever, e adaptá-las ao contexto de Moçambique;

Felizmente, após o projecto, a ADNAP continua a trabalhar activamente na preparação do plano de gestão, e a Rare também levou avante o seu compromisso para os 5 dos 6 locais⁴ sob a forma de um projecto de acompanhamento com financiamento do Fundo de Acção Azul.⁵

² Banco Mundial, 2019.

³ Rare, 2019h

⁴ No momento da preparação do relatório, a Rare tinha suspenso o acompanhamento no local de Cabo Delgado devido a preocupações com a segurança.

⁵ Um fundo apoiado pelo Ministério Alemão de Cooperação Económica e Desenvolvimento (BMZ), o Ministério Sueco dos Negócios Estrangeiros e a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

Lições Cruciais

Apesar dos desafios acima mencionados, foram feitos progressos suficientes durante o projecto para gerar muitas lições valiosas para o trabalho futuro semelhante no

desenvolvimento da co-gestão das pescas em Moçambique. 40 lições no total, das quais nove são lições cruciais, são apresentadas em detalhe na Secção 4 e resumidas como se segue.



1
LIÇÃO
n.º 1 de 40

As áreas de gestão das pescas de algumas comunidades incorporarão mais de uma CCP. A experiência obtida com o FishCC foi que em 2 dos 6 locais pilotos (Machangulo e Fequete) havia uma justificação para agrupar duas CCPs vizinhas numa única área de gestão comunitária, uma vez que as áreas de pesca são largamente partilhadas. Isto destaca a importância de fazer um mapeamento sistemático dos padrões de pesca e consultas às comunidades em áreas mais amplas, para ajudar a orientar qual deve ser o âmbito e os limites ideais de uma área de gestão.



2
LIÇÃO
n.º 5 de 40

Mapeamento atempado, demarcação e implementação de reservas com proibição de capturas. As reservas piscatórias com proibição de capturas acordadas com as comunidades nos locais do FishCC durante 2017 não foram demarcadas e implementadas nos 18 meses subsequentes do período do projecto. Nos locais em que os acordos não são postos em prática prontamente, podem surgir mal-entendidos e confusão, as comunidades podem perder a confiança, o financiamento pode expirar e as oportunidades podem ser perdidas. O rápido mapeamento, demarcação e implementação é importante para a transparência e para manter a confiança e o entendimento comum.



3
LIÇÃO
n.º 11
de 40

Necessidade do MIMAIP desenvolver uma política de direitos de acesso preferenciais para os pescadores locais. O planeamento da gestão nos locais do FishCC não considerou opções para gerir o acesso dos pescadores não-locais, concedendo direitos preferenciais de acesso aos pescadores locais. De facto, os pescadores em pelo menos 4 dos 6 locais tinham preferência por conceder um acesso parcialmente restrito aos pescadores não-locais. Os direitos de acesso preferenciais são uma ferramenta importante para lidar com as pressões de acesso aberto aos recursos piscatórios, até porque incentivam a administração local. Certamente que esses direitos levantam questões jurídicas e sociais sensíveis. Estas questões têm de ser tratadas por políticas nacionais, com o envolvimento das autoridades locais, para minimizar conflitos e outras consequências socioeconómicas indesejadas.



4

LIÇÃO n.º 12 de 40

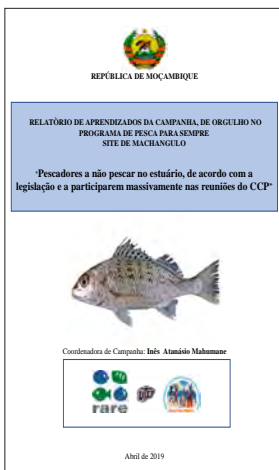
Regulamentação de embarcações semi-industriais nas áreas de conservação comunitárias. As embarcações semi-industriais estão actualmente excluídas do âmbito do plano de gestão de calados para Machangulo, o mais avançado dos planos. No entanto as embarcações semi-industriais podem pescar até 1mn da costa e as zonas comunitárias com proibição de capturas estendem-se, nalguns casos, para além de 1mn. Portanto, de acordo com a Lição 3 acima sobre direitos de acesso preferenciais, as embarcações semi-industriais devem fazer parte de qualquer regime de acesso gerido em planos de gestão de áreas comunitárias, como adequado.



5

LIÇÃO n.º 15 de 40

A abordagem Fish Forever foi eficaz. Em particular, fornecendo uma plataforma para um forte envolvimento da comunidade e uma análise sistemática dos problemas. Em parte, isso deveu-se a ter um gestor de campanha em cada local durante um período prolongado de 2 anos, proporcionando uma facilitação intensiva à comunidade local. Em segundo lugar, o desenvolvimento de quadros sistemáticos de resultados da teoria da mudança permitiu fazer a identificação de estratégias de gestão e medidas de desempenho claras e orientadas. Embora, contra isso, as estratégias de gestão tenham sido simplificadas em alguns aspectos.



6

LIÇÃO n.º 19 de 40

Os planos de gestão do FishCC são uma oportunidade para pilotar um novo quadro legal de co-gestão das pescas em Moçambique. Se for decidido introduzir um novo tipo de designação para as áreas de gestão das pescas comunitárias na revisão do Regulamento das Pescas (REPMAR), os planos de gestão dos locais do FishCC serão uma oportunidade para testar na prática a nova disposição. Se for decidido aplicar a Lei da Conservação, 2017 (designando *áreas de conservação comunitárias* e *santuários*) será uma experiência interessante que não deixará de enfrentar alguns desafios - ver a Lição 7 abaixo. De qualquer forma, todos os 6 planos do FishCC necessitarão de uma revisão substancial para se alinharem com as opções legislativas relevantes. É provável que a experiência venha a gerar mais lições.



7

LIÇÃO n.º
27 de 40

Desafios da aplicação da Lei da Conservação à designação de áreas de gestão da pesca comunitárias.

A aplicação das designações da Lei da Conservação significa que o estabelecimento de áreas de gestão da pesca comunitárias dependeria da aprovação por um Ministério que não o MIMAIP. Como isto implicaria provavelmente custos de transacção mais elevados, poderia haver vantagens em manter o controlo dos processos de co-gestão das pescas sob um único ministério. Do lado positivo, a Lei da Conservação exige o consentimento da comunidade para o licenciamento de terceiros para a extracção de recursos.



8

LIÇÃO n.º 30
de 40

Incentivar uma ampla adesão às CCPs, apoiada pelo registo de pescador e cartões de identidade.

O baixo número de membros dos CCP tem sido um desafio de longa data para a eficácia dos CCP em Moçambique. O número de membros da CCP subiu acima de 90% em 5 dos 6 locais do FishCC. Isso foi muito facilitado pelo registo electrónico dos pescadores utilizando uma aplicação para telemóvel e a entrega de cartões de identidade aos pescadores registados.



9

LIÇÃO n.º 39
de 40

Seleção de alternativas de subsistência, compra de activos e acesso ao crédito.

Apesar dos esforços para identificar opções de subsistência que oferecem alternativas à pesca, os pescadores muitas vezes preferem modificar ou acrescentar valor às actividades de pesca existentes. Para beneficiários individuais, investir em iniciativas de poupança e empréstimos pode muitas vezes ter um impacto mais sustentável do que simplesmente a doação de bens e activos. Ao nível do benefício comunitário, o fornecimento directo de activos de maior dimensão pode ser mais justificável.

Resumo de Todas as 40 Lições (ver mais detalhes no Capítulo 4)

4.1. DEFINIÇÃO DE ÁREAS DE GESTÃO, RESERVAS COM PROIBIÇÃO DE CAPTURAS E MEDIDAS DE CONTROLO DOS RECURSOS PISCATÓRIOS

Identificar o âmbito das áreas de gestão das pescas

- ① 1. As áreas de gestão de algumas comunidades incorporarão mais de uma CCP.
2. Importância dos inquéritos aos padrões de pesca para identificar as partes interessadas na pesca
3. Valor de trabalhar com grupos de CCPs vizinhos, em locais não muito dispersos

Reservas piscatórias com proibição de capturas

4. Aceitação pela comunidade das reservas com proibição de capturas
- ② 5. Mapeamento atempado, demarcação e implementação de reservas com proibição de capturas
6. Dimensão das reservas com proibição de capturas
7. Justificação documental dos locais de reserva com proibição de capturas nos planos de gestão
8. Experimentar os benefícios para a pesca das áreas com proibição de capturas

Gama de medidas de gestão das pescas adoptadas

9. As reservas piscatórias com proibição de capturas foram priorizadas em relação ao acesso gerido no âmbito do FishCC
10. Importância da facilitação científica, baseada em direitos, na identificação de medidas de gestão

Controlo de acesso dos pescadores não-locais

- ③ 11. Necessidade do MIMAIP desenvolver uma política de direitos de acesso preferenciais para os pescadores locais
- ④ 12. Regulamentação das embarcações semi-industriais em áreas de conservação das comunidades

4.2. PROCESSO DE PREPARAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO

Linha de referência para o planeamento da gestão

13. Integração de estudos de base com consultas de envolvimento participativo
14. Importância da informação sistemática das pescas centrada nas espécies comerciais prioritárias

Planeamento da gestão: envolvimento da comunidade e processo de preparação do plano

- ⑤ 15. A iniciativa Fish Forever fornece um enquadramento eficaz para a análise das prioridades de gestão

16. Valor acrescentado da metodologia Fish Forever na preparação dos planos de gestão
17. Processo de elaboração de planos de gestão
18. Capacidade para a elaboração de planos de gestão a nível nacional e provincial

Conteúdo do plano de gestão

- ⑥ 19. Planos de gestão do FishCC para pilotar um novo enquadramento legal
20. Formato do plano de gestão
21. Os planos devem considerar medidas de gestão adicionais às reservas com proibição de capturas
22. Os planos de gestão devem detalhar os protocolos de aplicação
23. Enquadramento para a monitorização do impacto da implementação dos planos de gestão
24. Valor dos resumos infográficos dos planos de gestão
25. Validação dos planos de gestão com as comunidades

Utilidade da selecção de espécies de peixes da FLAG versus múltiplas espécies prioritárias

26. A análise de várias espécies de peixes prioritários é mais útil do que uma única espécie da FLAG

4.3. LIÇÕES PARA O ENQUADRAMENTO DA GOVERNAÇÃO DA CO-GESTÃO DAS PESCAS EM MOÇAMBIQUE

Integração de uma abordagem espacial à co-gestão da pesca costeira

- ⑦ 27. Desafios da aplicação da Lei de Conservação para a designação de áreas de pesca comunitárias
28. Designação de áreas comunitárias de gestão das pescas dentro de áreas protegidas
29. Incluir uma visão para a gestão espacial da pesca artesanal no PESPA II

Estrutura, membros e funções da CCP

- ⑧ 30. Incentivar uma ampla adesão às CCPs, apoiada pelo registo de pescador e cartões de identidade
31. Incentivar a prestação de contas pelos comités das CCP aos membros da assembleia geral das CCP
32. Poderes legais dos guardas da CCP e necessidade de procedimentos operacionais standard (POSS)

4.4. CAPACIDADE DE FACILITAÇÃO E PAPÉIS INSTITUCIONAIS

Capacidade de facilitação e extensão

33. Capacidade de facilitação da co-gestão e de oportunidades para o pessoal de campo do FishCC

Papéis institucionais e mecanismos de governação

34. Respectivos papéis aos níveis nacional, provincial e distrital
35. Evitar o estabelecimento de mecanismos de governança contraditórios para a co-gestão

4.5. EFICÁCIA DA ABORDAGEM DE MARKETING SOCIAL

36. As teorias da mudança da abordagem Fish Forever foram valiosas, mas precisam de ser formuladas de uma forma robusta.
37. Os inquéritos KAP têm de ser adaptados localmente e ser repetíveis
38. O marketing social é crítico, mas não resolve sozinho os desafios da gestão das pescas.

4.6. EFICÁCIA DAS INICIATIVAS RELACIONADAS COM OS MEIOS DE SUBSISTÊNCIA

- ⑨ 39. Alternativas de subsistência, compra de activos e acesso ao crédito.
40. Importância de uma identificação justa e transparente dos beneficiários dos meios de subsistência



1. Co-Gestão das Pescas em Moçambique

Nota sobre a terminologia

Globalmente, o termo *co-gestão das pescas* refere-se normalmente a um acordo de parceria principalmente entre órgãos governamentais e as *comunidades piscatórias locais*⁶, *não obstante o envolvimento de outras partes interessadas*. Como tal, o termo refere-se geralmente a disposições para envolver as comunidades de forma significativa na gestão da pesca artesanal.

Em Moçambique, o termo "co-gestão" tem tido historicamente uma aplicação mais ampla no sector das pescas, referindo-se mais amplamente a acordos de colaboração entre diferentes níveis do governo, assim como com as comunidades, e entre sub-sectores das pescas. Assim, por exemplo, envolver investidores do sector privado na gestão da pesca semi-industrial ou industrial é também considerado uma forma de co-gestão participativa. No entanto, neste relatório, o termo co-gestão das pescas é utilizado no sentido mais típico aplicado globalmente, como descrito acima. Na realidade, neste sentido, os projectos do novo Regulamento das Pescas em Moçambique prevêem o desenvolvimento de *acordos de co-gestão* que, de facto, se concentram em disposições comunitárias:

*"Para assegurar a gestão participativa das pescas, o Órgão Central de Administração Pesqueira pode celebrar acordos de co-gestão com organizações da sociedade civil a nível local e comunitário, com ênfase nos Conselhos Comunitários de Pesca, para partilhar a responsabilidade pela gestão participativa dos recursos piscatórios".*⁷

1.1. Contexto Nacional

O litoral moçambicano com 2.700 km é o quarto mais longo de África⁸, dando origem a uma área marítima correspondente de cerca de 587.000k², incluindo tanto as águas territoriais como a ZEE. Apesar de uma contribuição nominalmente baixa para o PIB (inferior a 2%), o valor socioeconómico do sector das pescas é muito significativo, especialmente para mais de 600 comunidades costeiras. A nível nacional, a pesca constitui uma importante fonte de alimentação e nutrição e o sector é uma parte vital do mercado de trabalho rural. O Quadro 1.1. mostra a estrutura geral das capturas piscatórias marinhas anuais em 2017.

Quadro 1.1. Resumo das capturas piscatórias marinhas em Moçambique, 2017⁹

	Produção (MT)	%
Total industrial	15.100	6%
Camarões	5.654	
Atum (navios nacionais)	1.099	
Atum (navios estrangeiros)	3.478	
Outros	4.869	
Semi-industrial	1.837	1%
Total artesanal	224.418	93%
Peixes ósseos (excl. atum/tubarão)	191.469	
Atum	6.299	
Camarões	6.295	
Outros	20.356	
Total de capturas piscatória marinhas	241.355	

6 Ver como exemplo: <http://www.fao.org/fishery/topic/16625/en>

7 MIMAIP, em prep (versão Fev 2019). Artigo 24.

8 Depois de Madagáscar, Somália e África do Sul

9 DEPI



1.2. Visão Geral do Subsector da Pesca Marinha Artesanal

Como se pode ver no Quadro 1.1, a pesca artesanal constitui de longe a esmagadora proporção do total das capturas da pesca marinha, com 93% do total. A tendência nas capturas artesanais ao longo da última década, mais ou menos, tem aumentado constantemente, como mostrado na Fig.1.1. No que respeita ao zoneamento para diferentes tipos de pesca em Moçambique, a Lei das Pescas, de 2013, estipula:

“... a totalidade do território marítimo até 3 milhas marítimas contadas a partir da linha de base será reservada exclusivamente para a pesca em pequena escala (definida por lei como artesanal mais semi-industrial), pesca de subsistência, pesca recreativa, investigação sobre pesca e pesca desportiva.”¹¹

O projecto para o novo Regulamento das Pescas¹² contém regras de zoneamento mais detalhadas, como descrito no Quadro 1.2 (página seguinte). Um ponto crucial destas disposições é que o único espaço reservado exclusivamente para os pescadores artesanais de pequena escala é a área que vai desde a linha de base (muitas vezes a linha de costa) até 1mn. Os arrastões semi-industriais até 20m de comprimento, e outras embarcações motorizadas até 13m, podem pescar até à linha de 1mn.

Embora o projecto para os regulamentos acima referido indique que as embarcações de pesca artesanal com motores até 40hp, ou não motorizadas, estão restringidas às 3mn, na prática, muito esforço de pesca

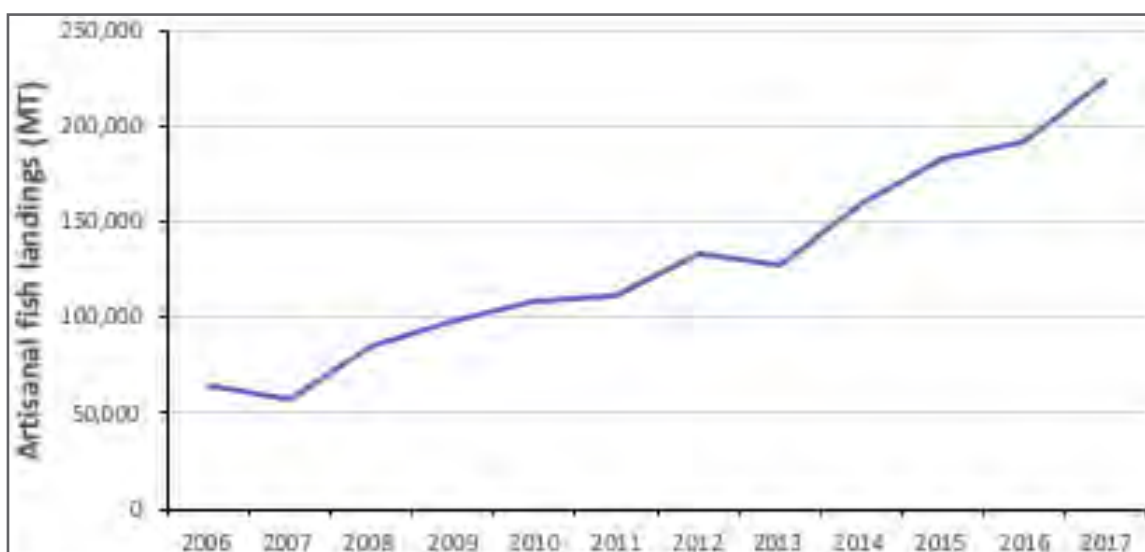


Fig. 1.1. Estimativa total anual de capturas artesanais de peixes marinhos, 2006 a 2017¹⁰

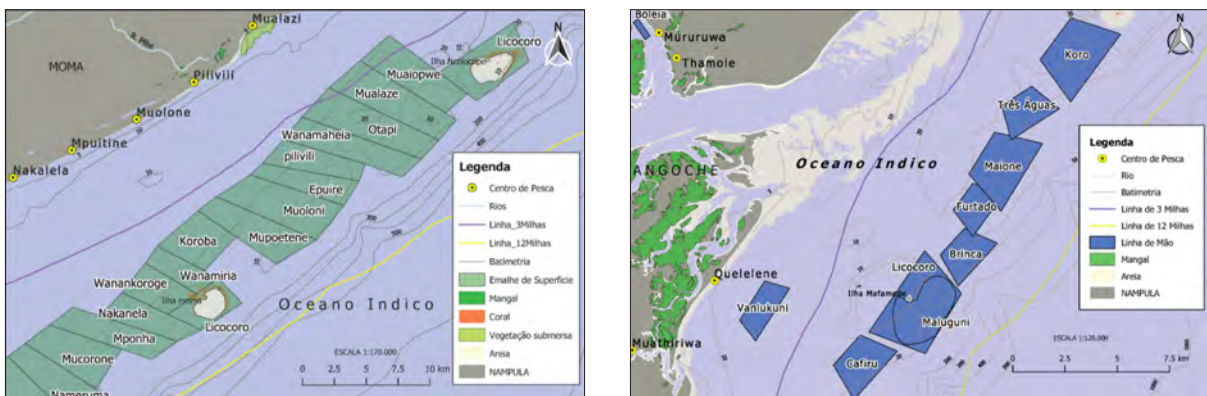
¹⁰ DEPI

¹¹ República de Moçambique, 2013

¹² MIMAIP (Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas), em prep (versão Fev 2019)

Quadro 1.2. Regulamento das pescas - regras para o zonamento

Disposições	
Artigo 28 Classificação das pescas marinhas	<p><i>Pesca artesanal com barco</i>: é feita na zona que vai da linha de base até às 3 milhas náuticas em áreas de pesca diária, utilizando ou não equipamento de propulsão mecânica, com um motor principal de 40 hp ou menos</p> <p><i>Pesca artesanal costeira</i>: é praticada a uma distância entre 1 a 12 milhas náuticas com embarcações de pesca com até 13 metros de comprimento com uma potência máxima superior a 40hp ou 30kw e inferior a 140hp ou 105kw</p>
Artigo 54 Áreas para pesca com arrastões	<p>A pesca com arrastões, praticada sob uma licença semi-industrial, com excepção das baías, só pode ser feita:</p> <ol style="list-style-type: none"> A uma distância superior a 1 milha náutica desde a costa com um barco de pesca com 20m ou menos de comprimento utilizando um método de conservação em gelo; Para além das 3 milhas náuticas da costa, com um barco de pesca com um comprimento superior a 20m, independentemente do método de conservação do peixe.

Fig. 1.2. Exemplo de mapas de territórios de pesca artesanal, Província de Nampula.¹⁴ Esquerda: Pesca à superfície com redes de emalhar, Distrito de Moma. Direita: Pesca à linha, Distrito de Angoche

artesanal dessa escala - em particular redes de emalhar e pesca à linha - já é feito até, e para além do limite de 12mn das águas territoriais (12mn).

A Fig. 1.2. dá dois exemplos de resultados típicos de um estudo de mapeamento da pesca feito em Nampula, Zambézia e Sofala de 2017-19.¹³

Os pontos acima são importantes no contexto da determinação da cobertura potencial das áreas de co-gestão das pescas, e os tipos de pesca que são controlados nas mesmas. No seguimento do acima exposto, a pesca artesanal em Moçambique

é feita dentro de uma vasta área, incluindo os 47.000 km² de águas marinhas internas e territoriais até ao limite das 12mn, e mesmo para além deste. Aproximadamente um terço dessas águas territoriais é coberto pelo rico e produtivo Banco de Sofala, que recebe uma quantidade substancial de nutrientes do rio Zambeze.

Em termos da importância socioeconómica da pesca artesanal, estima-se que em 2014, cerca de 20% da população de Moçambique, cerca de 850.000 famílias, foram consideradas dependentes da pesca para uma parte dos seus rendimentos e o sector das pescas fornece cerca de 50% do

¹³ IIP (2016), IIP (2017c)

¹⁴ IIP, 2017c

total de proteína animal consumida a nível nacional.¹⁵ Enquanto que os homens se dedicam principalmente à pesca no mar, as mulheres, que constituem quase metade da força de trabalho, são as principais responsáveis pela venda e recolha de pequenos peixes e mariscos ao longo da costa. A pesca representa uma importante fonte de rendimento para muitas famílias e complementa muitas vezes os seus meios

de subsistência quando as outras formas de produção de alimentos e geração de rendimento ficam aquém das expectativas.

O desenvolvimento do sector das pescas foi um dos principais pilares do Plano de Acção para a Redução da Pobreza do Governo de Moçambique, 2011-2014.

Recolha da captura do dia com uma rede de praia perto do Farol



15 Ministério das Pescas, 2014

1.3. Evolução da Co-Gestão das Pescas, 1995-2015

1.3.1. Gênese da co-gestão das pescas em Moçambique, 1995-2010

No final dos anos 1980, como parte do programa de ajustamento estrutural de Moçambique com o FMI e o Banco Mundial, foram avaliados os programas de pesca implementados ao longo das duas décadas anteriores, para tirar lições e propor intervenções futuras adequadas. Isso resultou no primeiro Plano Director Nacional das Pescas (PDP I) 1995-2005 que, pela primeira vez, delineou uma visão para a gestão da pesca em pequena escala a nível nacional, com ênfase no envolvimento dos pescadores na definição e aplicação dos regimes de gestão. Foi no PDP I que as abordagens de co-gestão foram formalmente declaradas como parte da abordagem de intervenção estratégica para o sector das pescas. Paralelamente, o IDPPE tinha sido criado em 1990-91 especificamente para apoiar o desenvolvimento do subsector da pesca em pequena escala, um reconhecimento precoce da sua importância.

Em seguida, nos finais dos anos 1990, foram feitas avaliações rápidas da gestão da pesca em pequena escala pelo IDPPE nas províncias de Maputo, Inhambane, Zambézia e Nampula. Esses estudos, apoiados técnica e financeiramente pelo IFM e ICLARM, realçaram o reduzido envolvimento das autoridades e comunidades tradicionais na gestão da pesca. Recomendaram ainda o desenvolvimento de uma nova abordagem de intervenção "de baixo para cima", com base na consulta e na participação. Posteriormente, o IDPPE começou a liderar a sensibilização da comunidade e estabeleceu os primeiros conselhos comunitários de pesca (CCPs) em Inhambane (Inhassoro, Vilanculo) e Nampula (Angoche, Moma).

A operacionalização do plano director do PDP I foi apoiada por projectos como o *Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal de Nampula (1994-99)*, financiado pelo FIDA, implementado através do IDPPE; e o *Projecto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (2002-07)*, financiado por um empréstimo de 20 milhões de dólares concedido pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Este último visava aumentar a produção de peixe, apoiando os pescadores artesanais na captura, processamento e comercialização do peixe de uma forma mais eficiente. Isto deveria ser feito através da concessão de crédito para aumentar a produção de peixe e promover a sua comercialização, construção de infra-estruturas de pesca ao nível comunitário, tais como estradas de acesso aos locais de desembarque, e o reforço da capacidade institucional no seio do IDPPE, do IIP e das autoridades provinciais.¹⁶ O projecto abrangeu 7 distritos costeiros na Província de Cabo Delgado e 3 na Província de Nampula.

No entanto, os projectos acima referidos foram orientados para o aumento da *produção* piscatória e não para a sua *gestão*. Além disso, como resultado final, o PDP I previa um sistema de gestão centralizada da pesca que, pela própria avaliação do ADNAP, se revelou inadequado para enfrentar a realidade dos desafios da governação da pesca artesanal nos centros piscatórios.¹⁷ A ausência de um sistema que permitisse implementar medidas de gestão das pescas de uma forma eficaz ao nível das comunidades levou ao aumento da utilização de equipamentos de pesca insustentáveis, tais como as redes de praia, o que por sua vez levou a um aumento do nível de conflito com os pescadores que utilizam equipamentos artesanais mais tradicionais.

¹⁶ ADB, 2001

¹⁷ ADNAP, 2011

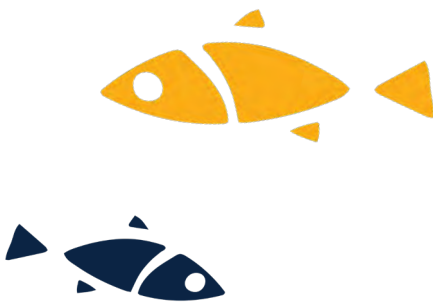
1.3.2. Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs)

A abordagem predominante para envolver a comunidade na governação da pesca artesanal durante o período 1995-2010 centrou-se nos *Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs)*. No entanto, a identidade institucional, direitos e papéis dos CCPs apenas foram definidos de uma forma vaga. O Regulamento das Pescas de 2003 concede poderes:

“Ao Ministro das Pescas ... para autorizar as associações que não eram reconhecidas designadas Conselhos Comunitários de Pesca (CCP) ... (a ajudar) a garantir o cumprimento das medidas de gestão existentes e gerir os conflitos decorrentes da actividade piscatória.

O pedido de autorização ... deve conter a designação do CCP, a área de actividade, as formas de organização, as formas do seu envolvimento no controlo do cumprimento, medidas de conservação e gestão da pesca, protecção do ambiente marinho, participação na vigilância da pesca e cumprimento da Lei da Pesca e regulamentos aplicáveis.”¹⁸

No entanto, o Regulamento de 2003 não especifica as funções ou poderes de um CCP. O modelo para os Estatutos do CCP de 2006¹⁹ define os objectivos para os CCPs da seguinte forma:



Quadro 1.3. Objectivos dos CCPs previstos nos estatutos dos CCPs, 2006

Objectivo fundamental	Contribuir para a preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros
<i>Gestão das pescas:</i>	Incentivar e recomendar o licenciamento das pescas Alertar as autoridades da Administração Piscatória para as alterações existentes nos recursos piscatórios ou no meio ambiente na sua área
<i>Complementar as medidas de gestão</i>	Implementar uma vigilância contínua e o licenciamento Colaborar no controlo da poluição marinha e costeira Participar na implementação de mecanismos para restringir a pesca
<i>Harmonização dos interesses:</i>	Estabelecer mecanismos para a resolução de conflitos entre os pescadores artesanais, semi-industriais e industriais, através da mediação Promover a marcação adequada dos equipamentos de pesca
<i>Extensão das pescas</i>	Promover a formação da comunidade e o reconhecimento da necessidade da existência de protecção do meio marinho Participar na recolha de informação relativa às actividades piscatórias, na formação e na reciclagem

O modelo para os Estatutos do CCP de 2006 propunha ainda que as áreas de jurisdição do CCP fossem definidas pelo comprimento de praia estipulado no estatuto registado, estendendo-se por 3 km no mar.

Não obstante o acima exposto, o papel dos CCPs foi amplamente entendido pelas autoridades governamentais como sendo o de apoiar as administrações distritais

¹⁸ Boletim da República, 2003. Artigo 19.

¹⁹ Boletim da República, 2006. Artigo 8

na implementação dos regulamentos nacionais das pescas, sob a orientação e supervisão das autoridades piscatórias regionais e nacionais. Como tal, eram apenas entendidos como um prolongamento do braço do governo na implementação da legislação centralizada das pescas, e não como entidades de governação semiautónomas representando os interesses das comunidades. Mas também existem exemplos em que os CCPs fizeram lobby com sucesso no seu próprio interesse, como por exemplo: reconhecimento de que as águas até 1 milha náutica da costa são uma reserva exclusiva para os pescadores artesanais; autorização da malha de 1,5" em Angoche e Moma; e autorização especial para a utilização da rede de tresmalho para a pesca artesanal, que mais tarde veio a ser legalizada.²⁰

Uma revisão datada de 2011 das intervenções na governação das pescas em Moçambique²¹ observou que embora tenha havido um grande apoio para o estabelecimento dos CCPs, muitos necessitaram de mais apoio para cumprirem as suas funções de forma eficaz.

A capacidade institucional de muitos CCPs permaneceu fraca, exigindo uma formação adicional, e existia pouco conhecimento da legislação cobrindo a pesca em pequena escala e os direitos relacionados com essa pesca.

A ADNAP (2011) reconheceu a necessidade de mudar para um modo de gestão mais participativa, com a gestão das pescas a ser partilhada entre o governo nacional e local e as comunidades piscatórias.

A função dos CCPs delineada no esboço revisto do Regulamento das Pescas²² actualmente em preparação, é muito semelhante aos Estatutos dos CCPs de 2006, mas com o acréscimo significativo da participação na gestão *propondo medidas de gestão* [ponto (b) na caixa abaixo]. Entretanto, também existe uma proposta em consideração para que os CCP sejam registados como associações não-governamentais independentes sob estatutos relevantes,²³ pois isso dar-lhe-ia um status legal mais claro, inclusive em questões-chave, como a gestão das finanças do CCP.

ARTIGO 22 (Conselhos Comunitários de Pesca)²²

Os CCPs são uma organização que tem como base a comunidade que contribui para a gestão participativa das pescas. O seu objectivo é garantir o cumprimento das medidas de gestão existentes e ajudar a gerir os conflitos relacionados com as pescas. Os CCPs são geridos pelos seus próprios estatutos; em especial:

- a. Apoiar as autoridades locais responsáveis pela administração, licenciamento e vigilância das pescas;
- b. Participar na elaboração de propostas e na implementação de medidas de

gestão na sua área geográfica da sua actividade;

- c. Participar na implementação de mecanismos de acesso e restrição das pescas, número de pescadores, equipamentos de pesca e outros;
- d. Alertar as autoridades da administração das pescas para as alterações existentes nos recursos piscatórios ou no ambiente na sua área geográfica;
- e. Colaborar no controlo e combate à poluição marinha e costeira.

20 Simeão Lopes, *pers comm.*

21 Evans et al., 2011

22 MIMAIP, *em prep.* Versão de Fevereiro de 2019

23 A Lei 8/91 (Lei dos direitos de associação) rege as autorizações de associação pelas autoridades Provinciais

1.3.4. Política evolutiva e abordagens de projectos para a co-gestão das pescas, 2010-19

Em Dezembro de 2010 foi formalmente lançado um Plano Director Nacional das Pescas revisto (PDP II, 2010-2019²⁴). A segurança alimentar é a primeira prioridade do PDP II, seguida da redução da pobreza, com a melhoria da balança de pagamentos como meta secundária. O PDP é orientado em grande parte por diversos planos estratégicos sub-sectoriais, incluindo um plano estratégico para o sector da pesca artesanal (*Plano Estratégico para o Sector da Pesca Artesanal*, PESPA I de 2007-11).²⁵ As outras iniciativas para desenvolver a co-gestão das pescas em Moçambique tiveram como base esta estratégia, incluindo dois projectos significativos, ambos implementados pelo IDPPE, com o apoio financeiro do IFAD e outros doadores.

Projecto de Gestão dos Recursos Costeiros e Meios de Subsistência Sustentáveis (PPACG²⁶), 2009-2015

O projeto PPACG foi implementado pelo IDPPE através do financiamento de cerca de US\$2 milhões do Fundo de Desenvolvimento Social Japonês (JSDF), um fundo fiduciário administrado pelo Banco Mundial.

O projecto visou a redução da pobreza no contexto da conservação dos recursos nas comunidades costeiras em quatro distritos (Morrumbene, Maxixe, Cidade de Inhambane e Jangamo) da Província de Inhambane.

As principais actividades incluíram a capacitação de cerca de 250 membros de 22 conselhos comunitários de pesca (CCPs) na

área do projecto; divulgação da legislação sobre o direito de acesso e exploração dos recursos marinhos pelas comunidades piscatórias; mediação de resolução de conflitos relacionados com os recursos marinhos; implementação de um sistema de crédito para operadores de maricultura; e o estabelecimento de comissões de co-gestão distritais e regionais.²⁷

O PPACG foi indiscutivelmente o primeiro projecto de pesca artesanal implementado pelo governo em Moçambique que foi além da capacitação standard dos CCPs, tendo em vez disso uma abordagem mais holística em relação ao contexto de gestão e dos meios de subsistência em que operam. Embora as actividades do projecto tenham sido amplamente implementadas com sucesso, a avaliação observou uma área relevante onde não se registaram progressos significativos, nomeadamente a delegação nos CCPs das responsabilidades de licenciamento e aplicação no que diz respeito à pesca artesanal.

Projecto ProPESCA (2011-19)

O projecto ProPESCA²⁸ foi implementado pelo Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE) e teve como objectivo melhorar os rendimentos e os meios de subsistência dos lares envolvidos na pesca artesanal:

*Aumentando o volume de peixes com mais valor numa base sustentável, e aumentando os rendimentos obtidos pela venda do peixe comercializado.*²⁹

24 MdP, 2010

25 MdP, 2007

26 PPACG = *Projecto de Pesca Artesanal e de Co-Gestão*

27 BioGlobal, 2017

28 ProPESCA = *Projecto de Promoção da Pesca Artesanal*

29 IFAD, 2010

A abordagem do projecto de US\$43,5 milhões foi apoiar os investimentos para desenvolver o sub-sector, incluindo: as operações piscatórias (construção de barcos, demonstrações de equipamentos e pesca e formação nas competências de pesca); obtenção de valor após a captura (formação sobre o transporte, manuseamento, processamento e comercialização); instalações de comercialização (parcerias públicas/privadas para o armazenamento em gelo e frio, construção de 11 mercados de peixe com instalações de manipulação de peixe, melhoramento das vias de acesso, electrificação); capacidade institucional e de extensão no IDPPE; e serviços financeiros baseados nas comunidades para pescadores artesanais.

O projecto visou 13.600 beneficiários envolvidos directamente na pesca artesanal e actividades relacionadas ao longo de toda a costa de Moçambique.

Projecto ProDIRPA (2014-18)

O projecto ProDIRPA³⁰ foi implementado pelo IDPPE, com um orçamento de US\$1,5m. Tinha como objectivo fortalecer o compromisso das organizações comunitárias de pesca artesanal nos processos de desenvolvimento do governo; reforçar o mapeamento, documentação e registo dos direitos aos recursos; e promover a partilha de experiências.³¹ Complementando a abordagem mais tradicional à produção e ao valor acrescentado do projecto ProPESCA, o projecto ProDIRPA concentrou-se mais no reforço dos direitos aos recursos dos pescadores artesanais. O projecto visou cerca de 7.000 beneficiários artesanais em 14 centros seleccionados ao longo das costas das províncias de Sofala, Zambézia e Nampula. O projecto ProDIRPA teve um envolvimento significativo, aumento de capacidade e facilitação dos CCPs nos 14 locais. Infelizmente, a antecipada preparação dos planos de gestão da pesca comunitária não foi conseguida, em parte devido à falta de legislação relevante.³²



Um barco a transportar passageiros de uma comunidade piscatória local no norte de Moçambique

30 PRODIRPA = *Projecto de Direitos aos Recursos dos Pescadores Artesanais*

31 IFAD, 2013

32 IFAD, 2019

Revisão da estratégia do subsector da pesca artesanal - PESPA II

Em 2018, o MIMAIP reviu o seu plano estratégico para o sector da pesca artesanal (PESPA I, 2007-11) e o IDEPA desenvolveu um projecto PESPA II (2019-25),³³ embora este ainda não tivesse sido aprovado no momento da elaboração deste relatório. O PESPA II apresenta a seguinte declaração de visão:

“Uma pesca artesanal comercial capaz de melhorar as condições de vida e a gestão dos rendimentos através da melhoria das infra-estruturas e equipamentos de apoio à pesca que impulsionam o crescimento e desenvolvimento massivo da pesca com acesso flexível e dinâmico ao financiamento do maior número possível de pescadores artesanais”.

Um dos seis pilares estratégicos delineados no projecto PESPA II é a *gestão dos recursos Piscatórios*, sendo um dos seus dois objectivos: *garantir uma gestão sustentável dos recursos piscatórios que garanta a disponibilidade desses recursos para as gerações futuras*. O PESPA define ainda acções de implementação para cada um dos pilares, por província. No entanto, na situação actual, o PESPA II não articula qualquer visão, objectivo ou acção explícita no sentido de prosseguir uma abordagem da gestão da pesca artesanal baseada no espaço ou nos direitos das comunidades, do tipo adoptado noutros locais da região SWIO, incluindo a Tanzânia, o Quénia e Madagáscar.

De uma forma mais ampla, os últimos 15 anos têm testemunhado uma trajectória na concepção de projectos implementados pelo governo no subsector da pesca artesanal em Moçambique, com um forte enfoque no aumento da produção piscatória e na criação de valor acrescentado (projecto ProPESCA), até ao reconhecimento de que os recursos piscatórios são finitos e estão sob pressão, reconhecendo, portanto, a importância de envolver as comunidades na gestão da pesca baseada em direitos e no contexto mais amplo dos meios de subsistência em que essas comunidades piscatórias operam (projectos como o PPACG e o ProDIRPA). Isto reflecte a experiência e a capacidade desenvolvida no MIMAIP, em especial no IDPPE/ IDEPA tanto a nível nacional como provincial, confrontando os desafios enfrentados pelos extensionistas das pescas, os CCPs e as comunidades piscatórias no terreno.

Dito isto, no momento em que o projecto FishCC foi concebido por volta de 2014, a abordagem de estabelecer áreas de co-gestão das pescas baseadas em direitos, como estratégia central para alcançar uma gestão sustentável da pesca artesanal, era ainda uma ideia emergente que necessitava de uma demonstração e prova de conceito em Moçambique.

33 MIMAIP, 2018g

1.4. Iniciativas de ONGs para a Co-Gestão das Pescas

Complementando as políticas e projectos do governo acima delineados, as ONGs também têm estado activas em Moçambique nos últimos 20+ anos no apoio à co-gestão da pesca artesanal, em parceria

com as autoridades nacionais, provinciais e distritais relevantes. As iniciativas de projectos relevantes estão resumidas no Quadro 1.4.

Quadro 1.4. Iniciativas de co-gestão das pescas lideradas pelas ONGs em Moçambique

ONG	Local	Período de actividade	Objectivos/acções relevantes para a criação de capacidades e/ou desenvolvimento da área de co-gestão das pescas do CCP
Parques Africanos	Parque Nacional de Bazaruto	2018 - em curso	A trabalhar com 7 comunidades piscatórias no âmbito da Associação de Pescadores do Arquipélago de Bazaruto. Não existem CCPs no parque nacional.
Fundação Marinha Megafauna (FMM), WCS	Tofo, Barra, Rocha, Inhambane	2016 - em curso	Criação de capacidades em 3 CCPs. Espectativa de desenvolver 3 áreas/planos de co-gestão
Revolução dos Oceanos	Baía de Inhambane	2017 - em curso	Criação de capacidades em 4 CCPs na Baía de Inhambane, incluindo a definição de 9 zonas piscatórias com proibição de capturas.
Oikos	Parque Nacional de Quirimbas	2014 - 2018	Fortalecimento de 6 CCPs no Distrito de Ibo e definição de 3 áreas geridas localmente
Fundação dos Parques da Paz	Reserva marinha parcial da Ponta do Ouro	2016 - em curso	Co-apoio à criação de capacidades em 2 CCPs e definição de uma área de conservação comunitária em Machangulo, em parceria com o projecto FishCC.
Rare (com o MIMAIP - Ministério do Mar nos termos do projecto FishCC)	6 locais em Cabo Delgado, Nampula, Inhambane, Maputo	2015 - em curso	Estabelecimento de 6 áreas de gestão comunitária iniciadas no âmbito do projecto FishCC - em curso com o apoio do Fundo de Acção Azul
Rare (com o projecto SSWIOFish)	Província de Sofala (especialmente no Distrito do Buzi)	2019 - 2021	Estabelecer ~ 3-4 áreas de gestão comunitária no Distrito do Buzi Criação de capacidades em ~ 24 CCPs em toda a Província de Sofala
WCS	Inhambane e Cabo Delgado	2019 - em curso	Estabelecimento de 1 área piloto de conservação comunitária no norte de Inhambane. Além do apoio técnico para o mapeamento ecológico para as iniciativas de ZSL e MMF.

ONG	Local	Período de actividade	Objectivos/acções relevantes para a criação de capacidades e/ou desenvolvimento da área de co-gestão das pescas do CCP
WWF	Parque Nacional de Quirimbas	2002 – 2018 2019 - 2023	Criação de capacidades em 9 CCPs no QNP, incluindo a gestão das zonas com proibição de capturas Trabalho similar em curso com 9 CCPs no QNP mais 2 CCPs no distrito de Mecúfi
WWF	Área de Protecção Ambiental de Primeira & Segundas	2008 - 2018 2018 – 2022	Criação de capacidades em 11 CCPs dentro do PSEPA e iniciativas de sobrevivência (CARE) Estabelecimento de 5 zonas com proibição de capturas (santuários), dentro da PSEPA.
WWF (com o projecto SSWIOFish)	Províncias de Nampula, Zambézia (esp. Distritos de Moma, Pebane)	2019 - 2021	Estabelecimento de 2 áreas de gestão comunitária (distritos de Moma e Pebane) Criação de capacidades em ~ 48 CCPs nas Províncias de Nampula e Zambézia
Sociedade Zoológica de Londres (SZL) juntamente com a Associação do Meio ambiente (AMA), CORDIO, UniLúrio, BioClima, Universidade de Lisboa, WCS	Província de Cabo Delgado (Norte de Moçimboa da Praia, Pemba e Mecúfi)	2014 - 2017 2019 - 2022	Criação de capacidade 6x CCPs a N Cabo Delgado de 2014-17 e 3x CCPs em Metuge/Mecúfi a partir de 2019. Espectativa de desenvolver até quatro áreas de conservação comunitária, principalmente com os CCPs do sul.

1.5. Reestruturação do Ministério Pós-2015

A economia de Moçambique esteve sempre intimamente ligada ao Oceano Índico e a outros corpos de água interiores, como o Lago Niassa. Ter um sistema coordenado de governação que aproveite o potencial económico dos recursos aquáticos do país é uma parte integrante do desenvolvimento económico de Moçambique. No período pós-independência, com o desenvolvimento da economia, surgiram alguns desafios neste contexto. As estruturas governamentais responsáveis pela gestão das esferas marítima e terrestre foram notavelmente sectoriais, resultando numa diversidade

de instituições e regulamentos em matérias relacionadas com a sua soberania, exploração, extracção e conservação, assim como em questões de segurança a elas ligadas. Era necessário melhorar a coordenação.

Assim, após as eleições gerais de Outubro de 2014, o novo Presidente eleito promoveu uma reestruturação institucional do governo que, entre outras, resultou na dissolução do antigo Ministério das Pescas e na criação de um novo ministério com um mandato mais amplo para além dos assuntos das pescas.

O novo Ministério do Mar, Águas Interiores e Pesca (MIMAIP) tem um mandato mais holístico, tendo uma responsabilidade integrada para:

- Exercício da autoridade do Estado sobre o mar, águas interiores e pesca.
- Autorização e supervisão do planeamento, concessões, investigação e outras actividades que exijam a utilização do mar, águas interiores e os seus ecossistemas.
- Promover a utilização e exploração dos recursos marinhos, das águas interiores e dos seus ecossistemas.
- Promover e coordenar a prevenção e redução da poluição do meio aquático e o melhoramento do estado dos seus ecossistemas.³⁴

Para cumprir o seu novo mandato, o MIMAIP fez uma análise institucional interna para melhor consolidar os papéis de cada um dos seus órgãos. Isto resultou, entre outras decisões, na fusão do *Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE)* e do *Instituto Nacional de Aquicultura (INAQUA)* numa nova entidade denominada *Instituto de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura (IDEPA)*, em 2016. As duas instituições, IDPPE e INAQUA, foram consideradas como estando a desempenhar muitas funções semelhantes, na extensão e

desenvolvimento da pesca e da aquicultura, nas mesmas comunidades. Foram também feitas mudanças significativas nos cargos de gestão sénior, dentro das instituições do MIMAIP.

Em paralelo com a reestruturação do MIMAIP acima referida, desde 2018, o Governo de Moçambique iniciou também um novo processo de descentralização, aprovado através de emendas à Constituição de 2004, em Maio de 2018. Isto implica uma transferência de certos poderes e recursos financeiros do governo central para as autoridades provinciais e distritais. Assim, as funções anteriormente desempenhadas pelas delegações provinciais de instituições nacionais de pesca como o IDPPE, INAQUA e ADNAP, foram descentralizadas e colocadas sob a autoridade dos governos provinciais, através das direcções provinciais do MIMAIP (DP-MAIPs). Isto envolveu a transferência de muito pessoal, no que diz respeito às suas condições de trabalho, do nível nacional para provincial.

Estas mudanças, tanto a reestruturação do MIMAIP como a descentralização das delegações provinciais do IDEPA e do ADNAP, terão provavelmente tido um impacto na gestão das iniciativas dos projectos, incluindo o FishCC, que foram concebidas e iniciadas sob a alçada de instituições anteriores, incluindo interrupções na memória institucional e na continuidade da gestão.

³⁴ Decreto Presidencial de 17/2015 sobre as atribuições e competências do MIMAIP

1.6. Quadro Legal para a Designação das áreas de Gestão Comunitária*

No início do projecto FishCC em 2015, não existia um instrumento legal claro ao abrigo da legislação das pescas, especificamente para o estabelecimento de áreas comunitárias de gestão das pescas propostas e a serem desenvolvidas pelo projecto.

Apenas existia uma disposição mais geral na Lei das Pescas de 2013, para o estabelecimento de "zonas de conservação dos recursos piscatórios", na pendência de regulamentos subsidiários para definir os detalhes da sua aplicação:

Lei das Pescas, 2013

Artigo 16

(Zonas de conservação dos recursos piscatórios)

1. Nas águas marítimas e continentais, podem ser declaradas como zonas de conservação dos recursos piscatórios para promover a sua protecção e regeneração.
2. As zonas de conservação são classificadas de acordo com o seu objectivo específico, regeneração do ecossistema e os interesses socioeconómicos das comunidades.
3. O Governo é responsável por regular a definição, condições e forma de declaração das zonas de protecção dos recursos.

Para colmatar esta lacuna, durante a revisão do Regulamento das Pescas (REPMAR) durante 2018-19, numa parte significativa catalisada pelo projecto

FishCC, foi inicialmente redigida uma nova disposição que previa o estabelecimento de áreas de gestão comunitária para as pescas:

Minuta REPMAR, 2019

Artigo 23

(Áreas Piscatórias de Gestão Comunitária)

1. Uma área de gestão comunitária será uma área delimitada dentro do domínio público comunitário, sob a gestão de uma ou mais comunidades locais, para a exploração sustentável dos recursos piscatórios.
2. Uma área de gestão comunitária destina-se a alcançar os seguintes objectivos:
 - (a) assegurar a utilização sustentável dos recursos costeiros e marinhos na área de utilização comum da comunidade, incluindo a conservação dos recursos naturais, locais de importância histórica, religiosa e espiritual e a sua utilização cultural para a comunidade local;
 - (b) assegurar a gestão sustentável dos recursos costeiros e marinhos, de forma a obter um desenvolvimento local sustentável.
3. Nas áreas de gestão comunitária, só podem ser realizadas actividades de pesca artesanal, pesca de subsistência, recreativa e desportiva, pesca para investigação científica, pesca experimental ou demonstrativa e formação e treino, e outras que possam ser definidas no plano de gestão.

* Os extractos da legislação incluídos na secção 1.6 foram traduzidos pelo autor e não são traduções oficiais.

Minuta REPMAR, 2019 cont.

4. O estabelecimento de áreas de gestão comunitária deve ser precedida da elaboração de planos de gestão de acordo com estes Regulamentos.
5. Nas áreas de gestão comunitária, as organizações de base comunitária são responsáveis pela implementação de planos de gestão, sob a supervisão dos governos locais e instituições locais de administração das pescas.
6. Nas áreas de gestão comunitária, o licenciamento e a fiscalização da pesca são da responsabilidade das autoridades Distritais competentes.
7. O Ministro responsável pelas pescas é responsável pelo estabelecimento das áreas de gestão comunitária.

No entanto, uma análise posterior dentro do MIMAIP, juntamente com o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) durante o ano de 2019, resultou numa proposta alternativa para remover o

artigo acima da proposta de revisão do Regulamento das Pescas (REPMAR) e, em vez disso, utilizar as disposições legais existentes para a designação das *áreas de conservação comunitárias* ao abrigo da Lei da Conservação, 2017:

Lei da Conservação, 2017

Artigo 22

(Áreas de Conservação Comunitária)

1. Uma área de conservação comunitária é uma área de conservação de utilização sustentável no domínio público comunitário, delimitada e gerida por uma ou mais comunidades locais que têm o direito de utilizar e beneficiar da terra (DUAT), destinada à preservação da fauna e flora e para a utilização sustentável dos recursos naturais.
2. Uma área de conservação comunitária destina-se a alcançar os seguintes objectivos:
 - (a) proteger e conservar os recursos naturais existentes na área da comunidade, utilizar, incluindo a conservação dos recursos naturais, das florestas sagradas e outros locais de importância histórica, religiosa, espiritual e cultural para a comunidade local;
 - b) garantir a gestão sustentável dos recursos naturais de uma forma que conduza a um desenvolvimento local sustentável;
 - c) garantir o acesso e a permanência das plantas para utilização medicinal e da diversidade biológica em geral.
3. O licenciamento para exploração de recursos a terceiros só pode ser feito com o consentimento prévio das comunidades locais, após um processo de consultas, culminando na conclusão de um acordo de parceria.
4. A gestão dos recursos naturais na área da conservação comunitária deve ser feita de acordo com as regras e práticas habituais das respectivas comunidades locais, sem prejuízo do cumprimento da legislação nacional.

Lei da Conservação, 2017**Artigo 23**

(Santuário)

1. Um santuário é uma área do domínio público do Estado, ou de domínio privado, destinada à reprodução, abrigo, alimentação e pesquisa de certas espécies de fauna e flora.
2. O santuário pode ser delimitado dentro ou fora de uma área de conservação definida.
3. Os recursos existentes no santuário podem ser explorados sob uma licença especial, cujos termos terão que ser regulamentados, excepto para as espécies que se pretende proteger, desde que estejam de acordo com o respectivo plano de gestão e com a presente Lei.
4. O repovoamento das espécies num santuário está sujeito ao cumprimento das disposições da legislação nacional e do respectivo plano de gestão.

Lei da Conservação, 2017**Artigo 37**

(Aprovação, Alterações e Dissolução das Áreas de Conservação)

1. Compete ao Conselho de Ministros aprovar, modificar ou dissolver todas as reservas naturais, parques nacionais, monumentos culturais e naturais do domínio público do Estado, reservas especiais, áreas de protecção ambiental e propriedades oficiais, independentemente da sua dimensão, bem como os santuários, explorações de caça e áreas de conservação comunitária com mais de 10.000 hectares.
2. Compete ao Ministro que supervisiona as áreas de conservação aprovar, modificar ou dissolver santuários, explorações de caça e áreas de conservação comunitária de 1.000 e 10.000 hectares.
3. Compete ao governo provincial aprovar, modificar ou dissolver todas as explorações de caça, santuários e áreas de conservação comunitária até ao máximo 1.000 hectares, assim como os monumentos culturais e naturais de domínio público e privado.
4. Compete à assembleia municipal aprovar, modificar ou dissolver os monumentos municipais, culturais e naturais e parques ecológicos municipais que se situem dentro dos limites do município em questão.
5. O processo de criação, modificação ou extinção de áreas de conservação segue o processo indicado na lei de terras.
6. As reservas naturais, parques nacionais e reservas especiais terão uma zona tampão, que é parte integrante da área de conservação, de acordo com as condições ecológicas.

Destacam-se três implicações da última proposta do MIMAIP para utilizar a disposição da Lei da Conservação, 2017, para a designação de áreas de conservação comunitárias, em vez de desenvolver disposições separadas no Regulamento das Pescas (REPMAR):

i. Aprovação do MITADER: a aprovação para o estabelecimento de áreas comunitárias de conservação entre 1.000 e 10.000 hectares (que incluem as seis áreas alvo no âmbito do projecto FishCC), requer a aprovação do Ministro do MITADER, de acordo com o Artigo 37 (2), mas não

necessariamente do Ministro do MIMAIP, pelo menos de acordo com a letra da lei. A exigência de uma coordenação interministerial poderia introduzir atrasos e inércia no processo de designação de áreas de gestão comunitária para as pescas.

ii. Consentimento da comunidade local para o acesso de terceiros: O artigo 22 da Lei da Conservação de 2017, que prevê o estabelecimento de áreas de conservação comunitárias, consagra, sem dúvida, o princípio da concessão de *direitos de acesso preferenciais* às comunidades locais.

Barcos de pesca e membros da comunidade na praia no centro de Moçambique (Mais Peixe, 2018)



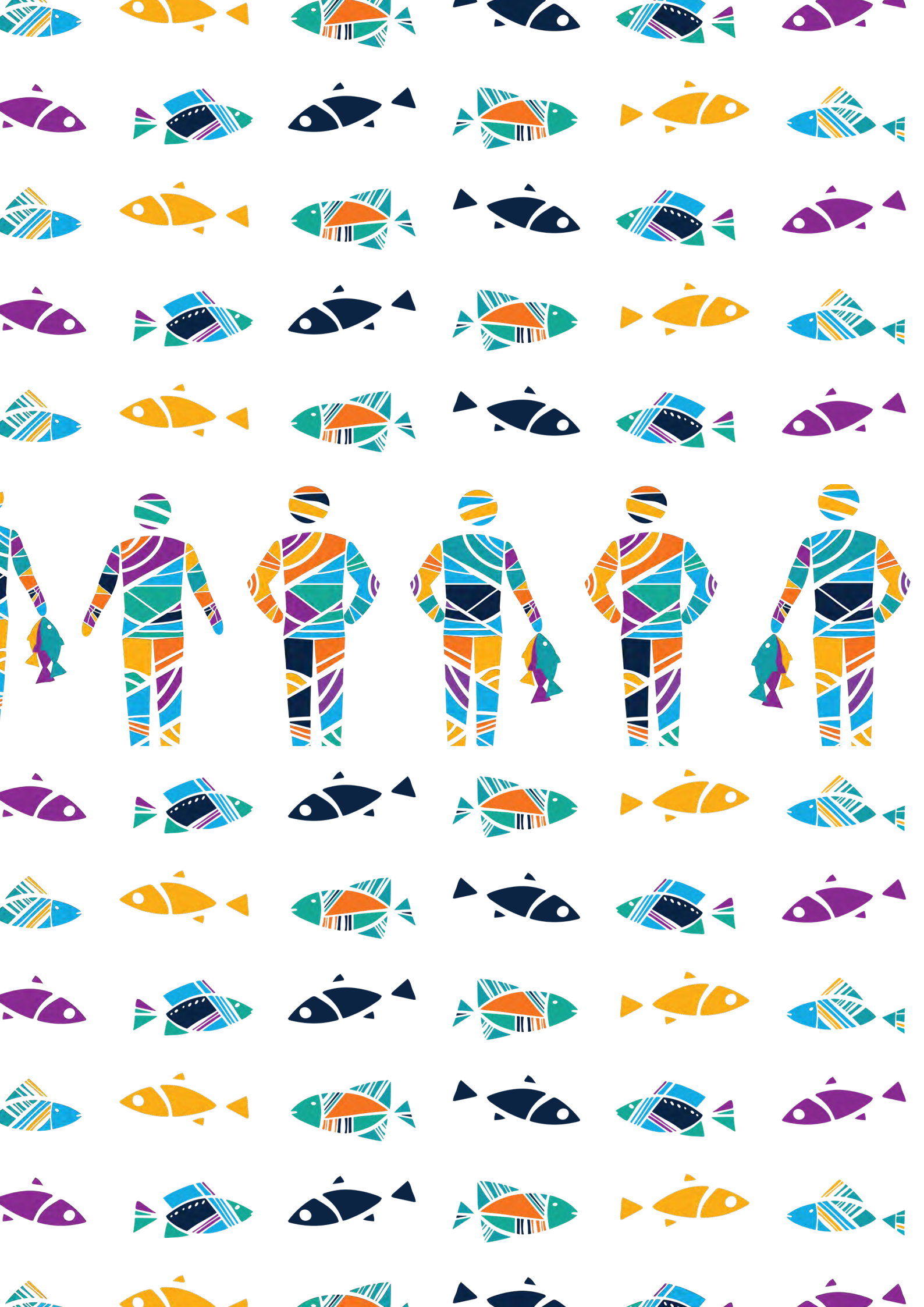
Em especial, o parágrafo 3 do artigo 22 estabelece que "o licenciamento para exploração de recursos a terceiros só pode ser feito com o consentimento prévio das comunidades locais". Contudo, o termo "terceiros" não está definido e há ambiguidade quanto ao seu significado no contexto das pescas. Originalmente criado para um contexto terrestre, "terceiro" poderia ter sido destinado como referindo-se a investidores estrangeiros licenciados para extrair recursos naturais da terra. No contexto das pescas, coloca-se a questão de saber se um navio industrial ou semi-industrial, ou mesmo um

pescador ou navio artesanal não-local, poderá ser considerado um "terceiro".

iii. Santuários: Nos termos da Lei da Conservação, os santuários podem ser designados se estiverem dentro de áreas de conservação comunitárias, sendo assim adequados para a designação de *reservas piscatórias com proibição de capturas* dentro de áreas mais amplas de gestão da pesca comunitária ou de conservação.

Estes pontos são discutidos mais detalhadamente na Secção 4 (Lições) abaixo.





2. Antecedentes, Abordagem e Metodologia do FishCC

2.1. Antecedentes, Objectivos e Estrutura do FishCC

2.1.1. Génesis do projecto FishCC

Co-gestão da pesca artesanal e vulnerabilidade às alterações climáticas

O conceito do projecto FishCC foi desenvolvido no contexto de uma nova geração de projectos de pesca artesanal liderados pelo governo em Moçambique, como o PPACG e o ProDIRPA (ver acima), centrados no envolvimento das comunidades na gestão das pescas de uma forma mais significativa, muitas vezes num contexto de uma base de recursos piscatórios em declínio. Paralelamente, houve um maior reconhecimento da particular vulnerabilidade das comunidades costeiras em Moçambique às pressões das alterações climáticas. O impacto combinado do aumento da temperatura da superfície do mar, dos surtos de tempestades mais frequentes e severas, da acidificação dos oceanos e do aumento da variabilidade dos padrões de precipitação, deverá afectar o estado dos recursos piscatórios, os padrões de pesca e a segurança no mar. Isto coloca as comunidades costeiras na linha da frente das preocupações com as alterações climáticas.³⁵

Neste contexto, durante 2013-14, o Fundo Nórdico de Desenvolvimento, juntamente com o Banco Mundial, expressou interesse em apoiar um projecto liderado pelo governo de Moçambique para ensaiar abordagens que promovessem a resiliência às alterações climáticas entre as comunidades costeiras. Isto poderia ser feito através do aumento da resiliência

ecológica (ou seja, aliviando pressões insustentáveis sobre os habitats e os recursos piscatórios) e a capacidade de adaptação da comunidade (aumentando a capacidade das comunidades e a diversificação dos meios de subsistência).

Na mesma altura, o processo de concepção estava também a começar a desenvolver um projecto SSWIOFish em Moçambique, um componente nacional de uma carteira regional de projectos no Oceano Índico ocidental apoiada por subsídios do Banco Mundial IDA, centrados na melhoria da eficácia da gestão de pescas prioritárias seleccionadas.³⁶ Assim, um projecto-piloto de uma abordagem à co-gestão da pesca artesanal que poderia potencialmente ser integrada e também informar futuras revisões das políticas e estratégias sectoriais relevantes, foi visto como altamente complementar ao SSWIOFish.

Durante as discussões para a concepção do FishCC, houve um interesse particular em identificar uma abordagem que pudesse abordar os desafios de promover mudanças de comportamento entre os pescadores artesanais, como parte de uma estratégia para abordar práticas de pesca insustentáveis. Nesse contexto, a abordagem *Fish Forever* desenvolvida pela ONG Rare foi identificada como uma possível metodologia, baseada em relatórios positivos da sua aplicação na Indonésia e nas Filipinas, embora ainda não tivesse sido testada em África. O foco da abordagem *Fish Forever* na aplicação de

³⁵ INGC, 2009; MICOA, 2007; MICOA, 2013

³⁶ Banco Mundial, 2014.

uma abordagem espacial para a co-gestão da pesca artesanal, através do estabelecimento de áreas de gestão comunitária com reservas com proibição de capturas, estava em sintonia com abordagens semelhantes

2.1.2. Objectivo do projecto

O objectivo de desenvolvimento do projecto (ODP) FishCC declarado no Documento de Projecto aprovado *era melhorar a gestão comunitária da pesca prioritária seleccionada*.³⁸

O Documento do Projeto FishCC desenvolve ainda mais:

“O projecto proposto procura melhorar a governação local ... e catalisar uma abordagem transformadora da pesca costeira e artesanal em Moçambique. A abordagem irá reduzir as ameaças humanas aos ecossistemas costeiros através da pilotagem de uma gestão baseada nos direitos das comunidades ...

*Para catalisar essa resiliência social, o projecto irá pilotar um processo no qual as comunidades locais se auto-organizam através dos seus conselhos comunitários de pescadores, e preparam e implementam os seus próprios regimes de gestão dos recursos naturais criando TURF e zonas com proibição de capturas (NTZ). Isto será facilitado por programas chamados Campanhas de Orgulho, nas quais serão ensinados aos funcionários do governo moçambicano os princípios do marketing social e uma teoria da mudança social que lhes permitirá estabelecer circunscrições a nível local, para acelerar a adopção e implementação das reservas TURF. Esta abordagem tem objectivos de gestão das pescas, dos meios de subsistência e dos recursos naturais, e à medida que a saúde dos ecossistemas costeiros melhorar, isso aumentará a resistência dos ecossistemas e a resistência socioeconómica às alterações climáticas.”*³⁸

do tipo LMMA³⁷ que estavam a ser experimentadas noutros locais da região SWIO, e foi visto como tendo um potencial interessante no contexto de Moçambique.

2.1.3. Estrutura e conteúdo do projecto

A estrutura e conteúdo do componente FishCC estão resumidos no documento³⁸, aprovado do Banco Mundial do seguinte modo:

Componente 1: Melhorar a gestão das pescas baseada nos direitos das comunidades (€350.000). O Instituto Nacional para o Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala (IDPPE) vai trabalhar com os Conselhos das Comunidades Pesqueiras (CCPs) para que estes se reúnam regularmente, criem os seus planos de gestão, delimitem as reservas com direitos territoriais para pescarias (TURF), e organizem a protecção e monitorização necessárias.

Além disso, o projecto apoiará os CCPs através do planeamento financeiro, integração do seu órgão de gestão nos governos provinciais e distritais, e patrocinando a formação sobre as alterações climáticas, resiliência social e ecológica. A pesca nos locais piloto melhorará através do desenvolvimento e implementação de reservas TURF, e esses melhoramentos serão medidos quantitativamente. Serão recolhidos dados pelos membros da comunidade local para monitorizar o melhoramento da biomassa das capturas e do valor das capturas e das reduções nos custos da pesca. O IDPPE supervisionará a recolha e utilização desses dados.

37 LMMA = Áreas marinhas geridas localmente, uma abordagem de gestão desenvolvida no SE da Ásia e Pacífico

38 Banco Mundial (2015)

Componente 2: Melhorar os meios de subsistência (€525.000). Este componente utilizará as recomendações das análises socio-económicas específicas do local para apoiar o melhoramento dos meios de subsistência. Serão desenvolvidas actividades piloto nos sectores do turismo, aquacultura e outros sectores, dependendo da localização geográfica e do status social das comunidades. Estes meios de subsistência alternativos para os pescadores ajudarão na transição da gestão de um acesso aberto para a gestão das reservas TURF.

Componente 3: Marketing social (€1.400.000). Este componente ajudará a aumentar a capacidade de marketing social local dentro do Ministério das Pescas e também das comunidades locais. Será dada formação e haverá um desenvolvimento das capacidades dos CCPs nos seis locais piloto. A organização internacional não governamental RARE proporcionará uma formação em marketing social e um workshop para os membros do IDPPE. Funcionários seleccionados do IDPPE receberão uma formação intensiva em marketing social, na ciência da mudança de comportamentos e em conservação, para que possam planear e implementar campanhas de marketing social em seis locais. Além disso, o projecto organizará um evento internacional para divulgar as lições aprendidas neste projecto e trocar experiências.

Componente 4: Gestão do projecto (€700.000). Este último componente apoiará a implementação e coordenação do projecto, no IDPPE. Também apoiará a monitorização e avaliação das actividades e resultados do projecto. O IDPPE será apoiado por uma assistência técnica sobre,

entre outros aspectos, o desenvolvimento de termos de referência e comunicação externa. Haverá diferentes tipos de materiais de comunicação, incluindo materiais de sensibilização e educação personalizados, website e comunicação visual. Consultores separados farão estudos técnicos para apoiar a implementação.

2.1.4. Resultados a alcançar pelo projecto

Com base nas descrições dos componentes acima contidas no documento do projecto do FishCC, foram incluídos os principais resultados esperados do projecto, em cada local do projecto:

- i) CCPs com capacidade reforçada, incluindo reuniões regulares.
- ii) Preparação de planos de gestão.
- iii) Delineadas, estabelecidas e implementadas as reservas piscatórias com proibição de capturas.
- iv) Dados para monitorizar o melhoramento da biomassa das capturas e o valor das capturas.
- v) Iniciativas piloto para os meios de subsistência implementadas.
- vi) Funcionários do IDPPE com formação em marketing social.
- vii) Campanhas de marketing social implementadas.

Reflectindo o acima exposto, o quadro oficial de resultados do projecto FishCC continha os indicadores descritos no Quadro 2.1.

Quadro 2.1. Enquadramento dos resultados do FishCC³⁹

Original	Após a reestruturação intermédia (2017)
Indicadores de resultados ao nível do objectivo de desenvolvimento do projecto (ODP) e metas finais	
Quatro acordos de gestão comunitária em vigor entre a administração e os CCPs.	Seis Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs) legalizados e em funcionamento.
7,5% de aumento médio das capturas por unidade de esforço (CPUE) nas comunidades alvo.	Abandonado
6.000 beneficiários directos do projecto dos quais >10% são do sexo feminino.	2.700 beneficiários directos do projecto dos quais >10% são do sexo feminino.
Resultado intermédio (Componente um): Melhorar a gestão das pescas baseada na comunidade	
1.1. 5% de aumento na cobertura de coral e algas marinhas nas reservas.	Abandonado
1.2. Seis planos de gestão local desenvolvidos pelas CCPs	Seis planos de gestão das pescas desenvolvidos e entregues para aprovação
Resultado intermédio (Componente dois): Melhorar os meios de subsistência	
2.1 Pelo menos duas novas oportunidades geradoras de receitas identificadas e acompanhadas.	Pelo menos duas novas oportunidades geradoras de receitas identificadas e lançadas
Resultado intermédio (Componente três): Marketing Social	
3.1. 30 elementos do pessoal do governo formados em marketing social	3.1. 24 elementos do pessoal do governo formados em marketing social

2.1.5. Comunidades alvo e beneficiários

O conceito do projecto FishCC não especificou as áreas geográficas a serem visadas pelo projecto, nem os princípios ou critérios para a sua selecção. Assim, durante o ano de 2016 foi feito um estudo de definição de âmbito para a selecção⁴⁰ do local do FishCC, um esforço colaborativo de uma equipa de funcionários da Rare, IIP, IDPPE, Universidade de Santa Bárbara e Fundo de Defesa Ambiental. Foi inicialmente seleccionada uma longa lista de 24 locais com base em critérios que incluem:

- *Relacionamento com as MPA nacionais (Áreas Marinhas Protegidas)* Para que a abordagem *Fish Forever* pudesse ser testada em diversos ambientes de governação.
- *Grande biodiversidade.*

- *Proximidade geográfica* (locais a norte acessíveis pelos aeroportos de Pemba ou Nampula).
- *Possibilidades de co-financiamento e colocação estratégica.* Incluindo a facilidade de levar os decisores a um local para fins de demonstração.
- *Presença de um CCP em funcionamento.*

Curiosamente, toda a área do Banco de Sofala foi excluída do processo de selecção do local. Isso abrange, a maior parte de Nampula e todas as províncias da Zambézia e Sofala.

Isso foi feito com base em que: “*o habitat é dominado pelos mangais e pelos bancos de Sofala, uma pesca dominada pelo arrasto semi-industrial em águas pouco profundas*”.⁴⁰ Esta caracterização está longe de ser correcta.

40 Rare, 2016

Em 2017, o total das capturas artesanais marinhas nas províncias de Sofala, Zambézia e Nampula foi estimado em 148.000 MT. O total de capturas marinhas semi-industriais para toda a costa de Moçambique no mesmo ano foi de apenas 1.837 MT. As capturas semi-industriais em 2015 na Beira, Quelimane e Angoche juntos foram de apenas 1.046 MT.⁴¹ Assim, a pesca na região do Banco Sofala é, de facto, esmagadoramente artesanal, atingindo cerca de 99%.

Um outro processo de selecção baseado em critérios foi aplicado aos 24 locais potenciais, envolvendo visitas físicas a todos os locais e entrevistas com os CCPs e membros da comunidade. Os locais foram classificados quantitativamente em relação a outro conjunto de critérios, incluindo:

- Adequação para funcionar como uma reserva TURF com base na ecologia e padrões de pesca
- Eco-saúde e recuperabilidade
- Pesca excessiva
- Localização estratégica/oportunidades de financiamento
- Padrões de mercado
- Factores de orgulho (factores sociais conducentes a um marketing social)
- Liderança
- Execução da gestão (capacidade social e de infra-estrutura para a gestão)

O processo descrito acima resultou na selecção de 6 locais para a implementação do projecto, como mostrado no Quadro 2.2. e na Fig.2.1.

Quadro 2.2. Características dos locais seleccionados para a implementação do FishCC

Nome do local	Província	CCPs	N.º de pescadores ⁴²	N.º de centros piscatórios	Dimensão da área de gestão (ha) ⁴³
Mefunvo	Cabo Delgado	Mefunvo	294	4	3.967
Memba	Nampula	Memba	1439	10	9.075
Inhassoro		Fequete	230-250	1	1.722
Pomene	Inhambane	Pomene	100	1	5.330
Závora		Závora	150+	2	9.883
Machangulo	Maputo	Mabuluco, Santa Maria	240	7	19.858

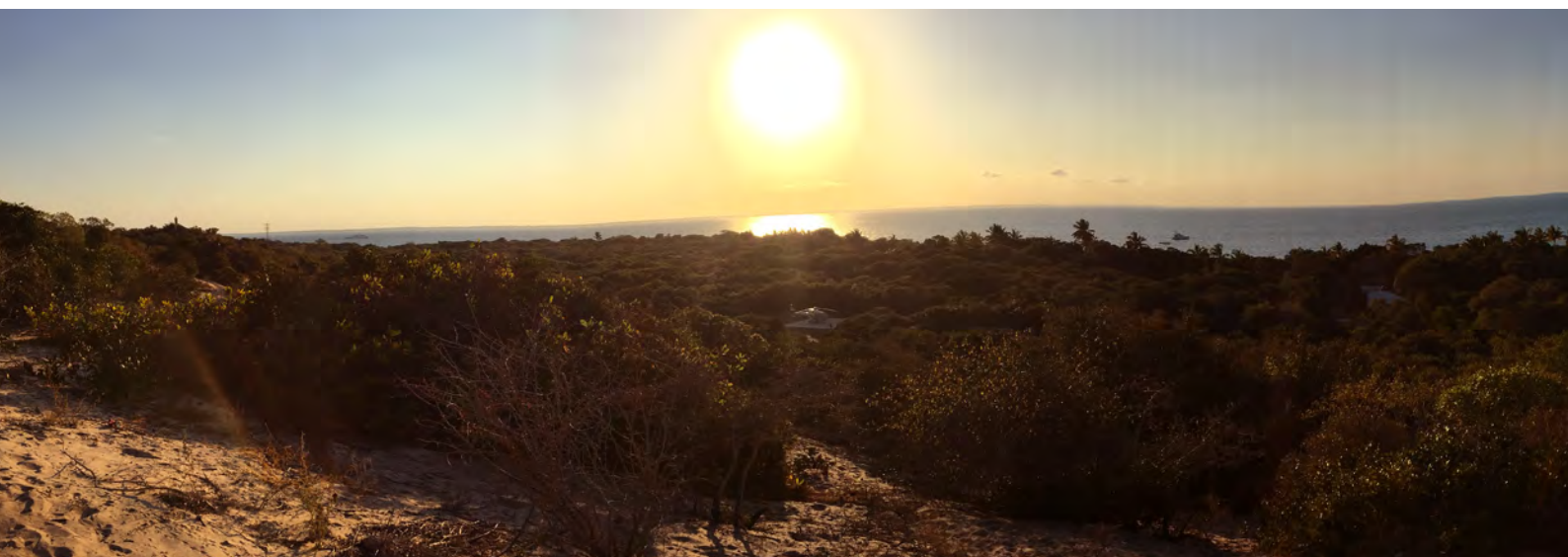
Observações sobre o processo de selecção dos locais

- 1. Geral:** a abordagem à selecção dos locais foi bem pensada e impressionantemente meticulosa, como evidenciado e detalhado no relatório de 104 páginas citado acima.
- 2. Selecção de áreas discretas para os CCPs:** Uma premissa implícita do processo de selecção dos locais, não explicitamente reconhecida no relatório anexo, era que locais discretos,

41 Estatísticas nacionais sobre a pesca da DEPI (Direcção de Estudos, Planeamento e Infraestrutura), 2006-2017

42 Rare, 2016

43 Estatísticas nacionais sobre a pesca da DEPI (Direcção de Estudos, Planeamento e Infraestrutura), 2006-2017



em grande parte pré-definidos pelo âmbito de um único CCP existente, seriam automaticamente adequados para o estabelecimento de áreas de gestão comunitária. Embora os padrões de pesca fizessem nominalmente parte dos critérios de selecção, as descrições resumidas dos locais em Rare (2016) não contêm nenhuma caracterização da utilização de cada área por pescadores externos, ou reciprocidade de actividades de pesca com os vizinhos. No entanto, este é um factor crítico no contexto da definição do âmbito das áreas de co-gestão. De facto, um dos locais seleccionados, inicialmente identificado como CCP de Mobulucco, foi posteriormente expandido para incorporar outro CCP vizinho, Santa Maria, que se tornou o local referido colectivamente como Machangulo.

Isto em si mesmo destaca o inconveniente acima mencionado de não dar mais atenção aos padrões de pesca na selecção original dos locais. Esta questão tem implicações importantes para a abordagem ampla à identificação do âmbito das áreas de co-gestão das pescas, como destacado nas Lições 1 e 2 na Secção 4 abaixo.

3. Distribuição geográfica dos locais seleccionados: A distribuição dos 6 locais por 4 províncias, todos em diferentes

distritos, aumentou significativamente o número de autoridades locais parceiras que necessitavam de ser envolvidas e de um aumento das suas capacidades. Ter apenas um local sob qualquer autoridade distrital (SDAE) ou direcção provincial (DPMAIP), excepto na Província de Inhambane, não pode ter encorajado um nível de envolvimento e propriedade tão elevado como poderia ter sido o caso. Além disso, a dispersão geográfica dos locais colocou uma tensão nos recursos limitados da Rare e do IDEPA, particularmente no tempo do pessoal.⁴⁴

4. Selecção de locais do FishCC em áreas protegidas designadas: 2 dos 6 locais do FishCC estavam localizados em áreas protegidas designadas ao abrigo da Lei da Conservação, 2013; Mefunvo in *Parque Nacional de Quirimbas* (QNP) e Machangulo na *Reserva Marítima Parcial da Ponta do Ouro* (RMPPPO). Como indicado acima nos critérios iniciais de delimitação do âmbito, esta foi uma medida deliberada para testar a adequação da abordagem *Fish Forever* em diversos contextos de governação. Esta foi uma intenção louvável e, pelo menos em Machangulo, pagou dividendos incidentais em termos de recursos técnicos e financeiros complementares fornecidos através da parceria com a RMPPPO e a Peace Parks Foundation.

44 Rare, 2019h



A preparação de um projecto de plano de gestão para Machangulo durante 2018-19 ajudou ainda mais a cristalizar questões importantes em torno das opções legais para a designação de áreas de gestão da pesca comunitária, em particular o Regulamento das Pescas revisto (REPMAR) actualmente em preparação. No momento da preparação do relatório estas questões ainda estão em processo de resolução, sendo este ponto destacado na Lição 27 na Secção 4.

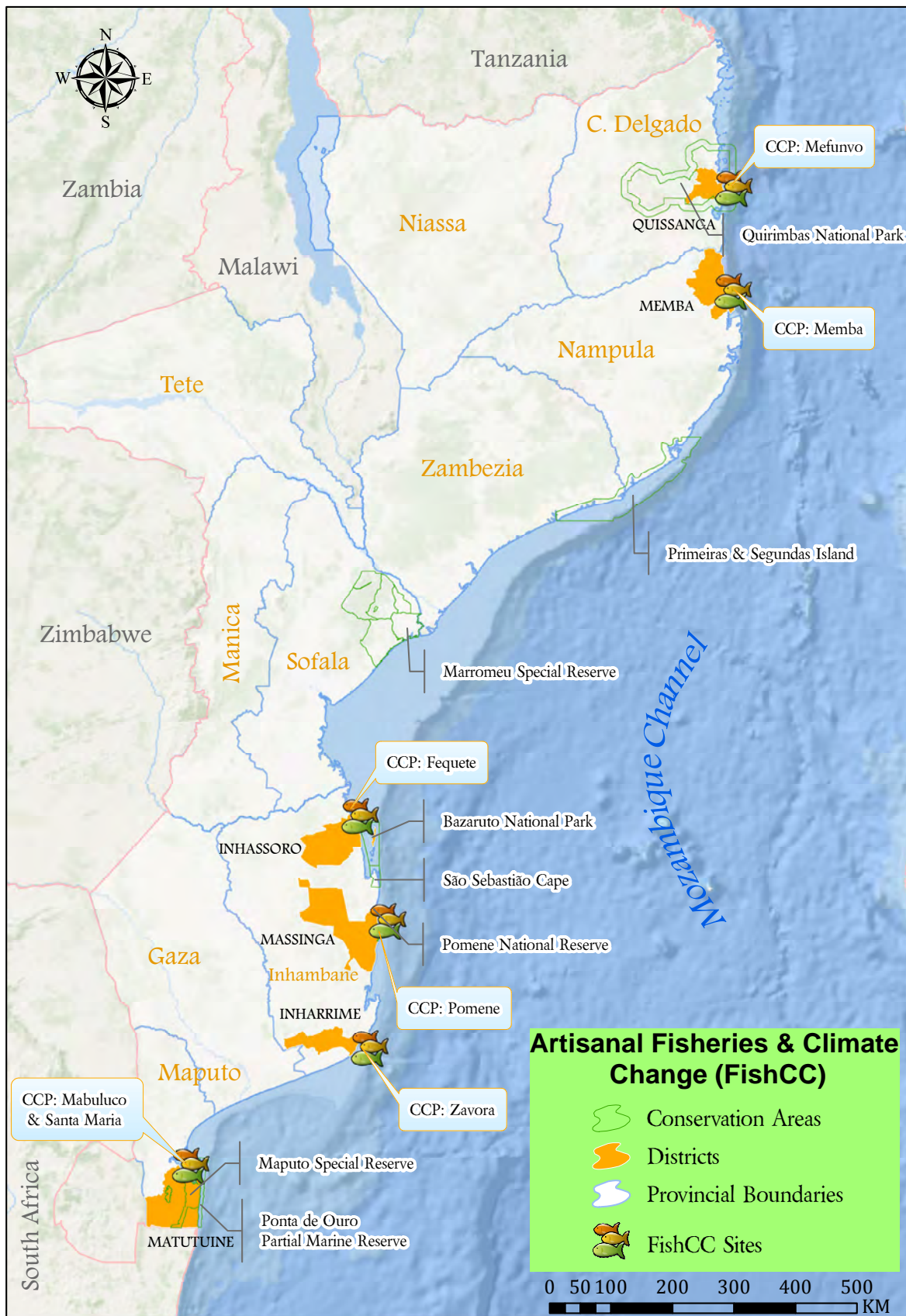
Em Mefunvo, houve menos provas de uma parceria de valor acrescentado com as autoridades do parque nacional. Menos progressos foram feitos na preparação de um plano de gestão, pelo que a experiência do Mefunvo ainda não contribuiu muito para a questão das questões legais que envolvem a designação de uma área de gestão da pesca comunitária dentro de um parque nacional. De uma forma confusa, a Rare informou durante a preparação deste relatório que a localização de Mefunvo dentro de um parque nacional foi um motivo para *não* localizar aí uma reserva piscatória com proibição de capturas, apesar das reservas com proibição de capturas serem um elemento central da abordagem *Fish Forever*. Isto é surpreendente, uma vez que já existem

outras reservas com proibição de capturas dentro do PNQ. Além disso, o gestor de campanha de Mefunvo comunicou que a comunidade de Mefunvo propôs, de facto, uma reserva com proibição de capturas no lado Este da ilha. Esta questão permanece pouco clara e não é provável que seja resolvida num futuro próximo, tendo em conta a actual situação de segurança a norte de Cabo Delgado.

Os pontos (2) e (3) em conjunto sugerem que uma melhor abordagem para a selecção do local teria sido identificar 2 ou 3 grupos de CCPs com áreas de jurisdição contíguas, com cada grupo dentro de um único distrito. Isto teria tido provavelmente maior sucesso em termos de: (i) envolvimento, coordenação e apropriação pelas autoridades distritais e provinciais; (ii) apoiar um melhor exame das questões que envolvem os pescadores compartilhados e as práticas de pesca recíproca entre áreas vizinhas; e (iii) uma melhor supervisão técnica dos gestores de campanha pela Rare e IDEPA.

Os benefícios de adoptar uma abordagem de agrupamento para identificar áreas de gestão das pescas, sustentada por uma avaliação sistemática dos padrões de pesca, é delineada nas Lições 1 e 2 na Secção 4 abaixo.

Fig. 2.1. Mapa de seis locais do projecto FishCC



2.2. Metodologia da Abordagem Fish Forever e Implementação do FishCC

2.2.1. Conceito e abordagem Fish Forever

A abordagem *Fish Forever* está melhor descrita no seu próprio documento publicado pela Rare. a organização responsável for desenvolver a abordagem *Fish Forever* desde 2011-12. Abaixo estão alguns textos e figuras seleccionados para ilustrar as principais características da abordagem.

Uma nota sobre as reservas com proibição de capturas e os efeitos de transbordamento

As reservas piscatórias com proibição de capturas são uma pedra angular da gestão das pescas a nível mundial, especialmente na gestão da pesca artesanal costeira em regiões tropicais e subtropicais. Embora os benefícios sejam difíceis de avaliar empiricamente, existe um conjunto de literatura desenvolvida ao longo de 30 anos que indica que as reservas piscatórias podem ter um efeito líquido no melhoramento das pescas em áreas adjacentes, através do transbordamento tanto de larvas como de peixes juvenis da área de reserva.⁴⁵ As reservas piscatórias com proibição de capturas têm um valor particular na protecção

dos habitats de desova ou viveiros de peixes, e também em situações em que o ambiente de pesca é relativamente complexo.

Nos locais onde as comunidades de peixes altamente diversificadas são alvo de diversos equipamentos de pesca, torna-se difícil aplicar abordagens tradicionais de gestão dos recursos piscatórios que foram em grande parte desenvolvidas para gerir a pesca de uma única espécie de recursos em regiões temperadas. Em ambientes de pesca complexos e pobres em dados, como são comuns na região SWIO, seria praticamente impossível conceber ou implementar medidas específicas de controlo do esforço para cada grande recurso piscatório alvo, para garantir a sustentabilidade.

Nesse contexto, as reservas piscatórias com proibição de capturas bem localizadas e de tamanho adequado podem ser uma alternativa mais simples e eficaz. Isto está no âmago da abordagem *Fish Forever*, e outras abordagens semelhantes aplicadas no Indo-Pacífico.

Fig. 2.2. Os três aspectos fundamentais da abordagem Fish Forever (Fonte: Rare)



45 eg. Nickols et al., 2019; McClanahan & Kosgei, 2019; Kruek et al., 2017, Nowlis, JS & Roberts CM (1999);

Como nasceu a iniciativa *Fish Forever*: O acesso gerido com reservas está em consonância com as mudanças de comportamentos⁴⁶

A ideia da abordagem *Fish Forever* nasceu através de três grandes realizações: que a pesca costeira estava em grande parte sem qualquer gestão e em declínio; que as comunidades costeiras estavam a enfrentar uma crise existencial com impacto na base das suas economias, segurança alimentar, cultura e bem-estar, e que a ferramenta de gestão mais utilizada nas águas costeiras - as Áreas Marinhas Protegidas (AMP) - estavam a lutar para serem eficazes, dada a falta de apoio da comunidade e de cumprimento dos pescadores, entre outros factores.

Estas realizações criaram a base para uma abordagem que poderia ligar

os benefícios da protecção marinha novamente às comunidades locais, construir uma governação e gestão eficazes para proporcionar uma pesca costeira sustentável a nível local, e ajudar os governos locais e nacionais a dar prioridade às comunidades costeiras e à sua pesca.

Esta abordagem, o acesso gerido com reservas está em consonância com as mudanças de comportamentos, é liderada pela comunidade e multi-local, concebida para responder às necessidades tanto das pessoas como da natureza, da conservação e do desenvolvimento.⁴²

Uma abordagem espacial à co-gestão das pescas acesso gerido com reservas⁴⁷

O acesso gerido com reservas é uma abordagem de gestão das pescas baseada nos direitos das comunidades que fornece às comunidades costeiras privilégios de acesso exclusivo à pesca em áreas definidas, e nas quais são estabelecidas áreas protegidas dentro ou adjacentes a essas áreas de acesso exclusivo. O acesso gerido facilita a posse e o acesso, fornece um mecanismo para ajustar a pressão da pesca, cria incentivos para os pescadores

se tornarem melhores administradores dos seus recursos, garante a sustentabilidade, alinhando os incentivos sociais para os pescadores com os objectivos de conservação e capacita os pescadores de pequena escala para que participem efectivamente na gestão das pescas. As reservas removem a pressão sobre a pesca e permitem o crescimento, reprodução e recrutamento de peixes - e, em última análise, sustentam a população de peixes.

Direitos, Recompensas e Obrigações: Os efeitos de transbordamento incentivam uma boa administração⁴⁷

À medida que as populações de peixes recuperam nas reservas e transbordam para os bancos de pesca próximos, os pescadores com direitos de acesso à área circundante da reserva podem beneficiar directamente do transbordamento (sob a forma de taxas de captura mais elevadas, peixes maiores e custos de pesca mais baixos). Este cenário cria um incentivo

para que os pescadores cumpram as regras e evitem a pesca ilegal na área. Os privilégios de acesso vêm com responsabilidades, e assim os pescadores têm o poder de controlar e administrar os seus pesqueiros através de um sistema de direitos, recompensas e obrigações. O direito à pesca torna-se dependente de uma boa administração.

46 Rare, 2018a (p10)

47 Banco Mundial (2015)

Implementação da abordagem Fish Forever

É mostrado abaixo um roteiro para a implementação da iniciativa Fish Forever. Para implementar a iniciativa *Fish Forever*, as equipas de campo têm acesso a directrizes abrangentes, manuais de formação, kits de ferramentas e materiais de apoio para orientar o processo e para implementar cada um dos elementos do programa. Isto inclui avaliações iniciais, a construção da gestão participativa, processos de consulta para a concepção de reservas, estabelecimento de dados para a tomada de decisões, construção de M&A eficazes, etc.

A aplicação destes materiais é apoiada por equipas técnicas num centro nas Filipinas. Os materiais são acessíveis através de um portal interno, e a implementação é acompanhada através de um sistema de marcos do programa abrangente.⁴⁸

2.2.2. Aplicação Global da Iniciativa Fish Forever

Antes da sua aplicação em Moçambique no âmbito do projecto FishCC, a iniciativa *Fish Forever*, foi desenvolvida e aplicada principalmente em três países: Brasil, Indonésia e Filipinas.

Durante os seus três primeiros anos de implementação, a iniciativa *Fish Forever* evoluiu para abranger o trabalho em 41 locais nesses três países, incluindo mais de 250 comunidades e 570.000 pessoas, incluindo quase 35.000 pescadores. Até o final de 2017, 51 órgãos de gestão jurídica e funcional tinham sido estabelecidos nos 41 locais. Foram construídas ou reforçadas 63 áreas de acesso geridas, abrangendo quase 600.000 hectares de águas costeiras com 27.000 hectares assegurados em reservas totalmente protegidas, conforme resumido no Quadro 2.3 abaixo.

Quadro 2.3: Estatísticas resumidas relacionadas com a iniciativa Fish Forever para o Brasil, Indonésia, e as Filipinas⁴⁹

	Brazil	Indonesia	Philippines	Total
Número de sites do Fish Forever	6	15	20	41
Números de comunidades nos sites	64	55	457	576
Número de comunidades do Fish Forever engajadas	11	46	210	267
Número de pessoas nas comunidades Fish Forever	9,800	78,799	481,545	570,144
Número de pescadores nas comunidades Fish Forever	2,148	8,085	24,601	34,834
Hectares de águas costeiras nos sites Fish Forever	355,400	5,554,734	804,127	6,714,261
Número de áreas de acesso gerenciado	6	27	30	63
Hectares sobre acesso gerenciado	355,400	81,895	151,298	588,593
Número de reserva com pesca proibida	13	27	64	104
Hectares de reserva com pesca proibida	1,383	22,974	2,669	27,026
Porcentagem de área de acesso gerenciado coberto por reserva	0.4%	28.1%	1.8%	4.6%
Número atual de órgãos de administração	6	26	19	51

⁴⁸ Steve Box, Vice-Presidente da Fish Forever, RARE (*pers. comm.*)

⁴⁹ Rare, 2018a

A Rare (2018a) resume as realizações e lições da experiência de implementação da iniciativa Fish Forever no Brasil, Indonésia e Filipinas desde 2013. As lições cruciais destacadas incluem:

- *A abordagem Fish Forever* funciona sob uma variedade de cenários.
- *A iniciativa Fish Forever* tem de incorporar uma maior flexibilidade e paciência para capacitar as comunidades
- O envolvimento das comunidades é essencial para a mudança e sustentabilidade.
- As interações entre pares aumenta a procura da abordagem.
- O envolvimento e o apoio subnacional (provincial) são essenciais para um aumento da escala.
- As redes de reservas e a conectividade na concepção dessas redes são necessárias para otimizar tanto a governação como a ecologia.
- Os meios de subsistência alternativos e os melhoramentos da cadeia de valor devem ser cuidadosamente planeados e correctamente sequenciados.



Uma mulher com o filho numa comunidade rural costeira no norte de Moçambique

Quadro 2.4.: Roteiro para a implementação da iniciativa Fish Forever⁵⁰

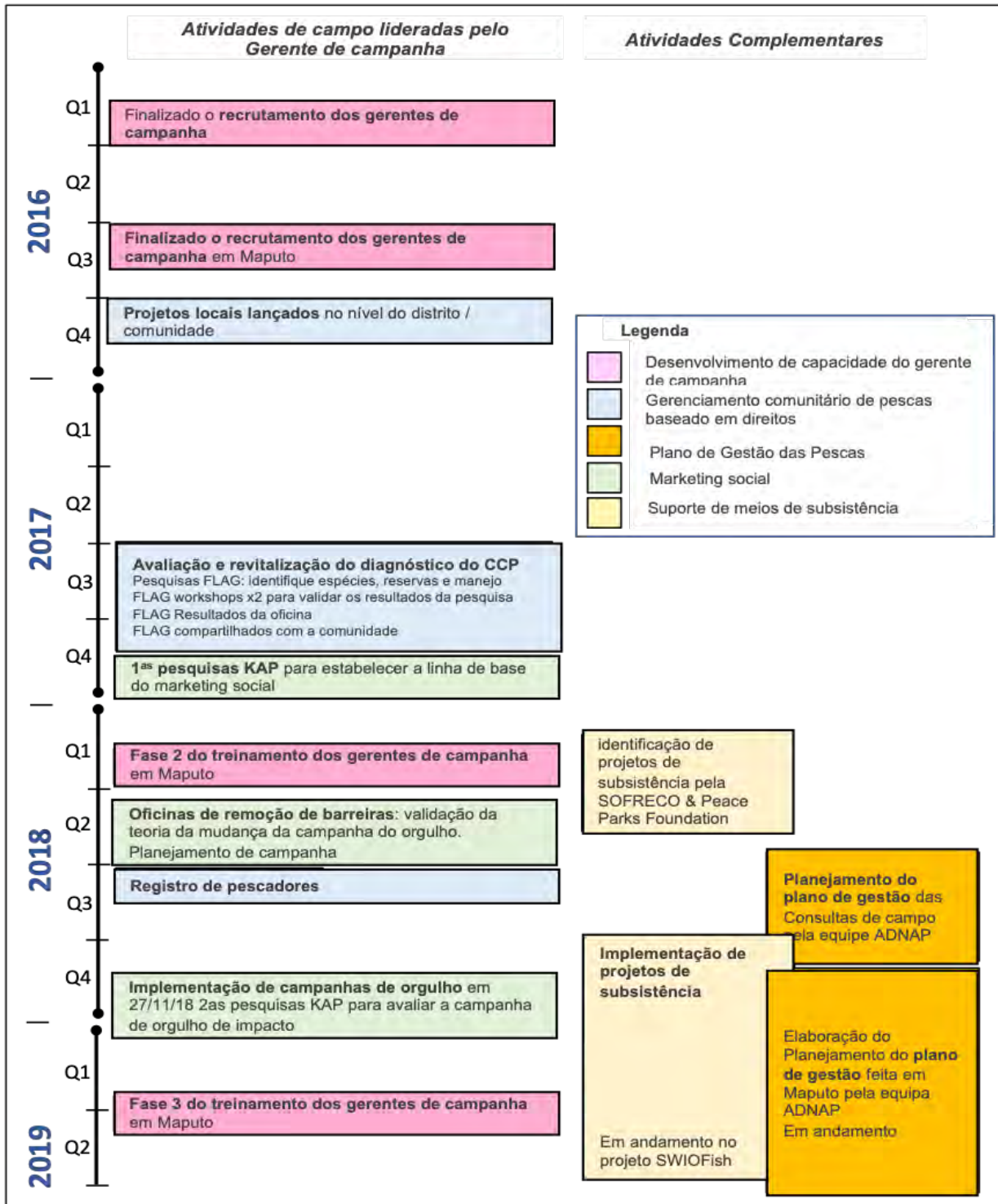
No nível do local, a Rare trabalhará com parceiros provinciais / subnacionais para apoiar os parceiros de implementação através de uma jornada de 3,5 anos:						
	START-UP	PERFL E BASE DE DADOS	ENGAJAMENTO E CAPACIDADE COMUNITÁRIOS	CONFIGURAÇÕES DE SISTEMA	ALCANÇANDO O SUCESSO	POR ÚLTIMO
	FASE 1 (3 meses)	FASE 2 (4-6 meses)	FASE 3 (4-6 meses)	FASE 4 (6-8 meses)	FASE 5 (8-10 meses)	FASE 6 (8 meses)
EQUIPES DE CAMPANHA	Organização, 1ª fase de treinamento.	Treinamento e trabalhando junto a Rare.	Treinamento, coaching e monitoramento	Treinamento, coaching e monitoramento	Treinamento, coaching e monitoramento	Formação como formadores
GESTÃO ADMINISTRATIVA	<p>Trabalho preliminar nessa fase será feito ao nível subnacional ou provincial:</p> <p>1) Utilizando inputs chaves de modelos científicos para as redes de reserva.</p> <p>2) Pesquisa a nível subnacional para validar adopção de mudança comportamental.</p> <p>Formação de parcerias a nível subnacional, com governo local academia e outros.</p>	Estudo com os stakeholders para identificar líderes e apoiadores para assegurar uma participação representativa.	Treinamento contínuo para membros chave das comunidades através da participação no design AM+R e no processo de planeamento da gestão para preparação para os papéis formais de gestão.		Designação ou concessão de direito a pescadores, grupos de pescadores e órgãos formais de gestão.	Trabalho contínuo na construção da capacidade dos órgãos de gestão para assegurar uma gestão efectiva do AM+R
REDE DE RESEVAS			Conhecimento, metas e expectativas locais aprimoram o design inicial.			
ÁREAS DE ACESSO GERENCIADO		Perfil das pescas para design dos planos de manejo.	Orientação e treinamento sobre as reservas, gestão das pescas e gerenciamento de acesso para líderes chaves nas comunidades.	Área de cesso gerenciado para complementar a rede de reserva finalizado com a comunidade.	Desenvolvimento dos planos de gestão para MA+R (pode-se acontecer junto aos outros planos)	
POLÍTICA E GOVERNAÇÃO		Revisão das políticas, avaliações de execução, revisão de alocação de orçamento.	Organização e fortalecimento dos times de vigilância e execução.	Rascunho do instrumento legal para designação do MA+R e seus direitos.	Formalização dos instrumentos legais de designação do AM+R e órgãos de gestão.	Integração total dos planos de AM+R no orçamento e nos planos locais de desenvolvimento.
GESTÃO DA PESCAS: DADOS PARA TOMAR DECISÃO		Acesso aos sistemas atuais, mapeamento dos comerciantes e compradores.	Organização dos times de monitoria que vão assegurar o registro dos pescadores, a colecta e uso dos dados.	Instalação do Qurfish e colecta de dados complementares se necessário.	Colecta de dados contínuo, treinamento dos grupos de gestão em interpretação e uso dos dados.	Feedback consistente dos dados para o processo de tomada de decisão.
ADOÇÃO DE COMPORTAMENTO		Pesquisa para validar e moldar o desenho da campanha.	1ª onda da campanha unificada de pesca.	Campanhas técnicas locais e específicas e adaptação.	Avaliação do progresso e atualização da campanha.	Campanhas sustentáveis de desenvolvimento, formação dos formadores para replicação.
INCLUSÃO FINANCEIRA E DE MARKETING			Avaliações para adequação de intervenções financeiras e de mercado.	Treinamento de educadores comunitários sobre gestão financeira e clubes de crédito e poupança.	Organização dos clubes de poupança. Educação ambiental e sobre pescas, treinamento integrado as reuniões SC. Avaliações mais aprofundadas para o desenvolvimento da empresa.	Monitoramento contínuo, solução de problemas, identificação dos clubes de poupança para progressão para as empresas e outros investimentos.
PRINCIPAIS RESULTADO	Ao nível subnacional ou provincial: Mapa estratégico da reserva com factores ecológicos e com dados sobre vulnerabilidade climática. Caminho para a adopção legal do gerenciamento baseado em direitos. Rede de parceiros envolvidos.	Perfil ecológico e de pesca, mapeamento dos stakeholders, pesquisa sobre audiência chave, estudo para guiar próximos passos nas políticas, execução financeira, intervenções de mercado, comportamento, campanhas e monitoramento de capturas,	Campanha de social market nos níveis subnacional e provincial. Campanhas treinamentos e conhecimentos bem difundidos dentro das comunidades sobre o problema da sobrepesca, elementos-chave da solução Fish Forever.	Acesso gerenciado + sistema da reserva implementado. Clubes de poupança organizados, dados locais para tomada de decisão e campanhas contínuas de mudança de comportamento.	Instrumentos legais promulgados e órgãos de gestão formalizados. Treinamento contínuo na construção de capacidade para utilização dos dados e trabalho conjunto para gestão das pescas.	Estruturas prontas para a rede AM+R, incluindo mecanismos para cooperação, líderes e organizações de pescadores capacitados para gerir sua costa pesqueira de forma sustentável

2.2.3. Processo de implementação do FishCC

Esta sub-secção descreve a implementação do projecto FishCC por componente e actividade. Os resultados e realizações são descritos separadamente na Secção 3 seguinte. O cronograma geral para implementação do projecto FishCC é mostrado na Figura 2.3.

As actividades nem sempre foram implementadas exactamente ao mesmo tempo em todos os 6 locais. No entanto, o desvio em relação ao que é indicado foi pequeno. São as seguintes as descrições das actividades complementares.

Fig. 2.3. Cronograma de implementação das actividades do FishCC



Componente Um: Gestão das Pescas Baseada nos Direitos das Comunidades

Diagnóstico e revitalização dos CCPs:

Os gestores de campanha nos 6 locais do FishCC facilitaram um processo de revitalização de 7 CCPs participantes (o local de Machangulo tem 2 CCPs), nenhum dos quais estava funcional no início do projecto. Foi feito um processo de diagnóstico, os pescadores e comerciantes foram convocados e todos foram encorajados a tornarem-se membros. Foi dada formação aos comités executivos dos CCPs, foram preparados estatutos e o processo de legalização dos CCPs foi iniciado em Dezembro de 2017. O mapeamento dos limites das áreas de jurisdição dos CCPs, que na maioria dos casos seriam propostos como os limites das futuras áreas de gestão comunitária também foi feito no âmbito desta actividade.

Registo dos pescadores Após a Revisão Intermediária (MTR), foi adicionada uma nova actividade ao FishCC, nos termos da qual a Rare adaptou um sistema de registo digital para os pescadores de pequena escala, desenvolvido no âmbito do programa *Fish Forever* utilizando uma aplicação chamada Fast-Field Forms. Isto permitiu fazer o registo dos dados pessoais dos pescadores, que foi a base para o registo dos pescadores e a emissão de cartões de identidade. A meta na MTR era emitir um mínimo de 500 cartões de identidade de pescador no total, nos seis locais do FishCC (aproximadamente 25% de todos os pescadores).

Ferramenta Fisheries Landscape and Goal-Setting (FLAG): Utilizando o kit de ferramentas da FLAG da iniciativa

Fish Forever, os gestores de campanha em cada local do FishCC entrevistaram uma amostra considerável de membros da

comunidade (principalmente pescadores e comerciantes de peixe), individualmente ou em pequenos grupos focais, para recolher informações sobre a pesca artesanal no local, incluindo a identificação de espécies alvo importantes, tendência histórica nas capturas e assim por diante. Em parte, o objectivo era identificar as dez espécies mais importantes por valor económico, e identificar uma proposta "FLAG" de espécies de peixes, significando uma única espécie totémica de grande importância económica, que pudesse ser utilizada como um foco para considerar intervenções de gestão das pescas, assim como servir de emblema para os CCPs.

Preparação do plano de gestão para cada local do FishCC: A preparação de planos de gestão para cada um dos locais do FishCC, um dos principais resultados esperados do projecto, foi implementado pela ADNAP, como parte do seu mandato institucional. Uma equipa de dois oficiais superiores das pescas foi designada para esta tarefa, com o apoio de um oficial jurídico superior das pescas.

A equipa aplicou uma combinação de revisões de gabinete e acções no terreno, utilizando as seguintes fontes de informação para preparar os planos de gestão:

- Relatórios de linha de base gerados durante o FishCC: em particular o estudo ecológico do CTV, relatórios de pesca do IIP e relatórios de workshops da FLAG de cada local.⁵¹
- Outra literatura de referência existente: especialmente para Machangulo que está dentro da Reserva Especial da Ponta do Ouro e que beneficiou de outros recursos do projecto que geraram estudos.⁵²

51 IIP, 2017a; IIP 2017b; CTV 2018; Rare/IDEPA, 2017(a a f) Relatórios da FLAG

52 Eg. Louro et al., 2017

A literatura existente para outros locais era limitada, mas a equipa também se baseou noutras publicações gerais, como material de referência biológica para algumas das espécies de peixes seleccionadas da FLAG.

- Pequenos eventos de consulta com as partes interessadas: Estes eventos consistiram numa reunião de consulta em cada local, com a duração de 2-3 horas, com a comunidade e as autoridades locais seleccionadas, feita durante a segunda metade de 2018.

A preparação das propostas para os planos de gestão foi feita pela equipa da ADNAP em Maputo. A ADNAP recebeu um modelo de plano de gestão *Fish Forever* mas

teve dificuldade em o adaptar, uma vez que necessitava de informação que não estava disponível. Assim, a equipa desenvolveu ou adaptou o seu próprio formato. As primeiras propostas de planos foram produzidas em Dezembro de 2018.⁵³

Depois de receber o feedback de que estas primeiras propostas exigiam um trabalho adicional significativo, com o contributo de uma equipa mais alargada, a ADNAP optou por dar prioridade a melhorar os planos para Machangulo e Inhassoro. Foi feito um workshop em Maputo em Março de 2019 para aprofundar os dois planos, convocando os participantes incluindo o pessoal técnico da Rare e do IIP e o gestor de campanha do Inhassoro.

Componente Dois: Meios de Subsistência Melhorados

Projectos de apoio aos meios de subsistência: Uma empresa de consultoria internacional, SOFRECO, foi contratada em 2017 para levar a cabo um processo participativo, em 5 dos 6 locais do FishCC, para identificar um potencial projecto para os meios de subsistência que pudesse ser apoiado pelo projecto. Em Machangulo, a Fundação Peace Parks contratou um consultor separado para um processo semelhante. A abordagem em ambos os casos incluiu entrevistas com os CCPs, as autoridades distritais e outras partes interessadas relevantes. Os relatórios finais da SOFRECO⁵⁴ identificaram uma longa lista de 15 projectos geradores de receitas para os 5 locais, com três opções por local. Parte da base para a selecção participativa de opções pelas comunidades era que os projectos seriam entregues através de subsídios correspondentes, com os beneficiários contribuindo com 20%, seja financeiramente ou em espécie, para promover a apropriação pela comunidade.

Nalguns casos, as comunidades cobriram os custos através de clubes de poupança. A longa lista de 15 projectos foi reduzida a 5 projectos, um por local, pela equipa de consultoria em colaboração com as respectivas comunidades, CCPs, autoridades distritais e provinciais, para se adaptar ao orçamento disponível de cerca de US\$100.000 por local. Embora cada local tenha inicialmente identificado diversos projectos relacionados com a pesca, aquacultura, agricultura e turismo na longa lista de 15 opções, os 5 projectos finais centraram-se todos no melhoramento dos equipamentos de pesca para a pesca offshore, ou no melhoramento da cadeia de frio da comercialização dos produtos da pesca.

De igual modo, os relatórios de diagnóstico para Machangulo⁵⁵ identificaram várias opções para projectos de subsistência, incluindo o melhoramento da cadeia de valor da pesca, aquacultura, ecoturismo e

53 MIMAIP, 2018 (a a f)

54 SOFRECO, 2018a; SOFRECO, 2018b;

55 Lopes, 2017; PPF, 2017

formação em sustentabilidade. Foi acordado que o FishCC apoiaria a implementação do projecto proposto de melhoramento da cadeia de valor da pesca, enquanto que outras opções foram apoiadas pela Fundação Peace Parks e/ou outras fontes de financiamento. Os detalhes de cada projecto para os meios de subsistência implementado estão descritos na Secção 3.3.1. abaixo.

Grupos de poupança e empréstimos:

O projecto apoiou o estabelecimento ou revitalização de grupos de poupança e empréstimos comunitários (PCR⁵⁶), durante um período de 12 meses, seguindo um modelo padrão de poupança e empréstimos de aldeia (VSL) que tem sido amplamente utilizado num contexto de desenvolvimento rural em África ao longo dos últimos 20 anos. Formação, materiais para poupança e apoio contínuo foram fornecidos aos grupos pela Rare, através dos gestores de campanha. A Rare também trabalhou com duas ONGs locais para ministrar formação em literacia financeira, nomeadamente, o *Fundo de Desenvolvimento da Mulher* (FDM) e Ophavela. Ambas são ONGs certificadas e com uma vasta experiência em microfinanças, alfabetização financeira e capacitação de mulheres. A formação forneceu aos participantes conhecimentos sobre actividades de gestão financeira, tais como poupança, manutenção de registos de receitas e

despesas, orçamentos, gestão de fluxo de caixa e utilização de serviços financeiros. As formações também se centraram na inclusão da mulheres em clubes de poupança.

Recolha de dados sobre as pescas para melhorar os mercados e a inclusão financeira:

Ao abrigo do FishCC, a Rare utilizou uma aplicação para telemóvel desenvolvida no âmbito do programa global *Fish Forever*, chamada *OurFish*, para fazer o registo digital das capturas de peixe pelos comerciantes de pescado. O objectivo da aplicação é auxiliar os comerciantes de pescado a registarem e avaliarem os seus negócios de comercialização de pescado, ao mesmo tempo que gera dados indicativos das capturas de pescado para utilização pelos gestores das pescas, desde o nível da comunidade até ao nível nacional.

A Rare identificou, formou e equipou os comerciantes de peixe na recolha e registo de informações (estatísticas biológicas e financeiras) resultantes das suas transacções comerciais diárias de peixe e de outros produtos do mar. A Rare, em coordenação com os CCPs e os governos distritais, distribuíram telefones andróides a comerciantes de peixe seleccionados dos CCPs. Os dados são automaticamente enviados para um sistema de gestão de dados baseado na nuvem.



Componente Três: Marketing Social

Em termos gerais, o *marketing social* visa influenciar o comportamento dos indivíduos e das comunidades, para proporcionar um maior bem social. Procura aplicar as lições aprendidas com o *marketing comercial* para atingir objectivos sociais. Globalmente, tem sido particularmente aplicado no contexto da saúde pública, mas também, cada vez mais, à gestão do ambiente e dos recursos naturais. O conceito de marketing social é fundamental para a abordagem *Fish Forever* e é uma área crucial de intervenção para provocar mudanças comportamentais, para atingir resultados de conservação.

A figura abaixo resume a teoria da mudança esquemática adoptada pela iniciativa *Fish Forever*. Influenciar os conhecimentos, as atitudes e as comunicações interpessoais (dos pescadores/comunidades de pesca) catalisa uma cadeia de resultados que culmina num resultado de conservação acordado. Esta estrutura é aplicada para desenvolver teorias da mudança específicas para o local, mensagens personalizadas para campanhas de comunicação e sensibilização (orgulho) e um plano de monitorização para avaliar o progresso obtido. A abordagem *Fish Forever* contém passos cruciais para a aplicação do marketing social (Figura 2.4).

Inquéritos aos conhecimentos, atitudes e práticas (KAP - Knowledge, Attitudes and Practices) O objectivo dos inquéritos KAP é fornecer um quadro de monitorização para avaliar o progresso na introdução de mudanças nas atitudes e práticas, particularmente entre os pescadores. Isso inclui medir a eficácia das actividades de marketing social (campanhas de orgulho). No âmbito do FishCC, foram feitos dois inquéritos (KAP) em 5 dos 6 locais do FishCC⁵⁷; um inquérito para estabelecer a linha de base (1º KAP) foi feito após a conclusão do processo da FLAG, no final de 2017, e um novo inquérito

(2º KAP) foi feito imediatamente após a implementação de campanhas de orgulho em cada local, no final de 2018. Os dados para o 2º inquérito KAP foram recolhidos utilizando uma aplicação para telemóveis.

Os inquéritos KAP feitos em cada local do FishCC foram baseados em questionários desenvolvidos de acordo com a metodologia padrão *Fish Forever*, e adaptados em cada local à luz dos resultados dos workshops da FLAG, e das teorias da mudança posteriormente desenvolvidas por cada Gestor de Campanha durante a sua segunda fase de formação na Universidade Eduardo Mondlane (ver Fig 2.3.). O inquérito KAP continha perguntas pertinentes para cada etapa da teoria da mudança esquemática na Fig. 2.4.

Workshops para remover barreiras:

Foram feitos workshops em cada local do FishCC. O seu objectivo era identificar as mudanças de comportamento que são necessárias para obter resultados de conservação (ou seja, de acordo com as teorias da mudança); e identificar as principais barreiras a essa mudança de comportamentos e como essas barreiras podem ser removidas ou mitigadas. Medidas para a remoção das barreiras e para a sua mitigação são então incorporadas nas mensagens e materiais da campanha do orgulho, e/ou iniciativas para os meios de subsistência, como adequado.

Campanhas de orgulho: Campanhas de orgulho são o nome dado na metodologia *Fish Forever* às campanhas de sensibilização e mobilização das comunidades, baseadas em mensagens que são especificamente personalizadas para questões prioritárias da gestão das pescas num determinado local. Assim, as campanhas de orgulho em cada local do FishCC foram baseadas numa análise feita pelos gestores de campanha sobre os resultados dos workshops da FLAG

⁵⁷ Os inquéritos KAP não foram feitos em Memba devido a uma mudança do gestor de campanha num momento crítico.

e de remoção de barreiras. A partir destas, os gestores de campanha identificaram objectivos para a campanha de orgulho, mensagens e públicos-alvo que abordariam uma ameaça específica, realista e mensurável causada pela pesca excessiva e/ou práticas de pesca indesejadas relacionadas.

As campanhas de orgulho foram oficialmente lançadas em cada local em 21/11/18, no Dia Mundial dos Pescadores. Foram implementadas diversas festividades envolvendo aproximadamente 350 membros da comunidade em cada local, presididas por autoridades provinciais e/ou distritais.

As mensagens foram entregues através de discursos oficiais de funcionários do governo, apresentações das escolas, cantares por grupos culturais femininos, grupos de teatro dos pescadores e actividades de futebol, corridas de barcos e atletismo além de outros eventos culturais, tendo sido exibidas em todas as oportunidades banners, cartazes, camisetas, bonés, etc., com mensagens apropriadas. As mensagens foram ainda mais amplificadas através da cobertura dos meios de comunicação locais⁵⁸. As mensagens centraram-se na importância da conservação do meio ambiente marinho, na preservação das espécies mais significativas escolhidas por cada comunidade, na adopção de comportamentos de pesca sustentáveis

e de melhores práticas, incluindo o estabelecimento e observância de reservas de pesca com proibição de capturas, e o registo dos pescadores¹³.

Esperava-se que as mensagens e materiais preparados para as festividades de lançamento da campanha tivessem sido replicados através de uma série de eventos e actividades de campanha subsequentes com a duração mínima de seis meses. Mas na prática, relativamente poucas actividades campanha foram subsequentemente implementadas. No Inhassoro, um programa semanal da rádio comunitária foi apoiado durante Jan-Fev 2019; em Machangulo, teve lugar um torneio de futebol durante Fev-Maio de 2019; em Pomene o projecto apoiou a plantação de árvores, todas com mensagens da campanha de orgulho. Em todos os locais, as mensagens da campanha em banners, cartazes, murais, camisetas e outros materiais teriam tido um impacto permanente.

No entanto, a maioria das actividades de campanha planeadas para serem implementadas entre Dezembro de 2018 e Abril de 2019, após o lançamento da campanha, não foram implementadas no âmbito do FishCC devido à falta de tempo disponível e de recursos financeiros do projecto⁵⁹. No entanto, algumas actividades foram implementadas pela Rare mais tarde, em 2019, utilizando outros recursos.

Fig. 2.4. Esquema da teoria da mudança da abordagem Fish Forever.



58 Rare, 2019

59 Comunicações pessoais de seis gestores de campanha



3. Realizações e desafios do projecto FishCC

3.1. Desempenho Global do Projecto

Consultar os quadros 3.1. a 3.3. na página seguinte para obter os principais resultados e desafios do projecto FishCC.

3.2. Componente Um: Melhorar a Gestão das Pescas Baseada nos Direitos das Comunidades

3.2.1. Fortalecer os Concelhos Comunitários de Pesca (CCPs)

Revitalização, funcionalidade e legalização dos CCPs

Como uma consequência dos esforços de revitalização dos CCPs pelos gestores de campanha e extensionistas distritais da pesca em cada local do FishCC, 7 CCPs foram restabelecidos e legalizados com sucesso, foram eleitos e formados comités executivos (*Comités de Direcção*) e foram preparados os estatutos dos CCPs. Durante as últimas fases do projecto, os comités dos CCPs reuniam-se uma ou duas vezes por mês, e as reuniões da assembleia geral tinham lugar 1-2 vezes por ano. O feedback escolhido dos gerentes de campanha, recolhido durante as consultas para este relatório, incluiu:

60 Banco Mundial, 2015.

61 Banco Mundial, 2019.

62 Comunicações pessoais de seis gestores de campanha

Quadro 3.1. Realizações atingidas em relação aos resultados esperados no documento do projecto FishCC⁶⁰

Resultados esperados a apresentar	Alcançado	Realização
Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs) com uma capacidade fortalecida a reunir-se regularmente	Sim	Existem 7 CCPs com uma competência fortalecida, mas apenas 2 se reúnem regularmente
Preparação de planos de gestão	Parcial	Existem 6 projectos de planos de gestão, mas nenhum foi concluído
Reservas piscatórias com proibição de capturas delineadas, estabelecidas e implementadas	Parcial	Foram delineadas reservas de pesca com proibição de capturas em 4 locais, mas nenhuma foi formalmente estabelecida ou demarcada.
Dados para monitorizar o melhoramento da biomassa e o valor das capturas.	Não	Não existe registo de uma linha de base. Existem alguns dados recolhidos no último ano do projecto utilizando a app OurFish.
Iniciativas piloto para os meios de subsistência implementadas.	Parcial	Foram iniciados 6 projectos para os meios de subsistência, mas apenas foram completados 2
Funcionários do IDDPE com formação em marketing social.	Sim	6 gestores de campanha formados, 5 a receber o diploma de mestrado
Campanhas de marketing social implementadas.	Parcial	6 campanhas lançadas, mas nenhuma totalmente implementada para uma duração planeada de 6 meses.

Quadro 3.2. Realizações em comparação com o quadro dos resultados formais do FishCC

Indicadores e metas revistos	Realizações reais ⁶¹
Resultados ao nível do objectivo de desenvolvimento do projecto (ODP)	
Seis CCPs legalizados e em funcionamento.	Alcançado. 7 CCPs revitalizados e legalizados, mas apenas 2 mostraram que estavam a funcionar através das actas das suas reuniões com lista de participantes. Isso foi explicado como sendo devido ao baixo nível de alfabetização entre os líderes dos CCPs.
2.700 beneficiários directos do projecto dos quais >10% são do sexo feminino.	Alcançado: O Projecto beneficiou cerca de 2713 pessoas, das quais 52% eram mulheres
Resultado intermédio (Componente um): Melhorar a gestão das pescas baseada na comunidade	
Seis planos de gestão das pescas desenvolvidos e entregues para aprovação	Não alcançado 6 planos de gestão estavam na fase de rascunho, mas com muito trabalho ainda necessário.
Resultado intermédio (Componente dois): Melhorar os meios de subsistência	
Pelo menos duas novas oportunidades geradoras de receitas identificadas e lançadas	Alcançado. Dois projectos para os meios de subsistência lançados e outros 4 em processo de lançamento
Resultado intermédio (Componente três): Marketing Social	
24 elementos do pessoal do governo formados em marketing social	Alcançado. A formação dada a 6 gestores de campanha foi prolongada a mais 24 funcionários.

Quadro 3.3. Classificação final no Relatório de Conclusão da Implementação do Banco Mundial⁶²

Factor de desempenho	Classificação
Cumprimento dos objectivos do projecto	Modesto
Resultado do desenvolvimento (eficácia)	Moderadamente insatisfatório
Desempenho na implementação	Moderadamente insatisfatório

Pomene: O comité do CCP reúne-se mensalmente com uma boa participação de todos os 12 membros

Závora: O comité do CCP reúne-se diligentemente no dia 8 de cada mês com todos os 12 membros do comité presentes de forma regular. A assembleia geral reuniu-se 3-4 vezes em dois anos, e quando o faz tem a presença plena de quase todos os 121 pescadores de Závora

Machangulo: *CCP de Santa Maria:* Os 13 membros do comité reúnem-se todos os meses e preparam as respectivas actas. A assembleia geral reúne-se no dia seguinte, todos os meses, com aproximadamente 40 participantes, ou até 70 se não estiver maré baixa. *Mabuluko CCP:* reestabelecido em meados de 2018. O comité reuniu-se de forma menos consistente, cerca de duas vezes em Julho e Dezembro de 2018 e duas vezes entre Janeiro e Julho de 2019.

Durante a monitorização e avaliação no fim do projecto, apenas 2 dos 7 CCPs foram capazes de fornecer os meios de verificação do seu desempenho funcional, como mostrado no quadro de resultados do projecto, ou seja, as actas escritas das reuniões do comité do CCP, com uma lista de participantes. Isso foi explicado no relatório da RARE como sendo devido ao baixo nível de alfabetização entre os líderes do CCP. Na prática, é surpreendente que este ponto importante não tenha sido melhor tratado durante a selecção dos membros dos comités dos CCPs. A alfabetização deve ser um requisito básico para a selecção de candidatos como Secretário do CCP, parece improvável que não haja candidatos alfabetizados em toda uma comunidade piscatória.

Os tópicos das discussões pelos comités dos CCPs incluíram as taxas de licenciamento,

vigilância baseada na comunidade, questões relacionadas com o acesso a equipamentos de pesca e outras ferramentas de pesca, e discussão sobre questões prioritárias a levar às instituições distritais e provinciais para resolução.

Todos os 7 CCPs foram legalmente registados através da apresentação de pedidos formais de autorização assinados pelo MIMAIP entre Outubro de 2017 e Julho de 2018.

Registo de pescadores e definição de membros do CCP

Foram registados 1197 pescadores e 18 comerciantes de peixe nos 6 locais do FishCC, como mostrado no Quadro 3.4. Mais de 1000 pescadores registados receberam cartões de identidade. Foram registados cerca de 48% de todos os pescadores, sendo a maior parte das faltas em Momba.⁶⁴

As consultas às comunidades feitas durante a preparação deste relatório indicaram que os pescadores atribuíam um valor significativo à posse de cartões de identidade. No entanto, deve-se ter em conta que o cartão de identidade não indica explicitamente que o pescador é membro de um CCP. Isso parece ser uma oportunidade perdida de utilizar os cartões de identidade como meio de afirmar e incentivar a adesão ao CCP. Isso levanta a importante questão sobre quem, dentro da comunidade, é considerado um "membro" do CCP e se os pescadores comuns se sentem representados pelo CCP.

Historicamente em Moçambique, embora os estatutos dos CCPs de 2006 indiquem claramente que se espera que os CCPs tenham um grande número de membros através de uma assembleia geral, a média

63 MIMAIP, 2019h

64 Existe uma discrepância no número de pescadores existentes em Momba entre o MIMAIP - Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, 2019h (200) e a RARE, 2016 (1050)

Quadro 3.4. Pescadores registados em cada local do FishCC⁶⁵

Local	Total de pescadores	Pescadores registados			Comerciantes registados			Total registados	% do total
		H	M	Total	H	M	Total		
Mefunvo	294	166	128	294		5	5	299	100
Memba	1439	175	17	192	5		5	197	13
Pomene	120	113	2	115	2	2	4	119	96
Inhassoro	205	181		181		4	4	185	88
Závora	121	118		118			0	118	98
Machangulo	300	297		297			0	297	99
Total	2479	1050	147	1197	7	11	18	1215	48

de membros ao longo de toda a costa é de apenas cerca de 17 membros por CCP. Isso porque a qualidade de "membros" do CCP tem sido frequentemente entendida, pelos funcionários das pescas e pelos membros da comunidade, como se referindo apenas aos membros do comité executivo, e não existe uma assembleia geral activa. Isto enfraquece significativamente a medida em que os pescadores se identificam com o CCP e o aceitem como seu representante.⁶⁵

O feedback escolhido sobre esta questão, recolhido durante as consultas para este relatório, incluiu:

Mefunvo: O comité executivo do CCP tem 32 membros, incluindo 13 mulheres. Em princípio, todos os pescadores são membros do CCPs, mas na prática a maioria provavelmente diria que os "membros" são os 32 membros do comité.

Memba: Cerca de 200 pescadores registados tendo 145 recebido cartões de identidade - os pescadores registados vieram de todos os 10 centros de pesca do CCP de Memba. Embora o pescador médio provavelmente diga que é um membro do CCP, ainda há uma certa confusão e os membros do comité ainda não ajustaram a sua forma de pensar e linguagem em termos de reconhecer a totalidade dos membros.

Pomene: Foram registados 115 pescadores que receberam cartões de identidade, e todos os restantes pescadores os querem receber. Durante a discussão com um grande grupo de pescadores, o presidente do CCP referiu-se aos "membros" do CCP como significando apenas os 12 membros do comité. Depois de uma discussão mais intensa, todos concordaram que todos os 120 pescadores são membros do CCP. Isto indica que ainda existe alguma incerteza e confusão.



Cartões de identidade utilizados pelos pescadores nas áreas monitorizadas. As consultas concluíram que é atribuído um valor significativo aos cartões

65 MIMAIP, 2019h

Závora: Registaram-se 100 pescadores que receberam cartões de identidade, de um total de 121 pescadores. Os restantes pescadores querem registar-se quando os cartões estiverem disponíveis.

A experiência do registo de pescadores no FishCC destaca o valor potencial dos cartões de identidade como um instrumento para reforçar o sentimento de membro dos CCPs, se o estatuto de membro estivesse

indicado no cartão de identidade. Isso também poderia ajudar a gerar um melhor entendimento comum de que os pescadores e comerciantes que participam na assembleia geral são tão membros do CCP como os membros do comité executivo. Também pode haver valor na emissão de cartões de identidade especiais para os membros do comité executivo, confirmando o seu papel no comité. Este ponto foi destacado na Lição 27 na Secção 4 abaixo.

3.2.2. Identificação das reservas com proibição de capturas e das medidas de gestão em cada Local

O projecto fez progressos significativos em direcção ao objectivo acima referido, facilitando o consenso da comunidade sobre a(s) reserva(s) com proibição de capturas e outras medidas de gestão das pescas em cada local, e incorporando-as em projectos de planos de gestão. No entanto, a finalização dos planos de gestão estava ainda em curso no fim do projecto, sendo ainda necessário um trabalho significativo: As áreas de gestão propostas ainda não foram formalmente estabelecidas; Os limites das reservas com proibição de capturas ainda não foram mapeados ou demarcados; e, com poucas excepções, as medidas de gestão ainda não estavam a ser implementadas, como inicialmente previsto no início do projecto⁶⁶. Isto reflecte uma variedade de desafios relacionados com a implementação de projectos, papéis institucionais e o quadro mais amplo da governação nacional das pescas, todos definidos nas lições descritas na Secção 4 abaixo.

Em 5 dos 6 locais piloto do FishCC, o projecto trabalhou com um único CCP, e as áreas de jurisdição dos CCPs existentes (ver seção 1.2.2. acima) foram consideradas como sendo *de facto* áreas de gestão da TURF, embora o mapeamento de fronteiras não tenha sido feito e/ou documentado de forma sistemática.

No caso de Machangulo, pescadores de dois CCPs vizinhos, Mabuluku e Santa Maria, partilham substancialmente os pesqueiros uns dos outros, por isso, por acordo das duas comunidades, as suas duas áreas de jurisdição foram combinadas para formar uma única área de gestão da TURF.

Dentro de cada uma das áreas de gestão acima, os comités dos CCPs e as comunidades de pescadores participaram no processo de definição da paisagem piscatória e definição de metas (FLAG), no âmbito do *Fish Forever*, resultando, entre outras coisas, na identificação de:

- uma espécie de peixe alvo da FLAG (Quadro 3.5. abaixo⁶⁷);
- desafios que a pesca e os ecossistemas piscatórios enfrentam localmente;
- possíveis estratégias e medidas para mitigar esses desafios.

As consultas acima mencionadas em cada FishCC resultaram na ampla aceitação do conceito de definir uma ou mais reservas de pesca com proibição de capturas dentro da área de jurisdição do CCP, e na identificação provisória dos locais propostos. Estes estão ilustrados

⁶⁶ Banco Mundial, 2015.

⁶⁷ Rare, 2017 (a a f)

nas Figuras 3.1a e 3.1b abaixo, com alguns comentários adicionais resumidos de consultas com membros do CCP, feitas durante a preparação deste relatório.

O Quadro 3.6. resume as áreas das respectivas áreas de gestão (AGCs) e reservas com proibição de capturas (ARRs) em cada um dos 6 locais do FishCC, com notas complementares como se segue.

Notas e observações Sobre o Quadro 3.6.

- (i) Os dados para as áreas dos habitats nas colunas 3 e 5 do Quadro 3.6. têm como base a análise SIG feita pela Rare utilizando os conjuntos de dados disponíveis para a distribuição global dos recifes de coral, algas marinhas e mangais.
- (ii) O tamanho da reserva com proibição de capturas Memba é muito pequeno em relação ao tamanho relativamente grande

da área de gestão que cobre 10 centros de pesca.

- (iii) Em Mefunvo, a proposta de reserva com proibição de capturas não foi mapeada, nem a sua área foi calculada, devido a uma discrepância entre o gestor de campanha de Mefunvo (que informou que existia um acordo comunitário sobre uma proposta de reserva com proibição de capturas no recife oriental) e a Rare (que comunicou que não foi estabelecida nenhuma reserva com proibição de capturas em Mefunvo porque está localizada dentro do Parque Nacional de Quirimbas). Este último ponto não é consistente com o facto de existirem várias outras reservas não utilizadas dentro do PNQ. A deterioração da situação de segurança em Cabo Delgado durante 2019 tornou impossível a verificação da situação no terreno durante as consultas feitas para este relatório.

Quadro 3.5. Espécies prioritárias de peixes da FLAG seleccionadas pelas comunidades em cada local do FishCC⁶⁷

Local FishCC	Espécies da FLAG		
	Português	Nome científico	Nome em Inglês
Mefunvo	Peixe ladrão	<i>Lethrinus harak</i>	Blackspot emperor
Memba	Peixe coelho	<i>Siganus sutor</i>	Spinefoot rabbitfish
Inhassoro/ Fequete	Peixe coelho	<i>Siganus sutor</i>	Spinefoot rabbitfish
Pomene	Garoupa	<i>Epinephelus tauvina</i>	Grouper (Arabian)
Závora	Garoupa	<i>Epinephelus malabaricus</i>	Grouper (Malabar)
Machangulo	Peixe pedra	<i>Pomadasys kaakan</i>	Javelin grunt

Quadro 3.6. Área estimada das reservas com proibição de capturas proposta pelas comunidades⁶⁸

Local FishCC	Total da área gerida (ha)	Área de habitat ⁷⁰ (ha)	Área total da reserva (ha)	Área de habitat na reserva (ha)	Reserva como % da área total	% do habitat na reserva
Memba	9.075	2.728	19	16,5	0,2%	0,6%
Mefunvo	3.967	1.959	-	-		
Inhassoro	1.722	736	76	16	4,4%	2,2%
Pomene	5.330	1.092	109	24	2,0%	2,2%
Závora	9.883	255	338	0	3,4%	0%
Machangulo	4.872	1.672	1.640	754	33,7%	45,1%

68 Rare

(iv) Para Inhassoro, a área de reserva mostrada é a da ARR proposta, segundo comunicado pela Rare. Mas, referido na Fig. 3.1a acima, existiu uma discrepância substancial entre isso e o que foi descrito pela CCP/comunidade de Fequete durante as consultas para este relatório.

(v) Para Závora, os dados da Rare na coluna 5 indicam que as 3 reservas com proibição de capturas propostas não contêm nenhum habitat (recifes de coral, algas marinhas e mangais). Isto é discutível. As 3 áreas de reserva são constituídas por substratos de arenito fossilizado rochoso que suportam comunidades de corais duros e moles e a biodiversidade associada.⁶⁹ A Rare decidiu não classificar estes como habitats de recifes de coral, uma vez que não são verdadeiros recifes de calcário, mas são certamente habitats de coral.

(vi) Em Machangulo, a dimensão da área de reserva mostrada e a sua proporção em relação à área total gerida, é enganadora em termos de pesca. Como mostrado na Fig. 3.1b acima, a reserva com proibição de capturas de Machangulo é um habitat de mangais, a maioria dos quais não é um pesqueiro de águas abertas. A proporção dos pesqueiros contidos na reserva está provavelmente mais próxima de 5 ou 7%. Para fins de gestão das

pescas, valeria a pena calcular a área de água na maré alta, contida na área da reserva, como uma métrica adicional.

O Quadro 3.7. acima resume as medidas de gestão das pescas propostas pelas comunidades em cada local do FishCC, com base nas consultas feitas junto dos CCPs e dos pescadores. Como mostrado no Quadro 3.8, há uma diferença notável entre os locais, quanto ao tipo e âmbito de medidas propostas, variando de várias restrições à pesca em Závora, a nenhuma em Machangulo ou Membra, a não ser uma única reserva com proibição de capturas.

As razões pelas quais os locais do FishCC estavam mais ou menos inclinados a propor diversas medidas de gestão podem incluir:

- *Diferenças nos equipamentos de pesca utilizados e pressão das pescas*
- *Foco indevido numa espécie preferida* (ver secção 4.2.3 abaixo)
- *Homogeneidade/heterogeneidade social da comunidade*: Alguns locais que propõem relativamente mais medidas de gestão, Mefunvo e Pomene em particular, são comunidades isoladas e/ou insulares, tendo, sem dúvida, um nível mais elevado

Quadro 3.8. Tipo de medidas de gestão das pescas propostas pelas comunidades em cada local do FishCC⁷¹

Local	Reserva com proibição de capturas	Restrição temporária à pesca com redes de praia	Restrição espacial à pesca com redes de praia	Outros equipamentos proibidos	Restrição quanto ao número de pescadores/equipamentos	Restrição quanto aos pescadores externos
Mefunvo	x	x	x			x
Membra	x					
Inhassoro	x	x				
Pomene	x	Proibição total de redes de praia		x		x
Závora	x	Proibição total de redes de praia		x	x	
Machangulo	x					

69 CTV, 2018

70 Área de habitat refere-se a uma área de recifes de coral + algas marinhas + mangais

71 Rare, 2019 (a a f)

de coesão social. Pode ser mais fácil para estas comunidades chegar a acordo sobre as restrições dos equipamentos de pesca.

Já Memba e Machangulo são regiões mais heterogéneas (Memba tem 10 centros de pesca e mais de 1000 pescadores) e/ou têm muitos pescadores de fora vindos dos centros urbanos vizinhos (Machangulo está perto de Catembe/Maputo). Pode ser mais desafiador para estas comunidades chegar a acordo sobre restrições quanto aos equipamentos de pesca.

- *Diferenças entre a facilitação e o entendimento da comunidade em relação aos seus direitos:* Durante as consultas em 2017, a comunidade piscatória de Machangulo (CCP de Mabuluco/Santa Maria) destacou a preocupação com o número de pescadores de Catembe e Maputo na sua área⁷², em particular a utilização de palangre⁷³ na gestão do CCP de Mabuluco. Contudo, por razões que não são claras, isto não se traduziu numa proposta, por exemplo, para proibir os palangres, durante a breve consulta formal à comunidade feita pela ADNAP em 2018 como parte do processo de preparação do plano de gestão.

Isto pode reflectir a brevidade das consultas formais da ADNAP (aleadamente apenas 2-3 horas por local), ou a preocupação em não criar um conflito com pescadores externos, ou representantes da comunidade que não se apercebem que a proibição dos palangres era uma opção, ou mesmo outra coisa qualquer.

A Eulália Fernando Baptista vende peixe no mercado em Fequete e é membro do CCC local



Há pelo menos uma questão sobre se o princípio da gestão baseada nos direitos das comunidades foi efectivamente aplicado neste caso.

⁷² Relatório sobre o workshop da FLAGS de Machangulo, Outubro 2017

⁷³ Gestor de campanha de Machangulo *pers. com.*

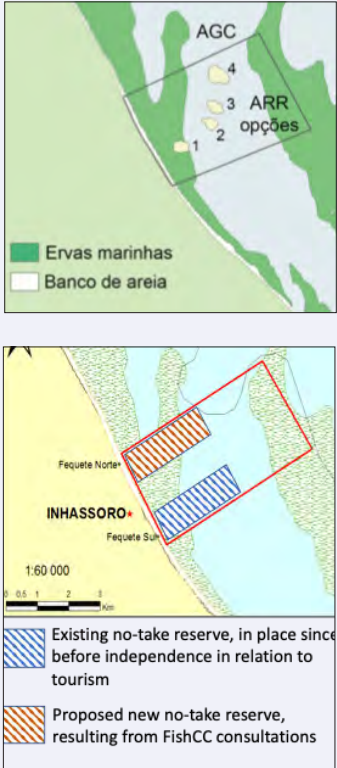
Quadro 3.7. Medidas de gestão propostas em cada local do FishCC e localização proposta das reservas com proibição de capturas nos locais piloto do FishCC

Local FishCC	Medidas de gestão propostas ⁱ	Localização proposta para as reservas com proibição de capturas	Mapa das reservas propostas [*]
Mefunvo	<ul style="list-style-type: none"> Acordada parcialmente uma reserva piscatória com proibição de capturas. Não foi ainda feito o levantamento da dimensão. As redes de praia não podem ser utilizadas durante o período da maré na Primavera (já em aplicação desde o registo do CCP em Julho de 2018).ⁱⁱⁱ As redes de praia não podem nunca ser utilizadas nas áreas dos recifes de coral (parcialmente em aplicação desde Julho de 2019) Os pescadores migrantes devem pagar 300 MT por pessoa durante 3 meses para pescar dentro da AGC (Área de Gestão Comunitária). Os pescadores migrantes utilizam na sua maioria redes de praia (até 3-4 de cada vez) e espingardas de caça submarinas. 	<ul style="list-style-type: none"> O gestor de campanha do Mefunvo informou que uma área de reserva proposta foi identificada pela comunidade de Mefunvo durante os meses de Jun-Dez 2017, como mostrado acima (ARR). De forma confusa, a Rare informou que nenhuma área de reserva foi identificada, uma vez que Mefunvo está dentro do Parque Nacional das Quirimbas, pelo que a ARR não foi mapeada (ver Quadro 3.3). Reserva ainda não observada pelos pescadores locais, à espera de demarcação e do plano de gestão Inicialmente, em 2016, a comunidade piscatória de Mefunvo foi hostil à ideia da existência de uma reserva com proibição de capturas, tendo testemunhado maus exemplos noutros lugares dentro do Parque Nacional das Quirimbas envolvendo corrupção pelos guardas da reserva que alegadamente cobravam dinheiro para permitir que os pescadores pescassem. O gestor de campanha comunicou que as mentalidades tinham mudado como resultado da sensibilização feita pelo FishCC. 	
Memba	<ul style="list-style-type: none"> Uma reserva com proibição de capturas. Ainda não foi feito o levantamento da dimensão e percentagem da área total da AGC. 	<ul style="list-style-type: none"> O mapa acima apresenta as 4 opções propostas como localizações para reservas com proibição capturas (ARR). A opção que foi finalmente seleccionada pela comunidade é a ARR de Mucombo, ao norte da área de gestão, na foz do rio Mucombo. O CCP de Memba comunicou que foram respeitados períodos de defeso em 3 das 4 opções para a reserva, por um período de aproximadamente 3 meses, mas que apenas Mucombo apresentou resultados positivos. No entanto, a reserva com proibição de capturas seleccionada ainda não estava em implementação em 07/19, aguardando a demarcação. (cont. na pág. seguinte) 	

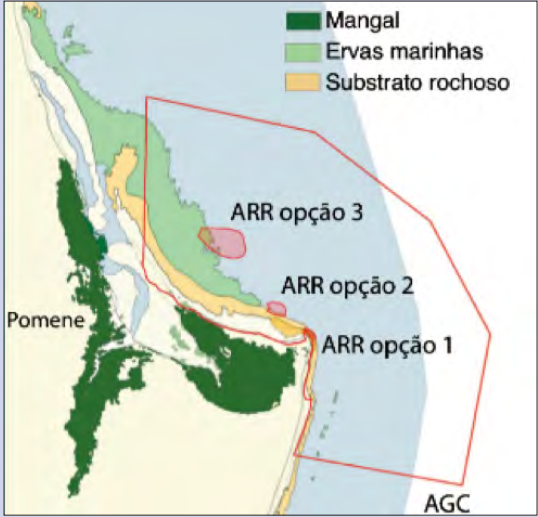
ⁱ Medidas específicas que são adicionais aos regulamentos nacionais, que regulam o tipo, quantidade ou calendário das pescas.

ⁱⁱ Observando que o Artigo 52 da nova proposta de Regulamento das Pescas (REPMAR) proíbe totalmente a pesca com redes de praia.

* Nota: AGC = Área de Gestão Comunitária (TURF); ARR = Área de Recuperação de Recursos = (reserva com proibição de capturas)



Local FishCC	Medidas de gestão propostas ⁱ	Localização proposta para as reservas com proibição de capturas	Mapa das reservas propostas [*]
Memba cont.		<ul style="list-style-type: none"> A dimensão da reserva com proibição de capturas proposta em Mucombo, é muito pequena em relação ao tamanho total da área de gestão de Memba, que é grande para um único CCP. Os limites da reserva com proibição de capturas proposta, e da extensão exterior da AGC, ainda não estão mapeados. 	
Inhassoro (Fequete)	<ul style="list-style-type: none"> Duas reservas com proibição de capturas, uma histórica, uma nova. Tamanhos e percentagem da área total ainda não levantada 90 dias de defeso para todas redes de praia de Junho a Agosto (pré-existente) 60 dias de defeso para todas redes de praia de Fevereiro a Março (nova medida) 	<ul style="list-style-type: none"> O painel à esquerda acima é extraído do rascunho do resumo do plano de gestão de Maio de 2019, mas reflecte apenas as opções propostas anteriormente pelos investigadores. O painel da direita reflecte a situação real descrita pelo CCP de Fequete em Julho de 2019. Involgarmente, o CCP de Fequete tem uma área de reserva com proibição de capturas (riscas azuis) desde há muito tempo, mesmo antes da independência, estabelecida em relação com um projecto turístico. A comunidade piscatória de Fequete parece perceber os benefícios resultantes da área com proibição de capturas existente, o suficiente para querer estabelecer outra. A reserva impede a pesca com redes de praia, incentivando os pescadores a pescar mais longe da costa. (cont. na pág, seguinte) A nova área de reserva proposta (com riscas vermelhas), ainda não estava em implementação em 07/19, aguardando a sua demarcação. 	 <p>The figure consists of two maps. The top map shows a coastal area with a green area labeled 'AGC' and a yellow area labeled 'ARR'. Four numbered options (1, 2, 3, 4) are marked on the coast. A legend below the map identifies 'Ervas marinhas' (green) and 'Banco de areia' (yellow). The bottom map shows a larger area with a coastline. A blue hatched area is labeled 'Fequete Norte' and 'Fequete Sul'. A red hatched area is labeled 'INHASSORO'. A scale bar indicates 1:60,000. A legend below the map identifies 'Existing no-take reserve, in place since before independence in relation to tourism' (blue hatched) and 'Proposed new no-take reserve, resulting from FishCC consultations' (red hatched).</p>

* Nota: AGC = Área de Gestão Comunitária (TURF); ARR = Área de Recuperação de Recursos = (reserva com proibição de capturas)

Local FishCC	Medidas de gestão propostas ⁱ	Localização proposta para as reservas com proibição de capturas	Mapa das reservas propostas [*]
Inhassoro (Fequete) cont.		<ul style="list-style-type: none"> Um factor importante que permite ao CCP do Fequete considerar definir uma segunda reserva com proibição de capturas é que os pescadores de Fequete partilham os pesqueiros com o CCP vizinho a norte. No futuro, poderá valer a pena discutir a integração dos dois CCPs numa única área e num único plano de gestão. 	
Pomene	<ul style="list-style-type: none"> Duas pequenas reservas com proibição de capturas. Tamanhos e percentagem da área total ainda não levantada Não é permitida a pesca com palangres. Os pescadores do exterior (por exemplo, de Vilankulo e Morrunguloⁱⁱⁱ) não podem pescar na AGC. Não é permitida a pesca com qualquer tipo de rede de praia ou rede de arrasto. Não é permitido pescar com redes de emalhar com malhagem inferior a 2" ou superior a 5". Não é permitido pescar com espingardas de caça submarina. 	<ul style="list-style-type: none"> O mapa acima reflecte as 3 opções de locais de reserva com proibição de capturas propostas pelo Centro Terra Viva (CVT), uma ONG contratada pelo FishCC para fazer levantamentos ecológicos de habitats marinhos, para apoiar o planeamento da gestão. A comunidade rejeitou a área principal, Opção 3, pois seria difícil para o CCP fazer cumprir a proibição, pois está um pouco distante da costa (até 1,5 km) e a comunidade não dispõe de um barco com motor. Em vez disso, propôs uma área menor localizada entre a Opção 3 e a costa, não mostrada no mapa. A proibição de capturas nas áreas de reserva ainda não está a ser cumprida pelos pescadores locais, que aguardam a sua demarcação e o plano de gestão 	
Závora	<ul style="list-style-type: none"> Três reservas com proibição de capturas. Tamanhos e percentagem da área total ainda não levantada Número total de pescadores a manter no nível de 2017, sem um aumento adicional. Não é permitida a pesca com qualquer tipo de rede de praia ou rede de arrasto. 	<ul style="list-style-type: none"> As 3 opções propostas para as localizações de reservas com proibição de capturas mostradas no mapa acima foram todas aceites pela comunidade piscatória de Závora. As 3 áreas de reserva ainda não estão a ser implementadas pelos pescadores locais que aguardam a sua demarcação e o plano de gestão aprovado. 	

iii Os pescadores de Vilankulo e Morrungulo que pescam com palangres na AGC de Pomene foram convidados a parar essa actividade em 2018 com o apoio da administração do Distrito de Massingao.

* Nota: AGC = Área de Gestão Comunitária (TURF); ARR = Área de Recuperação de Recursos = (reserva com proibição de capturas)

Local FishCC	Medidas de gestão propostas ⁱ	Localização proposta para as reservas com proibição de capturas	Mapa das reservas propostas ⁱ
Závora	<ul style="list-style-type: none"> • Não é permitido pescar com redes mosquiteiras. • O número de unidades de pesca a utilizarem redes de emalhar será limitado a 14. • Não é permitido pescar com espingardas de caça submarina. • A recolha de mexilhão não é permitida sem a autorização do CCP. • Não é permitida pesca nocturna. • Não é permitida a pesca de juvenis 		
Machangulo	<ul style="list-style-type: none"> • Uma reserva com proibição de capturas. Ainda não foi feito o levantamento da dimensão e percentagem da área total. 	<ul style="list-style-type: none"> • O mapa, extraído do projecto do plano de gestão de Machangulo de Setembro de 2019, mostra a proposta de reserva com proibição de capturas (ARR) (marcada como 'Santuário') no estuário do Bembi. • O limite da AGC foi provisoriamente traçado junto à actual Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro, excluindo assim a faixa de 1mn adjacente à costa. Essa faixa é, na sua maior parte, constituída por baixios interditaes com actividades de pesca limitadas, como mostrado. • A área de reserva de pesca com proibição de capturas já está a ser cumprida informalmente pela maioria ou por todos os pescadores locais, mas ainda não pelos pescadores artesanais não locais de Catembe ou Maputo. • A total implementação da reserva aguarda a demarcação dos limites e um plano de gestão aprovado. 	

* Nota: AGC = Área de Gestão Comunitária (TURF); ARR = Área de Recuperação de Recursos = (reserva com proibição de capturas)

Medida bem sucedida com defeso sazonal para as redes de praia em Inhassoro/Fequete

A principal medida de gestão das pescas proposta em Fequete (Inhassoro) foi a imposição de um novo defeso temporário de 45 dias para as redes de praia durante o período de Fevereiro-Março. Foi uma medida adicional ao defeso de 90 dias já existente durante Junho-Agosto. Os defesos foram concebidos para proteger o peixe coelho durante os dois períodos de desova. Para esse fim, os pescadores de 15 equipas de redes de praia que utilizaram

os pesqueiros de Fequete (nem todos pertencem ao CCP de Fequete), foram encorajados a interromper a pesca com redes de praia e, em vez disso fazer a pesca à linha em offshore. Na prática, a campanha foi estendida a todo o distrito do Inhassoro, excepto ao Bazaruto. Mais de 67 redes de praia foram desactivadas com sucesso durante um período de 45 dias, ao longo de 100 km de costa, dos quais apenas 3,5 km são na área do CCP de Fequete.⁷⁴



Membros da Comunidade com uma rede de praia em Fequete

3.2.3. Preparação dos planos de gestão para as áreas piscatórias de gestão comunitária (AGCs)

Foram produzidos seis planos de gestão da pesca artesanal⁷⁵ pela ADNAP em Dezembro de 2018, seguindo o processo descrito na Secção 2.2.3 (iv) acima, e que foram partilhados com os parceiros para comentários. Em abril de 2019, com o apoio da Rare, foi produzido um conjunto de seis projectos, infográficos resumidos para planos de gestão⁷⁶ (ver exemplo no Anexo 1). Em resposta ao feedback de que as primeiras versões dos projectos para os planos de gestão necessitavam de melhorias significativas, as de Inhassoro e Machangulo foram melhorados. O plano mais avançado no momento da preparação deste relatório era uma versão do plano de Machangulo datada de Setembro de 2019.⁷⁷

No momento da preparação deste relatório, nenhum dos seis planos de gestão, incluindo o de Machangulo, estava concluído.

Processo seguido

Os desafios encontrados no processo de preparação dos planos de gestão sob o FishCC incluíram:

- *Envolvimento tardio da ADNAP:*
A instituição responsável pelo planeamento da gestão das pescas, a ADNAP, só se envolveu no projecto em 2018, depois de decorridos 2,5 anos num projecto com a duração de 4 anos. Isto apesar de existir um memorando de entendimento entre o IDEPA (que acolheu a unidade de implementação do projecto durante os primeiros 18 meses ou mais) e a ADNAP no início do projecto. As razões para este envolvimento tardio incluem:
 - A perturbação causada pela reorganização do antigo Ministério das Pescas, que foi reformulado como Ministério do Mar, Águas Internas e Pescas (MIMAIP) em 2015. As alterações nas estruturas e responsabilidades criaram desafios entre as instituições constituintes do Ministério (IDEPA, IIP, ADNAP, DPMAIPs) na mesma altura em que estava em curso o FishCC;⁷⁸
 - Houve um entendimento predominante durante a concepção do projecto de que a responsabilidade pelo planeamento da gestão comunitária das pescas seria ao nível sub-nacional (isto é, envolvendo o DPMAIP, SDAE, CCPs), com o apoio de capacidade da Rare e a nível nacional. Só mais tarde é que terá sido explicitamente determinado que o mandato para todo o planeamento da gestão das pescas, tanto nacional como local, deveria na realidade estar ao nível nacional com a ADNAP, algo que só foi confirmado formalmente durante a revisão intercalar (MTR)
- *Acordo tardio sobre a estrutura e conteúdo dos planos:* o acordo sobre o formato, estrutura e conteúdo dos planos de gestão do FishCC não foi abordado no início do projecto. As discussões sobre esta questão só foram iniciadas em 2018, quando a preparação do plano já estava em andamento. Se tivesse sido discutido de início, o trabalho de envolvimento das comunidades feito pelos gestores de campanha em cada local poderia ter sido mais bem direccionado no sentido de preencher os planos de gestão finais.

74 Rare, 2019c

75 MIMAIP, 2018 (a a f)

76 MIMAIP, 2019 (a a f)

77 MIMAIP, 2019g

78 Banco Mundial (*em prep.*)

em 2017. Convém ter em mente que não existiam precedentes para o desenvolvimento de planos de gestão das pescas ao nível das comunidades sob a alçada do MIMAIP, antes do FishCC.

Não existem dúvidas de que o envolvimento tardio da ADNAP no projecto teve consequências adversas significativas para o planeamento da gestão nos seis locais do FishCC. Em especial:

- um envolvimento mais precoce teria facilitado a identificação atempada das lacunas de informação, a tempo de serem preenchidas. Em 2018, a fase de recolha de informação (FLAG) do processo Fish Forever estava concluída;
 - impediu a intervenção atempada na confirmação de elementos-chave das consultas às comunidades. Por exemplo, num local onde a garoupa foi seleccionada como espécie da FLAG, a ADNAP tinha dúvidas sobre a sua adequação. Mas mais uma vez, já tinham decorrido as fases de consulta relevantes.
 - *Envolvimento nas consultas*: as muito breves consultas às comunidades que a equipa da ADNAP conseguiu fazer durante a segunda metade de 2018 (apenas 2-3 horas em cada local) foram consideradas com sendo inadequadas.
- Em Pomene, a equipa da ADNAP supostamente só se terá encontrado com uma pessoa, o presidente do CCP, devido à falta de aviso prévio.
- *Participação reduzida na redacção dos planos*: Os indivíduos familiarizados com as questões de gestão das pescas

nos respectivos locais, incluindo os gestores de campanha do FishCC, os líderes dos CCPs e o pessoal das pescas provinciais e distritais, não estiveram envolvidos de forma significativa na elaboração do plano de gestão. Isto parece surpreendente dado que a equipa da ADNAP apenas teve oportunidades limitadas para se familiarizar com as questões específicas dos locais.

Possivelmente, os constrangimentos financeiros foram parte da causa, mas é particularmente surpreendente que os gestores de campanha do FishCC se sentiram marginalizados do processo de preparação dos planos de gestão, tendo em conta a importância que tinham tido no processo de envolvimento das comunidades piscatórias em cada local.

Formato e Conteúdo do Plano de Gestão

Como mencionado acima, os planos de gestão para os 6 locais do FishCC ainda estão em preparação. As observações abaixo têm como base o projecto para o plano de gestão de Machangulo de Setembro 201979, que foi a versão mais avançada disponível:

- Estão incluídos muitos elementos cruciais: o projecto do plano existente contém muitos dos elementos padrão esperados num plano deste tipo, incluindo: uma descrição dos ecossistemas e das actividades de pesca (embora exista uma falta de dados históricos sobre as capturas das pescas); declarações de objectivos; descrição do processo para o desenvolvimento do plano; um mapa de fronteiras; âmbito do plano; medidas de gestão propostas; um quadro lógico; uma estrutura de implementação (institucional) incluindo os papéis e responsabilidades dos principais actores/entidades.

- Título do plano: o projecto do plano tem o seguinte título: ‘Plano de gestão da pesca artesanal para Machangulo, 2019-24’⁸⁰. Dado que todo o foco do projecto FishCC era definir áreas de gestão comunitária formalmente reconhecidas (AGC), esperava-se que este plano fosse explicitamente um plano de gestão para uma área formalmente designada e não apenas para actividades de pesca artesanal em geral.
- *Disposições legais para a designação da área de gestão comunitária:* Relacionado com o ponto acima, reconhece-se que o quadro legal preferido para designar uma área de gestão comunitária das

pescas ainda está a ser considerado pelo MIMAIP ⁸¹, em parte catalisado pelo próprio projecto FishCC. Neste âmbito, o projecto do plano para Machangulo (secção 2: quadro legal) faz referência ao Regulamento das Pescas (REPMAR) de 2003⁸². Embora reconhecendo que estes são os regulamentos actualmente em vigor, não contém disposições para a designação das áreas de gestão comunitária das pescas. A mesma secção faz também referência às áreas de gestão comunitária das pescas, referindo-se a isso como uma abordagem ao abrigo dos regulamentos da Lei das Pescas. Este aspecto da questão da designação formal, enquanto se aguarda uma decisão final sobre o quadro legal a ser

Reunião do Conselho Comunitário de Pesca em Pomene



⁸⁰ *Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Machangulo (2019-2024)*

⁸¹ MIMAIP, (em prep). No momento da elaboração deste relatório, o MIMAIP estava a considerar se deveria incluir no REPMAR revisto uma nova designação (Área de gestão comunitária) ou utilizar uma designação já existente ao abrigo da Lei da Conservação, 2017 (Área de conservação comunitária).

⁸² Decreto n.º 43/2003, de 10 de Dezembro (REPMAR)

utilizado para a designação (conforme a Secção 1.6), é confusa. Seria preferível concluir rapidamente essa decisão dentro do MIMAIP, e depois alinhar totalmente os planos de gestão com a disposição relevante da Lei da Conservação de 2017, se essa for a opção preferida.

- *Definição dos limites das áreas de gestão comunitária:* Reforçando o ponto acima, e apesar do título do documento, o projecto do plano para Machangulo (secção 6) define de facto os limites de uma *área de gestão comunitária* e contém um mapa da mesma. No entanto, o limite interior da área é traçado a cerca de 2 km paralelamente à costa, de modo a não se sobrepor ao limite existente da Reserva Marinha Parcial da Ponta do Ouro. Isto parece precisar de ser revisto, pois será pouco usual ter uma área de gestão comunitária que não cubra as 2mn de pesqueiros junto à costa, onde é praticada uma proporção significativa da actividade de pesca artesanal.
 - *Exclusão das embarcações semi-industriais:* O âmbito do projecto do plano de gestão de Machangulo (Secção 7) exclui explicitamente as embarcações de pesca semi-industriais. Isto é difícil de entender. Em princípio, todos os utilizadores legítimos de uma zona de co-gestão das pescas devem estar envolvidos nas consultas sobre a gestão para a área e, de igual modo, devem ser potencialmente sujeitos a medidas de gestão. Em Machangulo, a zona proposta para reserva piscatória com proibição de capturas estende-se para além de 1mn da costa, pelo que, na prática, as embarcações semi-industriais são automaticamente incluídas no âmbito do plano, contradizendo o que é dito na secção 7. Este é um ponto importante para as áreas de gestão comunitária das pescas em Moçambique.
 - *Análise de ameaças/riscos:* O plano não contém uma análise dos problemas, das ameaças ou dos riscos relacionados com as pescas. Embora o quadro lógico na Secção 8 tenha como base um conjunto de declarações de problemas, não foi feita uma análise sistemática prévia para indicar como foram estabelecidas. Esta é uma omissão significativa.
 - *Responsabilidades pela aplicação:* O quadro de implementação (secção 10) não descreve adequadamente como o CCP (que tem um papel-chave de vigilância) irá colaborar com as autoridades relevantes no tratamento dos casos de incumprimento das medidas de gestão das pescas contidas no plano. Este é um grande problema frequentemente citado pelos CPPs, mas que não é abordado.
 - *Desligar do processo Fish Forever empreendido pelos gestores de campanha:* não é imediatamente claro que o processo sistemático empreendido pelos gestores de campanha, fazendo avaliações da FLAG (incluindo a identificação dos desafios da pesca e estratégias para enfrentá-los), desenvolvendo teorias da mudança (comportamentos), e aplicando uma estrutura de avaliação para medir essa mudança (inquéritos KAP) tenha sido considerado nos planos de gestão.
- Isto, sem dúvida, reflecte o ponto destacado acima de que os gestores de campanha não foram directamente envolvidos na preparação do plano de gestão.
- *Monitorização do impacto:* A Secção 8 contém um Plano de Implementação com indicadores de monitorização e objectivos em relação aos quais é possível medir o progresso. No entanto, nenhum dos indicadores/objectivos

indica quaisquer parâmetros de impacto biológico (pescas) ou ecológico (habitats). Uma vez que a Secção 3 destaca uma espécie "bandeira" principal e a Secção 5 (objectivos) realça a preservação de ecossistemas e recursos piscatórios sensíveis, seria importante formular as metas e indicadores biológicos e ecológicos correspondentes através dos quais seja possível medir o impacto em relação a esses objectivos cruciais declarados.

Os pontos acima destacam uma questão crítica. O projecto existente para os planos de gestão do FishCC ainda não são planos explícitos para as áreas de gestão (TURF/AGC) que contenham áreas de reserva com proibição de capturas, como previsto na concepção do projecto FishCC. Este foi, de facto, o principal objectivo do projecto

FishCC, nomeadamente o de ser pioneiro numa abordagem espacial da co-gestão da pesca artesanal em Moçambique. Em vez disso, os projectos dos planos existentes são, mais vagamente, planos para actividades de pesca artesanal em comunidades específicas.

Uma razão dada pelo pessoal do Governo, que pode ser questionada, é que, até agora, ainda não existe um instrumento legal acordado para a designação de áreas de gestão comunitária das pescas em Moçambique. Espera-se que este ponto seja resolvido rapidamente com as recentes indicações do MIMAIP sobre a sua preferência pela aplicação de designações relevantes ao abrigo da Lei da Conservação de 2017.

Resumo das realizações e desafios na definição de reservas com direitos territoriais para as pescas (TURF) e reservas de pesca

- As reservas piscatórias com proibição de capturas foram identificadas e acordadas pelas comunidades nos 6 locais do FishCC, com uma implementação informal iniciada num dos locais (Machangulo);
- A experiência do projecto FishCC catalisou a consideração e a tomada de decisões em relação ao quadro legal preferido para a definição de áreas de gestão comunitária das pescas, o que será um legado significativo.
- Nenhuma das reservas com proibição de capturas nos locais do FishCC foi formalizada, nenhuma está demarcada e existem discrepâncias entre as comunidades e as instituições implementadoras sobre a localização das áreas de reserva propostas em dois locais (Inhassoro e Mefunvo).
- Não foram concluídos os planos de gestão para nenhum dos locais do FishCC, além disso, os projectos de planos não estão actualmente formulados de modo a capitalizar a nova disposição legislativa referida acima, o que seria uma oportunidade perdida.

3.2.4. Melhorar a Recolha e Gestão de Dados para a Tomada de Decisões

Esta secção resume as realizações e desafios das iniciativas geradoras de dados e informações levadas a cabo no âmbito do projecto FishCC.

i. Inquéritos ecológicos. Uma ONG fornecedora de serviços, *Centro Terra Viva* fez inquéritos em 5 dos locais do FishCC (mas não no Inhassoro) durante 2017. Foram recolhidos dados primários em cada um dos 5 locais, focados na distribuição e estado de um tipo de ecossistema seleccionado, como abaixo.

Local	Tipo de ecossistema escolhido
Mefunvo	Recifes de coral
Memba	Mangais
Pomene	Mangais
Závora	Recifes de coral
Machangulo	Mangais

O CTV apresentou um relatório final datado de Fevereiro de 2018⁸³. Os inquéritos parecem ter sido feitos com competência e contêm dados úteis, mas também têm algumas lacunas consideráveis:

- A região de Inhassoro não foi incluída no estudo do CTV. Em vez disso, esperava-se que os inquéritos sobre os ecossistemas dessa região fossem cobertos por um estudo separado feito pelo IIP (IIP, 2017b). Na prática, porém, o estudo do IIP não fez nenhum inquérito no Inhassoro, a secção relevante do relatório do IIP está limitado a uma única página, reproduzindo um mapa de distribuição de algas marinhas extraído da literatura existente;
- Quatro dos cinco locais (Mefunvo, Memba, Pomene, Machangulo) contêm

tanto recifes de coral como mangais, mas apenas um tipo de habitat foi estudado;

- Em Mefunvo e Závora, a extensão geral do habitat de recifes de coral não foi mapeada, apenas tendo sido feita uma amostragem do habitat em 4 sub-localizações seleccionadas em cada local;
- Os estudos ecológicos não foram bem integrados com o envolvimento participativo contínuo das comunidades piscatórias pelos gestores de campanha. Por exemplo, a selecção de sub-localizações para a amostragem detalhada dos recifes de coral e mangais não se baseou em nenhuma delimitação de padrões espaciais de pesca, nem na ecologia das espécies de peixes alvo/FLAG, o que poderia ter sido feito em conjunto com os gestores de campanha. Isto limitou a utilidade e a relevância dos resultados do levantamento ecológico para o objectivo principal do planeamento da gestão das pescas.

ii. Informação sobre a pesca artesanal.

O instituto nacional de pesquisa das pescas, *Instituto de Investigação das Pescas* (IIP) documentou os dados disponíveis contidos na sua base de dados PescArt 3.5, que considerou como sendo relevantes para os seis locais do FishCC, para o período 2004-2016⁸⁴. Isto gerou dados resumidos limitados sobre:

- capturas totais anuais por distrito por ano;
- identificação das 10 espécies mais capturadas e a sua proporção das capturas totais, ao nível do distrito.

Mesmo estes dados limitados só estavam

83 CTV, 2018

84 IIP, 2017a

disponíveis para dois dos seis locais do FishCC (Memba e Inhassoro) e a resolução dos dados reportados é *ao nível do distrito*, e não centro de pesca, e portanto de valor muito limitado para o planeamento da gestão das pescas ao nível do local.

Complementando a análise de gabinete acima, o IIP fez um estudo⁸⁵ com o objectivo de gerar informações para a linha de base da produção piscatória para Mefunvo, Závora e Pomene, com base no facto de que esses três locais não estavam cobertos pelo sistema nacional de amostragem da pesca artesanal do IIP (SNAPA). Foram recolhidos dados primários durante o período de um mês. Foi feita uma amostragem das capturas feitas pela pesca artesanal para identificar a composição das capturas, os pesos das capturas por equipamento de pesca e alguns parâmetros do esforço de pesca.

Foi feito um estudo complementar independente sobre a pesca artesanal em Machangulo⁸⁶ pela Fundação Peace Parks e outros parceiros. Apesar de não ser financiado no âmbito do projecto FishCC, o estudo ajudou a implementar o planeamento da gestão nesse local.

Os estudos acima feitos pelo IIP (2017a e 2017b) geraram dados muito preliminares sobre a composição das capturas piscatórias em 3 dos 6 locais, mas de resto tinham grandes lacunas:

- Não foram gerados dados úteis para os 3 locais (Memba, Inhassoro e Machangulo); os dados limitados para Memba e Inhassoro extraídos da base de dados do IIP têm apenas uma resolução ao nível distrital;
- Os dados gerados para os outros 3 locais (Mefunvo, Pomene e Závora) sobre a composição das espécies capturadas e

o esforço total de captura/captura por unidade (CPUE) por equipamento de pesca tiveram como base os dados recolhidos em *apenas um mês*, o que é inadequado, sendo muito improvável que sejam representativos dos padrões anuais;

- Os dados sobre o esforço de pesca para os mesmos 3 locais cobrem apenas o número de embarcações, mas não o número de pescadores e os equipamentos de pesca, mesmo estando essa informação prontamente disponível junto dos CCPs;
- Não existe qualquer informação, quantitativa ou qualitativa, sobre o estado das unidades populacionais ou tendências de captura das espécies comerciais importantes, como as identificadas em Mefunvo, Pomene e Závora (apenas em Novembro);
- A implementação dos estudos sobre as pescas (pelo IIP), não foi bem integrada com o envolvimento participativo contínuo das comunidades piscatórias pelos gestores de campanha, em vez disso terá sido feita de forma independente, em paralelo.

iii. Ferramenta de Avaliação da Paisagem Piscatória e Definição de Objectivos (FLAG). Como descrito na secção 2.2.3. acima, a aplicação da ferramenta da FLAGS da *Fish Forever* em cada local durante o ano de 2017, em especial nos primeiros workshops da FLAG, geraram informações importantes, essencialmente qualitativas, sobre o estado da pesca artesanal e os habitats marinhos relacionados, incluindo as espécies-alvo de peixes e sobre os objectivos económicos, biológicos e sociais relacionados com a

85 IIP, 2017b

86 Louro et al., 2017

definição das zonas de gestão e reservas de pesca com proibição de capturas. Isto foi conseguido através de um processo participativo adequado e a informação gerada foi, e será, muito importante para a preparação dos planos de gestão das pescas para cada local. Dito isto, o processo mais amplo da FLAG não foi tão bem documentado quanto poderia ter sido. Antes dos primeiros workshops da FLAG os Gestores de Campanha tiveram extensas entrevistas com pescadores individuais e grupos focais, no entanto essas informações valiosas não estão disponíveis sob a forma de relatórios. Assim como os procedimentos dos segundos workshops da FLAG.

iv. Inquéritos aos conhecimentos, atitudes e práticas (KAP). Foi concluída uma primeira fase dos inquéritos KAP em 5 locais do FishCC em 2017. Não foi feito qualquer inquérito em Mombaça devido a uma mudança do gestor de campanha num momento crítico. Os primeiros inquéritos KAP geraram um enquadramento, resumido no Quadro 3.8., contendo indicadores seleccionados com valores de linha de base e valores-alvo, em relação aos quais é possível monitorizar e avaliar o progresso em termos de atitudes e práticas dos pescadores. Em especial, serviram para avaliar o impacto das campanhas de marketing social/orgulho. Em conformidade, as questões dos indicadores seleccionados centram-se na implementação de reservas de pesca com proibição de capturas e medidas de controlo dos equipamentos de pesca relacionados.

Os inquéritos KAP foram repetidos (2º inquérito) nos mesmos 5 locais logo após o lançamento das campanhas de orgulho em Novembro de 2018, mas utilizando um questionário diferente do utilizado para estabelecer as linhas de base. Uma comparação dos resultados foi resumida no Quadro 3.8.⁸⁷

Objectivos SMART da teoria da mudança para cada local do FishCC

Não obstante o resumo do Quadro 3.8. acima, os resultados detalhados do primeiro inquérito KAP nos locais do FishCC não foram documentados de forma abrangente. Apenas resultados seleccionados são comunicados na campanha de orgulho⁸⁸, além disso não há desagregação de resultados em termos de tipo de pescador, sexo, idade, etc. Isto pode ser problemático em termos futuros para a análise completa das implicações dos padrões de atitude, garantir que os futuros inquéritos repetidos sejam comparáveis com os das linhas de base, especialmente se feitos por terceiros, e com a transparência e partilha de resultados completos com as partes interessadas.

Como mencionado acima, o questionário utilizado para o segundo inquérito KAP foi diferente do utilizado para os inquéritos para estabelecer as linhas de base. Os primeiros questionários KAP foram desenvolvidos de forma independente nos locais do FishCC pelos gestores de campanha e foram adaptados a cada comunidade. Em 2019, foi aplicado um instrumento de inquérito normalizado global *Fish Forever* aos agregados familiares, em vez de repetir os inquéritos exclusivos ao nível do local. O Quadro 3.5. tenta fazer corresponder as perguntas do inquérito KAP de 2017 com as perguntas genéricas feitas em 2019, para avaliar as mudanças ao longo do tempo nos locais do FishCC. Nalguns casos, as perguntas genéricas correspondem amplamente às perguntas da linha de base personalizadas e existem provas de mudanças positivas.

No entanto, com a maioria das perguntas, é evidente que a normalização global resultou numa perda crítica de detalhes sobre os locais, tornando todo inquérito muito menos útil para fins de gestão local e acompanhamento do progresso. Por

⁸⁷ Relatório consolidado do 1 inquérito KAP, relatório informal com 2 páginas fornecido pelo Gabinete Nacional da Rare em Moçambique

⁸⁸ Rare, 2019 (a a f)

Quadro 3.8. Resumo dos resultados seleccionados a partir da linha de base do 1º dos inquéritos KAP nos 5 locais do FishCC⁸⁷

Sites	Conhecimento	Baseline %	Target %	Atitude (A)	Baseline %	Target %	Prática (P)	Baseline %	Target %
Závora	Os pescadores conhecem os impactos negativos do uso de arpão na pesca de garoupa	28.7	47.9	Os pescadores acreditam que não pescar com arpões nas rochas pode recuperar espécies-alvo	63.2	77.4	Os pescadores conversam entre si sobre os impactos negativos do uso de arpão na pesca	48.2	69.5
Pomane	Os pescadores sabem que é importante estabelecer o TURF + R para recuperar o estoque de garoupa	84.7	95.1	Os pescadores acreditam que a criação de TURF + R é importante recuperação de garoupa	60.6	87.6	Os pescadores falam na comunidade sobre a importância de criar áreas gerenciadas pela comunidade	81.0	96.3
Fequete (Inhassoro)	Os pescadores sabem a importância de proteger o período de desova do peixe coelho	99.3	100	Os pescadores acreditam que não pescar no período de desova é importante para a recuperação do estoque de peixe coelho e aumento da produção	99.3	100	Os pescadores conversam entre si sobre as ameaças / impactos negativos de não seguir regras sobre o período de reprodução dos peixes coelho	99.3	100
Machangulo	Os pescadores sabem que a pesca no estuário tem impactos negativos na recuperação dos peixes	81.0	91.4	Os pescadores concordam em participar das reuniões do PCC para compartilhar ideias sobre o gerenciamento da pesca resultante da pesca no estuário	38.1	64	Pescador falam entre si sobre desvantagens da pesca no estuário	40.5	61.8
Mefunvo	Os pescadores de arrasto sabem que a pesca em recifes de coral é prejudicial	73.2	84	Pescador de arrasto que gostaria de deixar de pescar em recifes de coral como resultado do estabelecimento do TURF + R	75	82	Pescadores falam entre si sobre os usos de rede de arrasto nos recifes de coral	53.6	75

Sites	Mudança de Comportamento	Baseline %	Target %	Estágio de Comportamento	Categoria Adotante
Machangulo	Pescadores dispostos a parar de pescar no estuário	23.1	42.4	Acção	Maioria Inicial
Závora	Pescadores dispostos a abandonar o uso de arpões para pescar garoupa	24.1	42.7	Acção	Maioria Inicial
Pomene	Pescadores concordam em estabelecer TURF+R para recuperação de estoque	58.0	64.9	Acção	Maioria Tardia
Fequete (Inhassoro)	Pescadores concordam em não pescar no período de desova do peixe coelho	10.4	38.0	Acção	Maioria Inicial
Mefunvo	Pescador de arrasto disposto a abandonar a pesca nos recifes de coral	21.4	40	Acção	Maioria Inicial

exemplo, se a pesca com redes de praia é a questão-chave num determinado local, há uma grande diferença entre perguntar a um pescador se ele está especificamente consciente do impacto negativo da pesca com redes de praia perguntar-lhe de uma forma mais geral se “*conhece os problemas relacionados com a pesca feita com equipamentos proibidos?*”. De igual modo, há uma diferença entre perguntar a um pescador se ele discute especificamente a questão das redes de praia com os seus colegas pescadores, e perguntar-lhe se ele “*incentiva os outros pescadores a cumprirem os regulamentos das pescas*”. E mais uma vez, entre perguntar a um pescador se está especificamente disposto a desistir de praticar a pesca com redes de praia, e fazer-lhe a pergunta mais geral: “*Está disposto a mudar o seu comportamento relativamente à pesca*”.

Estas falhas no segundo inquérito KAP estão resumidas no relatório para o Inhassoro:⁸⁹

- o formulário do questionário foi preparado nos EUA sem o envolvimento dos Gestores de Campanha;

Capturas das pescas e recolha de dados de marketing através de uma app para telemóvel: OurFish

A Rare informou que nos poucos meses de operação da aplicação OurFish, perto do final do projecto, 45 compradores de peixe nos seis locais registaram aproximadamente 22.000 kg de capturas no primeiro local de comercialização. Isto gerou informações sobre a composição das capturas e preços de venda, por tipo de equipamento. Infelizmente, nenhuma análise dos dados recolhidos tinha sido feita no momento da preparação deste relatório.

No entanto, os membros da comunidade perceberam que o sistema poderia ajudar:

- a caracterizar a actividade das pescas;
- a identificar as espécies que são

- não foram feitos testes no terreno para avaliar a coerência e relevância do questionário e não houve oportunidade para modificá-lo ou melhorá-lo.
- a linguagem utilizada para formular perguntas não era clara e focava mais as questões dos rendimentos familiares do que as questões de gestão das pescas abordadas no 1º KAP.

Como tal, no 2º inquérito KAP, o formulário não integrava quaisquer questões que pudessem servir de base para uma análise comparativa com os resultados do 1º KAP no Inhassoro, pelo que a avaliação final (da campanha de orgulho) se baseou apenas na evidência dos factos no terreno.³⁶

Em resumo, quaisquer que sejam as vantagens que se entenderam existir a nível global, a normalização do questionário KAP em todos os projectos *Fish Forever* não parece ter servido as necessidades de promover a co-gestão das pescas a nível local no âmbito do FishCC em Moçambique.

capturadas mais frequentemente e a monitorizar como as capturas mudam ao longo do tempo;

- a caracterizar o estado económico e social dos diferentes equipamentos dos pescadores/de pesca;
- a monitorizar o impacto dos programas/projectos de gestão;
- a gerar dados para suportar a tomada de decisões, melhorar a eficácia da gestão e trazer novas competências para os pescadores, comerciantes e outros intervenientes na cadeia de valor da actividade piscatória.

89 Rare, 2019c

Quadro 3.9. Resumo das respostas pré e pós-campanha a perguntas relacionadas com o conhecimento dos pescadores

Perguntas dos 1º inquéritos (linha de base) KAP adaptadas para cada local (pré-campanha)	Perguntas genéricas dos 2º inquéritos KAP (pós-campanha)	Comunidade	Pré-campanha	Pós-campanha
Conhecimentos				
Pensa que a prática da pesca com redes de praia nos recifes de coral é nociva?	Conhece os problemas relacionados com a pesca feita com os equipamentos proibidos?	Mefunvo	73%	100%
Conhece os problemas relacionados com a pesca feita com arpão em recifes de coral?		Závora	29%	97%
Por favor identifique todas as actividades de pesca que são consideradas nocivas.	Sabe quais são os tipos de equipamentos de pesca ou actividades de pesca que são permitidos nas áreas de gestão das pescas?	Machangulo	31%	96%
Qual é a actividade que contribui de forma negativa para a gestão dos recursos? * Proporção das respostas diferentes de "Não sei"			86%	
Adopção de comportamentos				
Já falou com outras pessoas sobre a pesca no estuário?	Incentiva outras pessoas (dentro e fora da sua comunidade local) a cumprirem os regulamentos de pesca?	Machangulo	67%	98%
Pensa que partilhar ideias com os outros membros da comunidade é uma coisa boa?			68%	
Falou com alguém nos últimos meses sobre o regulamento das pescas?		Mefunvo	49%	96%
Já falou com outros pescadores sobre a actividade de pesca com arpão?		Závora	48%	100%
Quantas vezes já falou com outros pescadores nos últimos 6 meses sobre as ameaças resultantes do desrespeito pelo período de desova? Proporção de pessoas que responderam "1 a 10 vezes"		Fequete	90%	91%
Como se sentiria se fosse convidado para partilhar ideias nas reuniões sobre a gestão dos recursos piscatórios devido à existência de actividades piscatórias no estuário?		Acredita que a participação local na gestão irá ajudar a manter ou melhorar as capturas de pesca?	Machangulo	44%
Participaria em discussões para eliminar os equipamentos de pesca prejudiciais?	48%			
Pensa que é importante estar presente nas reuniões?	46%			
Pensa que é importante participar nas reuniões sobre o acesso gerido para partilhar ideias sobre a gestão das pescas?	Mefunvo		44%	93%
Participou numa ou mais reuniões da comunidade?	Participou ou alguém do seu agregado familiar participou numa reunião do conselho de gestão das pescas no último mês?	Machangulo	38%	90%
Participou numa ou mais reuniões do CCP?			51%	

3.3. Componente Dois: Melhorar os Meios de Subsistência

3.3.1 Projectos de meios de subsistência alternativos

Foram implementados dois tipos de projectos de meios de subsistência nos 6 locais do FishCC:

- i. fornecimento de equipamentos para a cadeia de frio para a pesca (Mefunvo, Memba, Pomene, Machangulo)
- ii. fornecimento de equipamentos de pesca para promover a pesca offshore (em alto mar) (Fequete, Závora)

O Quadro 3.10 mostra detalhes sobre os activos fornecidos em cada local. A razão por detrás do fornecimento dos equipamentos de pesca para promover a pesca offshore foi reduzir a utilização de práticas de pesca insustentáveis em zonas costeiras próximas, em especial nas praias (Inhassoro) e com espingardas de caça submarina (Závora). A construção de barcos no Inhassoro e Závora foi feita pelas próprias comunidades, com a ajuda de construtores de barcos certificados, em parte como um exercício de formação de competências para fortalecer a sustentabilidade. No entanto, em nenhum dos locais a actividade estava concluída no final do projecto. As razões incluíram atrasos nos pagamentos pela Unidade de Implementação do Projecto (UIP) às autoridades provinciais, atrasos no aprovisionamento pelo governo distrital e dificuldades no transporte dos materiais para os locais. No momento do encerramento do projecto, os activos para melhoramento dos meios de subsistência foram pagos ou colocados à disposição das comunidades em 2 dos 6 locais do projecto, nomeadamente: Memba e Mefunvo. No entanto, a utilização do equipamento em Mefunvo ainda não tinha sido confirmada. Como resultado dos atrasos, o financiamento e a supervisão do

projecto para os meios de subsistência nos outros quatro locais, que ainda estavam em processo, foram transferidos para o projecto SWIOFish-MZ no momento do encerramento do projecto FishCC, e esperava-se a sua conclusão até Dezembro de 2019.

Durante as consultas para a preparação deste relatório, foram observadas algumas falhas nos processos pelos quais os beneficiários do projecto foram identificados. Por exemplo:

Em nenhum dos seis locais o processo de selecção dos beneficiários foi claramente documentado;




Memba: os beneficiários dos equipamentos para a cadeia de frio das pescas eram membros de uma associação criada especificamente para o efeito. A associação pretendia operar um negócio de comércio de peixe e estava em processo de iniciar as operações em Julho de 2019. Entretanto, praticamente todos os cerca de 15 membros da associação eram membros do comité do CCP, que tinha sido responsável pela identificação dos beneficiários. Isto pareceu ser um exemplo de selecção de elites.

Fequete: estavam em construção quatro barcos de pesca offshore, os beneficiários seleccionados eram 4 dos 5 proprietários de redes de praia em Fequete. A intenção era fornecer a esses proprietários um equipamento de pesca alternativo (pesca à linha offshore) para que as redes de praia deixassem de ser utilizadas. No entanto, não havia nenhum plano para qualquer acordo escrito para esse efeito e, portanto, nenhuma garantia de que os proprietários das redes não continuariam simplesmente a operar os seus equipamentos de redes de praia ao




mesmo tempo que as novas embarcações. Além disso, o quinto proprietário das redes parece ter alegadamente, perdido a oportunidade por não estar disponível para participar numa reunião da aldeia, o que poderia ter sido resolvido se fosse esse o caso.

Mefunvo: Foram fornecidas 25 arcas congeladoras aos beneficiários da comunidade, mas não havia informação disponível, por parte do gestor de campanha ou da Unidade de Implementação do Projecto em Maputo, sobre quem eram os beneficiários ou como foram seleccionados.

Quadro 3.10. Resumo dos projectos de criação de meios subsistência no âmbito do FishCC

Projecto para os meios de subsistência escolhido	Situação em Junho de 2019
<p>Mefunvo</p> <p>Equipamento da cadeia de valor da pesca:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 25 arcas congeladoras • 40 caixas isotérmicas 	<p>Equipamento adquirido para os beneficiários em Junho de 2019</p>
<p>Memba</p> <p>Equipamento da cadeia de valor da pesca:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 arcas congeladoras • 10 caixas isotérmicas • 20 kits para processamento de peixe 	 <p>Equipamento já entregue aos beneficiários</p>
<p>Inhassoro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de 4 barcos a motor para facilitar a pesca offshore (em alto mar) • 4 motores de popa para os barcos acima • 20 jangadas melhoradas 	 <p>A construção das embarcações está em curso, mas ainda em fase relativamente inicial, e a ser feita no âmbito do projecto SWIOFish. A unidade de implementação do projecto antecipa a sua conclusão até Fevereiro de 2020, ainda que possa ser uma previsão optimista.</p>
<p>Pomene</p> <p>Equipamento da cadeia de valor da pesca:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4 arcas congeladoras • Equipamentos de energia solar para os equipamentos acima • 4 tanques de água de 1000 litros • 40 caixas isotérmicas • 40 kits para processamento de peixe <p>Guias de formação para o ecoturismo</p>	 <p>Equipamento in-situ em Pomene, mas ainda não entregue aos beneficiários devido a:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) necessidade de esclarecimento sobre o valor dos fundos correspondentes a pagar pelos beneficiários; (ii) atraso na contratação de um prestador de serviços para a colocação em funcionamento do sistema de energia solar. <p>O projecto iniciou a comunicação com os alojamentos próximos mas, devido a atrasos na sua implementação, não foi feita a formação durante o FishCC. Espera-se que isso ainda aconteça durante o ano de 2019 no âmbito do projecto SWIOFish.</p>

Quadro 3.10. Resumo dos projectos de criação de meios subsistência no âmbito do FishCC

Projecto para os meios de subsistência escolhido	Situação em Junho de 2019
<p>Závora</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construção de 12 barcos para facilitar a pesca offshore (em alto mar) • 12 motores de popa para os barcos acima 	 <p>9 barcos em fase de conclusão 3 barcos em fase inicial de construção</p>
<p>Machangulo</p> <ul style="list-style-type: none"> • Máquina de gelo e armazém de gelo • Gerador para a máquina de gelo • Torre de água para abastecer a máquina de gelo <p>Projecto de aquicultura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 6 tanques flutuantes para o cultivo de tilapia <p>Formação técnica para a actividades independentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • carpintaria • sistemas de arrefecimento e de electricidade • adaptação de soluções • Ensino de Inglês 	 <p>Em Julho de 2019, a fábrica de gelo estava a cerca de 2 semanas de ser colocada em funcionamento.</p> <p>A iniciativa de aquicultura foi financiada através de outro projecto, que não o FishCC, mas que é complementar</p> 

3.3.2. Grupos de Poupança e Crédito

Foram criados ou revitalizados 17 grupos de poupança e crédito (PCR⁹⁰), sendo cada grupo composto por entre 10 a 38 membros e um total de 382 beneficiários directos, como mostrado no Quadro 3.11. abaixo. 60% dos membros eram mulheres.

Estima-se que os 17 grupos pouparam colectivamente US\$160.000, e mais de US\$120.000 foram disponibilizados através de empréstimos aos membros. Não foram feitos estudos de linha de base ou de impacto para avaliar o impacto na economia doméstica, mas existem provas físicas e testemunhos de benefícios para os membros, sob a forma de investimentos, como a compra de bens domésticos e de arcas congeladoras para a comercialização de peixe e financiamento de cuidados infantis.

É interessante notar que alguns membros do grupo de poupança e crédito foram capazes de comprar directamente o mesmo tipo de materiais de pesca para a cadeia de frio, que foram fornecidos através dos projectos para os meios de subsistência do FishCC nalguns locais. Estes resultados impressionantes, que têm como origem uma intervenção relativamente curta sobre as poupanças e o crédito, levantam a questão de saber se teriam sido gerados maiores benefícios e mais sustentáveis a longo prazo se os recursos do projecto FishCC tivessem sido investidos de forma mais ampla no estabelecimento de poupanças e créditos, em vez de comprar directamente materiais sob a componente dos meios de subsistência. Uma experiência similar noutra locais na região WIO indicou os mesmos resultados. Este ponto é realçado na secção das lições (4.5) abaixo.

90 PCR = *Poupança e Crédito Rotativo*

91 MIMAIP, 2019h

Quadro 3.11. Resumo dos grupos de poupanças grupos de crédito nos termos do FishCC⁹¹

Local	Nome do grupo	Homens	Mulheres	Total	Membros do CCP
Machangulo	Tuanano	16	0	16	51 (98%)
	Lhunvuku	2	8	10	
	Matihalishe	7	8	15	
	Tutukane	3	26	29	
Závora	Veremos	4	14	18	34 (49%)
	Boa Sorte	3	13	16	
	Melhor	12	9	21	
	Pescadores de Závora	15	0	15	
Mefunvo	Atchananão	17	12	29	33 (62%)
	Mwanzanovi	6	18	24	
Inhassoro	Kuzuanana 1	15	21	36	75 (69%)
	Kuzuanana 2	13	25	38	
	Kuzuanana 3	17	18	35	
Memba	Família Watana	3	19	22	0
	Omaliha Osiquine	3	12	15	
Pomene	Xitique de Lurdes Mutola	15	9	24	0
	Xitique de Matenda	17	2	19	
Total	17 grupos	168 (40%)	214 (60%)	382	193 (51%)



Um barco de pesca solitário na praia na maré baixa

3.4. Componente Três: Marketing Social

3.4.1. Justificação para a concepção das campanhas de orgulho do marketing social

Como referido na Secção 2.2.3 (III), "campanhas de orgulho" é o nome dado às campanhas de sensibilização e mobilização das comunidades, no âmbito da metodologia Fish Forever.

As campanhas têm uma função muito importante ao catalisar uma alteração de comportamento e na geração de objectivos de gestão das pescas. Como tal, a análise e lógica por detrás da concepção de campanhas de orgulho é fundamental para o processo Fish Forever e, nos termos do FishCC, foram documentadas em relatórios de campanha de orgulho para cada local que contêm:

- Uma análise das paisagens piscatórias e desafios de gestão (ferramenta da FLAGS);
- Mudanças comportamentais identificadas/teorias da mudança necessárias para enfrentar os desafios;
- Os objectivos SMART para cada passo na teoria da mudança;
- Materiais propostos e mensagens que irão influenciar a mudança comportamental;

- Seguimento quantitativo do impacto utilizando os dados dos inquéritos KAP.

Vale a pena reconhecer que os relatórios das campanhas de orgulho representam esforços consideráveis por parte dos gestores de campanha, e são o principal registo integrado do progresso em cada local. Um elemento crítico de cada relatório (excepto Memba), é uma teoria da mudança seguindo o formato padrão de 7 etapas *Fish Forever*, com os objectivos SMART que são personalizados para abordar 1 ou 2 questões específicas prioritárias para a gestão das pescas em cada local. Os objectivos SMART para cada local (resumidos no Quadro 3.7. abaixo) são uma informação importante do processo *Fish Forever*, uma vez que transmitem a lógica do esqueleto por detrás das intervenções de marketing social, e dão informações sobre como o impacto dessas intervenções é medido.

3.4.2. Avaliação dos objectivos SMART desenvolvidos para os locais do FishCC

O Quadro 3.12. representa um esforço admirável dos gestores de campanha para identificar a lógica do esqueleto para intervenções de marketing social em cada local do FishCC. No entanto, são evidentes algumas fraquezas nos detalhes do Quadro 3.13.



Olhando para leste em direcção ao nascer do sol sobre o Oceano Índico, na costa de Moçambique

Quadro 3.12. Fragilidades nos objectivos SMART para os locais do FishCC

Resultados da conservação	Para todos os locais, o prazo é muito curto para alcançar a mudança (por exemplo, em recursos ou CPUE). Faltam a todos os locais a linha de base e os alvos.
Redução das ameaças	Mefunvo e Pomene não descrevem reduções de ameaças. Inhassoro, Závora e Machangulo não têm uma meta para a redução nem uma linha de base.
Alterações dos comportamentos	Mefunvo e Machangulo não descrevem as mudanças reais de comportamentos, apenas as intenções. Sinais de repetição com as reduções de ameaças acima.
Remoção de barreiras	Inhassoro não tem métricas quantitativas, metas para redução nem uma linha de base. Pomene, Závora e Machangulo não descrevem as barreiras (Machangulo repete a sua redução de ameaças). O texto de Mefunvo é ambíguo, mas com uma formulação correcta.
Comunicações interpessoais	Não está claro como as comunicações interpessoais podem ser monitorizadas na prática. A linha de base do Inhassoro já está a 99,3%, por isso não existe espaço para melhorar.
Atitudes	A linha de base do Inhassoro já está a 99,3%, por isso não existe espaço para melhorar. Machangulo não descreve uma mudança de atitudes
Conhecimentos	A linha de base do Inhassoro já está a 99,3%, por isso não existe espaço para melhorar.



Quadro 3.13. Objectivos SMART da teoria da mudança para cada local do FishCC⁹²

	Mefunvo	Memba	Inhassoro	Pomene	Závora	Machangulo
Resultado para a conservação	Em 2019, a população de <i>Lethrinus harak</i> manteve-se no nível recomendado pelos especialistas	Nenhuma desenvolvida	Em 2019, o CPUE para o peixe coelho aumentou de X kg/hr em 2018 para Y kg/hr	Aumento da abundância ou CPUE da garoupa (<i>Epinephelus malabaricus</i>)	No final de 2018, os stocks de garoupa aumentam de X% em Abril de 2018 para Y%	No final de 2018, os stocks de <i>Pomadasys kaakan</i> (peixe dardo) aumentam de X% em Abril de 2018 para Y%
Redução das ameaças	Em 2019, o número de <i>Lethrinus harak</i> aumentou através do envolvimento do CCP na aplicação da lei.	Nenhuma desenvolvida	Utilização de arrasto mecanizado e redes de praia manuais	N.º de pescadores que concordam com a criação da AGC e que são capazes de definir ARR, aumentou para 34% em 2018.	O aumento da pesca com espingardas de caça submarina tem um impacto negativo nas populações de garoupas.	Redução do número de pescadores a pescar no estuário
Alterações dos comportamentos	Em 2019, o número de pescadores com redes de praia que desejam parar a pesca nos recifes de coral aumentou para 40%, contra 21% em 2017.	Nenhuma desenvolvida	Em 2019, o n.º de pescadores que não pescam durante a época de desova do peixe coelho aumentou de 10,4% em 2018 para 38%	Em 2019, o n.º de pescadores que utilizam lanças/arpões diminuiu de 58% em Abril de 2017 para zero	Em 2019, o n.º de pescadores que abandonou a pesca com espingardas de pesca submarina aumentou de 24% em 2018 para 48%.	No final de 2018, a percentagem de pescadores que concorda em não pescar no estuário aumentou de 23% em Abril de 2018 para 42%.
Remoção de barreiras	No final de 2019, o número de pescadores com redes de praia que deixou de pescar nos recifes de coral (com rede de emalhar ou alternativa à linha) subiu de 21,4% para 60%.	Nenhuma desenvolvida	<ul style="list-style-type: none"> Práticas culturais Fata de capital 	Em 2019, o n.º de pescadores que discute a importância da AGC aumentou de X % em 2018 para Y % em 2019.	Formação do CCP em gestão das pescas Construção de 12 unidades de pesca sustentável	Redução do número de pescadores a pescar no estuário

	Mefunvo	Memba	Inhassoro	Pomene	Závora	Machangulo
<i>Comunicações interpessoais</i>	No final de 2018, o n.º de pescadores que discute a utilização de redes de praia nos recifes de coral aumentou de 54% (2017) para 75%	Nenhuma desenvolvida	Em 2019, o n.º de pescadores que discute os perigos de não implementar um período de defeso para a procriação do peixe coelho, passou de 99,3% em 2018 para 100%.	Em 2019, a proporção de pescadores que discute a importância da campanha de conservação aumentou de 81% para 96,3%.	Em 2019, os pescadores que falam sobre os perigos da pesca com espingardas de pesca submarina aumentou de 48,2% em 2018 para 69,5%.	No final de 2018, o número de pescadores que falam sobre as desvantagens da pesca no estuário aumentou de 40,5% em Abril de 2018 para 62%.
<i>Atitude</i>	Em 2019, o n.º de pescadores com redes de praia que gostaria de deixar de pescar nos recifes de coral, com a criação da AGC + ARR, aumentou de 75% em 2017 para 82%	Nenhuma desenvolvida	Em 2019, o número de pescadores que acredita ser importante não pescar durante o período de desova do peixe coelho passou de 99,3% em 2018 para 100%.	Em 2019, a proporção de pescadores que acredita que a AGC / ARR irá ajudar na recuperação da pesca da garoupa aumentou de 80,6% para 88%.	Em 2019, o n.º de pescadores que acredita que a proibição da pesca com espingardas de caça submarina vai permitir recuperar as populações de garoupas, aumentou de 27,6% em 2017 para 63%	No final de 2018, o n.º de pescadores que participa em reuniões sobre a pesca no estuário aumentou de 38,1% em Abril de 2018 para 64%.
<i>Conhecimentos</i>	Em 2019, a percentagem de pescadores que utilizam redes de praia que sabem que a pesca nos recifes de coral é prejudicial aumentou de 73,2% em 2017 para 84%.	Nenhuma desenvolvida	Em 2019, o número de pescadores conscientes da importância do período de defeso da pesca ao peixe coelho durante a época da reprodução passou de 99,3% em 2018 para 100%.	Em 2019, a proporção de pescadores que acredita que a AGC / ARR irá ajudar na recuperação da pesca da garoupa aumentou de 85% para 95%.	Em 2019, a percentagem de pescadores que tinham consciência do impacto negativo da pesca com espingardas de pesca submarina aumentou de 29% em 2018 para 48%	Em 2019, o n.º de pescadores conscientes de que a pesca no estuário é prejudicial aumentou de 81% em Abril de 2018 para 91,4%

Observações resumidas sobre as teorias da mudança e os objectivos SMART para os locais do FishCC

Calendário: O âmbito das teorias da mudança definidas no Quadro 3.13. é aparentemente apenas, o período de 4 anos do projecto FishCC. Em retrospectiva, isso não era realista ou adequado. Na prática, as intervenções do projecto, provavelmente apenas catalisaram as mudanças mensuráveis nos três níveis inferiores das teorias da mudança, até à data final do projecto. A mudança de comportamentos e a redução de ameaças é um processo a médio prazo, e a mudança do ecossistema (ao nível do *resultado da conservação*) só ocorrerá depois disso. Reconhecendo isso, teria sido melhor enquadrar as teorias da mudança num prazo mais realista de 5 a 10 anos, o que poderia então ter servido como informação para a preparação de planos de gestão de 5 anos para cada local, cobrindo assim as intervenções e a monitorização para além do período do projecto FishCC.

Repetição e número de fases: É evidente que existe uma repetição significativa entre níveis particulares da teoria da mudança no Quadro 3.11. Por exemplo, entre *mudança de comportamento* e *redução de ameaças*, e entre *comunicações interpessoais*, *atitudes* e *conhecimentos*. É compreensível que seja este o caso, dada a continuidade entre os níveis. Também se deve ter em conta que as *comunicações interpessoais* são inerentemente difíceis de medir, ou monitorizar, de uma forma consistente. Estes pontos podem apoiar um argumento de que a teoria da mudança do modelo *Fish Forever* poderia ser potencialmente simplificada, reduzindo o número de passos de 7 para 5. Se a *mudança de comportamentos* e a *redução da ameaça* fossem fundidas e as *comunicações interpessoais* removidas, não está claro que algo substancial se perderia.

Foco num único assunto: É perceptível que para cada local do FishCC, as teorias da mudança geralmente se concentram num único assunto. Em Mefunvo, Inhassoro e Závora existe o problema do controlo dos equipamentos (rede de praia ou espingardas de caça submarina); em Pomene e Machangulo o foco está na implementação de uma reserva com proibição de capturas. Este foco e simplicidade é sem dúvida uma virtude em muitos aspectos. No entanto, existe a sensação de que, nalguns locais, uma abordagem dupla focada tanto na questão dos equipamentos como na questão de zonas com proibição de capturas, o que é realmente fundamental para todos os locais) poderia ser óptima, e ainda assim não complicaria demais a estrutura.

Fraca aceitação da remoção de barreiras: A fase que parece ter sido menos bem aceite foi a de *remoção de barreiras*. Apenas no Inhassoro os objectivos SMART identificam correctamente as barreiras, e mesmo assim as métricas mensuráveis não estão articuladas. Isto possivelmente expõe uma potencial fraqueza na abordagem de marketing social, na medida em que encoraja que exista um foco no aumento dos conhecimentos e na sensibilização para a mudança de comportamentos. Na realidade, o comportamento dos pescadores também é fortemente impulsionado pelas considerações económicas. Estas questões devem estar reflectidas na *remoção de barreiras*, ou seja, remoção das barreiras económicas à mudança dos comportamentos. Não obstante a componente meios de subsistência do FishCC, há a sensação de que a abordagem *Fish Forever*, pelo menos na forma como foi aplicada no âmbito do FishCC, subestima as questões económicas subjacentes ao comportamento das pescas.



Mural pintado na aldeia de Pomene, criado como parte da campanha de orgulho

Supervisão técnica e controlo da qualidade: Dada a centralidade das teorias da mudança e dos objectivos SMART na abordagem *Fish Forever*, especialmente em termos de enquadramento dos conteúdos das campanhas de orgulho e dos planos de gestão, e de medição do impacto das intervenções, é surpreendente que existam

tantas fraquezas no enquadramento e na formulação dos objectivos SMART, como resumido no Quadro 3.10. acima. Isto sugere que havia margem para uma melhor supervisão técnica e controlo da qualidade neste aspecto muito importante do processo.

3.4.3. Resultados das Campanhas de Orgulho

A implementação das campanhas de orgulho em cada local do FishCC está resumida na secção 2.2.3 (iii) acima. Os relatórios consolidados da Rare sobre os lançamentos da campanha de orgulho⁹⁴ nos seis locais do FishCC atribuíram os seguintes resultados gerais à campanha:

Conhecimentos e atitudes

- aumentou a conscientização da comunidade e o sentido de propriedade das áreas de gestão das pescas propostas, incluindo as reservas com proibição de capturas, e os seus potenciais benefícios;
- a participação activa e positiva por parte dos membros do governo gerou a sua consciencialização para o projecto FishCC, assim como os seus objectivos, e as questões substancialmente importantes para as pescas nos respectivos locais.

Comportamentos e práticas

- mais apoio pró-activo relativamente à governação das pescas e ao cumprimento das medidas;
- melhor participação dos pescadores na vigilância, aplicação e cumprimento das medidas de gestão das pescas;
- melhor participação nas reuniões dos CCPs e outras actividades colectivas.

As consultas com os gestores de campanha e membros dos CCPs durante a preparação deste relatório confirmaram, de forma surpreendente, que a participação nos lançamentos das campanhas de orgulho foi positiva, tanto por parte dos membros da comunidade como por parte dos funcionários do governo. Ao mesmo tempo, como descrito na secção 2.2.3 (iii) acima, é adequado destacar novamente que, embora

as campanhas de orgulho tenham sido originalmente planeadas como uma série de actividades ao longo de um período de 6 meses, na prática limitaram-se em grande parte aos eventos de lançamento em Novembro de 2019 e à distribuição de materiais para enviar mensagens durante esses eventos.

As actividades subsequentes não foram, na sua maior parte, implementadas, pelo menos não no FishCC. Portanto, é razoável supor que o impacto das campanhas foi de menor duração do que deveria ter sido se as campanhas tivessem sido totalmente implementadas.

Resultados da campanha de orgulho no Inhassoro

No Inhassoro, a campanha de orgulho tinha um objectivo específico em termos da mudança de atitudes e comportamentos de pesca, que era o de promover a aceitação e implementação de uma proibição da utilização da rede de praia durante mais 45 dias, durante o período de desova do peixe coelho de Fevereiro a Março (Quadro 3.5. acima). Para isso, foi necessário persuadir os pescadores de 15 unidades de redes de praia a mudarem para a pesca à linha durante esse período. O gestor de campanha em Inhassoro comunicou que não só esta proibição foi cumprida por todas as 15 unidades durante os meses de Fevereiro-Março de 2019, como também fizeram pressão para que fosse prolongada por mais 15 dias, e citou esse facto como um grande sucesso da campanha de orgulho no Inhassoro.⁹⁵

⁹⁴ Rare, 2019g

⁹⁵ Rare, 2019c

3.4.4. Desafios na avaliação dos impactos causados pelas campanhas de orgulho

Existem dois factores que tornam difícil dizer algo mais concreto ou definitivo em termos do impacto das campanhas de orgulho do FishCC:

- i. O 2º inquérito KAP não repetiu as perguntas do 1º inquérito KAP. Em vez disso, fez perguntas genéricas globais não adaptadas a cada local (ver a secção 3.2.3 (iv) acima). Isto significa que, embora os primeiros inquéritos KAP e os preparativos da campanha tenham estabelecido indicadores, linhas de base e metas claras (resumidas no Quadro 3.8. acima) para os resultados antecipados para as campanhas de orgulho, especificamente adaptados às questões prioritárias da gestão das pescas em cada local, os resultados do inquérito repetido (2º inquérito) KAP não forneceu dados comparáveis para medir as mudanças em cada local de uma forma consistente (como mostrado no Quadro 3.9.).
- ii. O impacto das campanhas foi medido muito pouco tempo depois do lançamento

da campanha. Os segundos inquéritos KAP foram feitos num mês após o lançamento da campanha em Novembro de 2018. Assim, embora não exista razão para duvidar dos resultados atribuídos acima em termos de melhor conhecimento e atitudes no seguimento imediato das festividades de lançamento da campanha, não há forma de saber o quão duradouros são esses resultados durante um período mais longo, especialmente à luz da natureza truncada das próprias campanhas. Se o tempo o tivesse permitido, teria sido mais informativo se o segundo inquérito KAP tivesse sido feito uns seis meses após o lançamento da campanha.

3.4.5. Eficácia dos custos das campanhas de orgulho

O custo total de implementação dos eventos de lançamento da campanha de orgulho em 6 locais foi de \$72.000. Com uma participação estimada de 2100 membros da comunidade e funcionários do governo, o custo por pessoa foi de US\$34. Não é claro se isto é eficaz em termos de custos, dada a dificuldade de avaliar o seu impacto, como explicado acima.



3.5. Resumo dos Desafios à Implementação

É apresentado abaixo um resumo dos factores que afectaram o progresso geral da implementação do projecto ao nível do sistema:

- Falta de um quadro legal existente e de experiência institucional na designação das ACG. A concepção do projecto previa que a ADNAP deveria celebrar os acordos de gestão comunitária com os CCPs qualificados para decretar a co-gestão das reservas TURF e que, após um ano, as reservas TURF seriam estabelecidas e os planos de gestão implementados. Na prática, a falta de um enquadramento legal existente para apoiar estes acordos, juntamente com o envolvimento activo tardio da ADNAP no projecto, inviabilizou a sua concretização.
- A Rare é nova em Moçambique. A Rare foi seleccionada para prestar assistência técnica ao projecto com base na sua experiência de desenvolvimento da iniciativa *Fish Forever* no Brasil, Indonésia e Filipinas. No entanto, a Rare era nova em Moçambique. A obtenção de um registo oficial, o estabelecimento de um escritório, o recrutamento e formação do pessoal e o desenvolvimento das relações com o MIMAIP e os parceiros provinciais levaram, compreensivelmente, um tempo significativo. A alta rotatividade da liderança da Rare no país durante os primeiros 2-3 anos não contribuiu para melhorar a sua eficácia.
- Reestruturação institucional. O FishCC foi aprovado em 2015, pouco depois das eleições gerais que levaram à reestruturação institucional do MdP/MIMAIP. Isto foi ainda mais agravado pela descentralização do pessoal do sector das pescas a partir de 2018.
- Isto causou atrasos significativos no projecto devido às reformas dentro do MIMAIP que afectaram a continuidade e a tomada de decisões. Além disso, o recém estabelecido IDEPA lutou para gerir as mudanças à luz da configuração inicial do projecto.
- Selecção dos locais para o projecto. Os seis locais seleccionados para o projecto estavam dispersos por quatro governos provinciais, seis autoridades distritais e dois locais eram distantes de Maputo. Os desafios logísticos inerentes a isto causaram um impacto na velocidade e profundidade com que se poderiam desenvolver fortes parcerias locais, prestação de supervisão técnica aos gestores de campanha e custos de transacção. A selecção de locais discretos, em vez de agrupamentos, também teve implicações na forma como foram examinadas as questões relacionadas com os padrões de pesca e a utilização recíproca dos pescadores.
- Coordenação institucional. O projecto teve falta de uma coordenação suficientemente eficaz para garantir a clareza dos respectivos papéis do governo central, do governo provincial e das ONGs e dos mecanismos de coordenação entre eles. Para abordar este problema, foi formado em Fevereiro de 2017 um Comité de Gestão composto pelo IDEPA, ADNAP, IIP, DPMAIPs, CMs assim como os representantes de outros projectos de pesca artesanal do MIMAIP (PROPESCA, ProDirpa e SWIOFish1-MZ). Isto resultou em: (i) papéis e responsabilidades definidas de cada uma das instituições relevantes do MIMAIP na implementação do projecto, tendo em conta os novos estatutos do MIMAIP; (ii) um acordo

sobre a formalização do envolvimento dos gestores de campanha na implementação do projecto; (iii) um acordo sobre os desafios enfrentados pelo projecto, as suas causas e potenciais soluções; e (iv) a clarificação das funções e deveres dos gestores de campanha.

- Mudança do gestor de campanha de Memba. Em Memba, o gestor de campanha foi substituído num momento crítico, início de 2018, devido a um fraco desempenho por parte do incumbente. Apesar dos louváveis esforços do seu sucessor, o facto de ter perdido um processo crucial de indução e formação durante os anos de 2016-17, isso teve um impacto significativo no

progresso em Memba, como reflectido no relatório da campanha de orgulho para aquele local.

- Os atrasos nos aprovisionamentos afectaram o lançamento das actividades de geração de rendimentos nos respectivos locais. Os atrasos deveram-se em grande parte à decisão de avançar com um aprovisionamento descentralizado, para aumentar a propriedade local. No final de 2018, apenas 11% das aquisições foram desembolsadas. A capacidade dos técnicos de aprovisionamento a nível provincial era limitada, para gerir eficazmente o aprovisionamento atempado de materiais para as oportunidades de meios de subsistência.

Quatro dos seis gestores de campanha reuniram-se para discutir o processo; estiveram presentes gestores em todos os seis locais do FishCC.





4. Lições Aprendidas

As lições do projecto FishCC relevantes para o desenvolvimento em curso da co-gestão das pescas em Moçambique estão organizadas nesta secção sob os seguintes títulos:

- 4.1. Definição de áreas de gestão, reservas com proibição de capturas e medidas de controlo
- 4.2. Preparação dos planos para a co-gestão das pescas
- 4.3. Enquadramento para a governação em co-gestão das pescas em Moçambique
- 4.4. Capacidade de facilitação e papéis institucionais
- 4.5. Eficácia das abordagens ao marketing social
- 4.6. Papel das iniciativas para os meios de subsistência na co-gestão das pescas

4.1. Definição de áreas de gestão, reservas com proibição de capturas e medidas de controlo

Esta secção resume as lições resultantes das medidas de gestão das pescas propostas nos seis locais piloto do FishCC, incluindo as reservas com proibição de capturas, como resumido no Quadro 3.1. e nas Figuras 3.1a. e 3.1b acima.

4.1.1. Identificação do âmbito das áreas de co-gestão das pescas

O âmbito geográfico de uma área de gestão das pescas comunitária é necessariamente

Membros da comunidade assistem a uma reunião local na Província de Maputo.

um equilíbrio entre os padrões de utilização dos recursos piscatórios, por um lado, e os laços sociais e eficiências administrativas, por outro. Se pescadores de várias comunidades piscatórias vizinhas, partilham todos os mesmos pesqueiros, pode ser lógico incluir todas essas comunidades dentro de um único regime ou área de gestão das pescas coerente, uma vez que todos pescam um recurso comum. Por outro lado, a gestão de uma área de pesca comunitária é também um esforço social e administrativo. Portanto, se existem razões sociais ou logísticas pelas quais possa não ser óptimo ou eficiente combinar comunidades vizinhas numa entidade de gestão comum, isso também seria uma consideração importante. Algumas comunidades, por exemplo, podem não ter bons relacionamentos com os seus vizinhos, ou pode ser logisticamente difícil viajar de uma para a outra para reuniões.

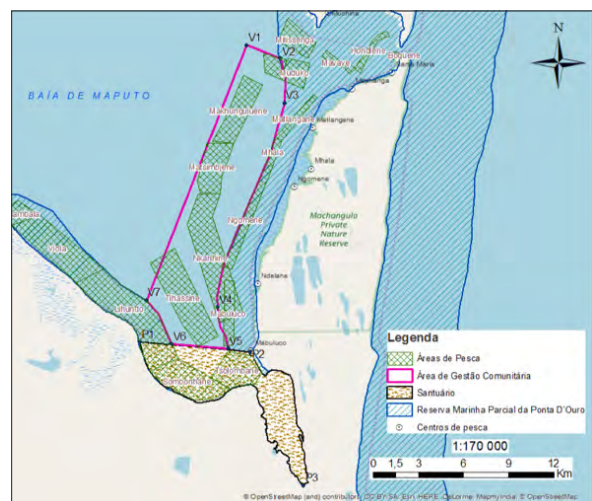
futuro, pode fazer mais sentido formular uma área de gestão conjunta. O gestor de campanha do Inhassoro concordou que, após reflexão, havia uma boa justificação para considerar essa questão. É interessante notar que a área de gestão de Fequete é a mais pequena dos 6 locais do FishCC (ver Quadro 2.1) e o CCP de Fequete inclui apenas um centro de pesca.

Em Moçambique, ao contrário de na vizinha Tanzânia ou Quênia, a maioria dos CCPs já incluem mais de um centro de pesca vizinho, geralmente porque pescam um recurso comum. Assim, até um certo ponto, o agrupamento dos centros de pesca em grupos de interesses de pesca comuns já foi feito ao nível do CCP. No entanto, não se deve assumir que, em todos os casos, cada CCP deve ter automaticamente a sua própria área de gestão comunitária discreta. É provável que existam outros exemplos de CCPs vizinhos que partilham áreas de pesca comuns, fazendo assim sentido estabelecer uma área de gestão das pescas combinada, como em Machangulo. A chave para determinar este ponto é fazer levantamentos sistemáticos e consultivos dos padrões de pesca, conforme descrito na Lição 2 abaixo.

LIÇÃO CRUCIAL N.º 1

LIÇÃO 1: As áreas de gestão das pescas de algumas comunidades incorporarão mais de um CCP.

A experiência obtida com o FishCC foi que em 2 dos 6 locais pilotos havia uma justificação para agrupar duas CCPs vizinhas numa única área de gestão comunitária. Isso foi feito, na prática, em Machangulo, onde foi reconhecido desde cedo que os pescadores de Mabalucco e Santa Maria CCPs partilhavam pesqueiros comuns. No Inhassoro, o projecto trabalhou apenas com o CCP de Fequete. Entretanto, os membros do CCP informaram que partilham os pesqueiros com um CCP vizinho a norte e que, no



LIÇÃO 2: Os padrões de pesca são importantes para identificar todas as partes interessadas na pesca

A lição 1 acima destaca a importância de entender os padrões de pesca entre as comunidades piscatórias vizinhas, como um dos principais factores para determinar o âmbito de uma área de gestão das pescas. Esta foi uma falha na abordagem adoptada no âmbito do FishCC. O estudo para selecção dos locais feito em 2016 não considerou a existência de padrões de pesca recíproca com os vizinhos, mas concentrou-se apenas em CCPs únicos, como se fossem unidades discretas. Uma abordagem mais aconselhável teria sido a de seleccionar as áreas maiores, seguindo um limite distrital (por exemplo um distrito), limite geográfico ou ecológico (por exemplo uma grande baía), e depois fazer os levantamentos detalhados dos padrões de pesca para entender os padrões espaciais e temporais do esforço de pesca pelos centros de pesca e CCPs com a área mais ampla. Esses levantamentos devem ser desagregados por comunidade, equipamentos de pesca e estações do ano.

Os estudos feitos nas províncias do Banco Sofala pelo IIP⁹⁶ são um exemplo deste tipo de estudo, mas com um nível de resolução mais elevado necessário em termos de ligação de zonas de pesca a determinados centros de pesca. Uma razão adicional importante para a realização deste tipo de levantamento de padrões de pesca é a de que permite a identificação de todos os pescadores não locais que estão a utilizar uma área de gestão proposta, incluindo aqueles que não são vizinhos próximos, sejam eles artesanais ou semi-industriais. Este tipo de informação também foi uma omissão nas análises de antecedentes feitas para os locais do FishCC e liga-se às lições 11 e 12 abaixo.

LIÇÃO 3: Trabalhar com grupos de CCPs vizinhos em vez de com locais mais dispersos é benéfico

As duas lições acima destacam o valor de trabalhar com grupos de CCPs vizinhos, dentro de uma unidade administrativa ou ecológica maior, em vez de seleccionar locais espalhados por várias províncias e distritos, como foi o caso do projecto FishCC. A vantagem adicional de trabalhar com grupos de CCPs vizinhos teria sido que isso levaria a um envolvimento, coordenação e sentido de apropriação muito mais fortes por parte das autoridades distritais e provinciais.

4.1.2. Reservas de pesca com proibição de capturas

Como descrito na secção 2.2. acima, as reservas de pesca com proibição de capturas são uma pedra angular da gestão das pescas ao nível global e estão no centro da abordagem *Fish Forever*.

Aceitação por parte da comunidade e cumprimento

Um desafio comum à definição de reservas com proibição de capturas é a aceitação pela comunidade, especialmente onde a subsistência depende significativamente da pesca, e onde já existe uma alta pressão sobre as pescas. É portanto encorajador que a aceitação da comunidade tenha sido assegurada em todos os seis locais do FishCC para o conceito de definição de novas zonas com proibição de capturas, incluindo no Inhassoro, onde existe uma reserva histórica com proibição de capturas desde antes da independência. Além disso,



foram identificadas locais gerais para as reservas com proibição de capturas em todos os 6 locais, tendo duas comunidades, Závora e Pomene, concordado provisoriamente em implementar mais do que uma nova área com proibição de capturas. Este sucesso não deverá ser considerado como garantido.

Em pelo menos dois locais do FishCC foi comunicada uma hostilidade inicial significativa em relação à ideia de estabelecer reservas com proibição de capturas. Em Mefunvo, os pescadores tinham testemunhado práticas negativas nas áreas com proibição de capturas dentro do Parque Nacional das Quirimbas, com guardas do parque corruptos alegadamente que cobravam dinheiro para fechar os olhos à pesca ilegal. Em Pomene, as atitudes iniciais em relação a uma reserva com proibição de capturas foram muito cépticas entre alguns dos pescadores e os encontros iniciais foram muito desafiadores.⁹⁷

Que as comunidades aceitaram a ideia é um feito devido ao envolvimento intensivo e qualificado com os membros da comunidade pelos Gestores de Campanha entre Junho e Dezembro de 2017; a natureza específica e detalhada da ferramenta *Fish Forever Fisheries Landscape and Goal-Setting (FLAGS)* que evidentemente forneceu um quadro valioso para esse envolvimento; e, por último, da utilidade das avaliações ecológicas de fundo.⁹⁸

Contra isso, embora a aceitação pelas comunidades tenha sido garantida *in principle*, essa aceitação ainda não foi testada na prática.

Os pescadores de Mefunvo, Memba, Inhassoro, Pomene e Závora estão todos à espera que os limites da área de reserva sejam mapeados, demarcados e formalizados, antes de serem implementados. Alguns membros dos CCPs expressaram frustração pela falta de progresso durante os últimos 18 meses, uma vez que os locais de reserva foram acordados durante a segunda metade de 2017. Apenas em Machangulo os pescadores locais começaram a observar na prática a reserva com proibição de capturas, enquanto esperavam pela demarcação. Isto pode em parte reflectir o facto da reserva com proibição de capturas no estuário do Bembi, ser mais naturalmente demarcada do que em outros locais do FishCC, embora o seu limite exterior não o seja. Mas mesmo aí, os pescadores não locais continuam a pescar na reserva com proibição de capturas, enquanto se aguarda a sua demarcação, aprovação e designação formal.

Dimensão da reserva

O Congresso Mundial de Parques de 2003 recomendou que as redes de reservas marinhas deveriam incluir áreas estritamente protegidas que representem pelo menos 20-30% de cada habitat. O Projecto Milénio das Nações Unidas defende que 10% de todos os oceanos sejam cobertos por reservas marinhas com proibição de capturas a curto e médio prazo, com uma aspiração de que esse valor passe para 30% a longo prazo. O objectivo destas prescrições é otimizar os rendimentos da pesca sustentável, especialmente onde existem poucos outros controlos sobre o esforço de pesca.

⁹⁷ Gestor de Campanha de Pomene, pers. com.

⁹⁸ Centro Terra Viva, 2018 e Fundação Peace Parks, 2018.

No entanto, no contexto do desenvolvimento da co-gestão das pescas nas comunidades mais pobres e dependentes da pesca, estes objectivos são, na melhor das hipóteses, um objectivo final a longo prazo. Os objectivos sociais, tais como partilhar um nível mínimo de benefícios entre um número máximo de pescadores, podem ser mais importantes do que otimizar a produção total. Assim, na fase inicial, a obtenção de consenso para a não aceitação de reservas com proibição de capturas com *menos cobertura geral* é correcta, e continua a ter valor. A experiência positiva irá muitas vezes incentivar os pescadores a expandir a cobertura no futuro, como no Inhassoro nos contextos do FishCC. Mais importante do que a cobertura geral, é que as reservas com proibição de capturas sejam adequadamente dimensionadas e localizadas *em termos da ecologia dos pesqueiros locais*. Por essa razão, ainda é importante saber a extensão exacta das reservas propostas, por exemplo em relação à extensão da desova dos peixes ou dos habitats de viveiros, e da utilização dos equipamentos de pesca.

As reservas com proibição de capturas propostas em 4 dos 6 locais do FishCC cobrem menos de 5% da área total de gestão, ou de habitats críticos, e menos de 1% em dois casos. Em Mefunvo, a reserva proposta não foi mapeada. A excepção é Machangulo que tem uma maior cobertura, embora o valor no Quadro 3.4 seja enganadoramente elevado. A longo prazo, será provavelmente desejável aumentar a cobertura das áreas com proibição de capturas nos outros 5 locais. Dito isto, as áreas de reservas identificadas devem ainda servir certamente para iniciar o conceito de reservas com proibição de capturas com as comunidades, permitindo-lhes avaliar a sua utilidade e, potencialmente, acrescentar outras áreas no futuro. A excepção poderá ser Momba. A área de gestão do CCP de

Momba é consideravelmente maior do que de outros locais do FishCC. Cobre 10 centros de pesca e mais de 1.000 pescadores, sendo cerca de 3-4 vezes maior que os maiores locais próximos no Inhassoro e Machangulo, e 8-10 vezes maior do que Pomene e Závora. Contra isso, a área proposta para reserva com proibição de capturas no estuário do Mucombo é relativamente pequena e, mais importante, com base no tamanho da baía, é pouco provável que seja pescada por pescadores da maioria dos 10 centros de pesca pertencentes ao CCP de Momba.

Isso significa que a maioria dos pescadores do CCP de Momba não participará directamente no cumprimento de uma reserva com proibição de capturas, nem será afectado por qualquer benefício recebido. Curiosamente, o CCP de Momba relatou ter estabelecido defesos, a título de experiência, em 3 locais durante 2017, e seleccionou apenas Mucombo, já que não viram benefícios evidentes (presumivelmente um aumento na abundância de peixes) nos outros dois locais. Mas, isso foi feito informalmente pelo CCP e a maioria dos pescadores dos 10 centros de pesca não estiveram envolvidos⁹⁹. Embora a iniciativa de testar 3 defesos seja de aplaudir, parece não ter sido feita sistematicamente; o período de defeso parece ter sido muito curto; e os impactos na pesca não foram medidos ou documentados de uma forma consistente.

Fundamentação documental para a localização das reservas com proibição de capturas e monitorização do impacto

Embora a preparação dos planos de gestão para os locais do FishCC ainda estivesse em curso no final do projecto, a última versão do plano mais avançada, para

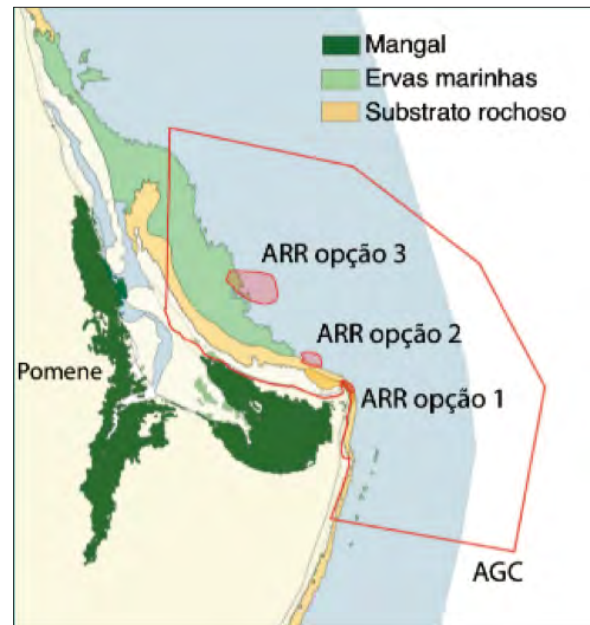
Machangulo¹⁰⁰, não articula claramente a fundamentação para a localização da reserva com proibição de capturas proposta naquele local, no estuário do Bembi. O plano também não contém um enquadramento para a monitorização para a obtenção de indicadores e objectivos em relação aos quais se possa avaliar o impacto da implementação da reserva com proibição de capturas proposta. No entanto, a reserva com proibição de capturas no estuário do Bembi é central para a abordagem da gestão das pescas no plano para Machangulo, em particular a gestão dos stocks das espécies preferidas seleccionadas, *Pomadasys kaakan* (*peixe pedra/javelin grunter*). Seria de esperar, portanto, alguma justificação em termos da ecologia da pesca.

LIÇÃO 4: A aceitação pela comunidade das reservas com proibição de capturas é crucial

A experiência dos locais do FishCC mostrou que um processo intensivo e estruturado de envolvimento e consulta, apoiado por análises técnicas ecológicas e piscatórias adequadas, como as contidas na abordagem Fish Forever, pode ser eficaz para persuadir as comunidades a, pelo menos experimentarem, o conceito de zonas de pesca com proibição de capturas. Outras iniciativas de ONGs em Moçambique, descritas na Secção 1.4. acima demonstraram o mesmo. A experiência na região WIO mais vasta é que a maioria das comunidades de pesca costeira são inicialmente cépticas em relação ao conceito de reservas com proibição de capturas, uma vez que reduzem a área de pesca disponível para os pescadores, pelo que esta aceitação é significativa.

LIÇÃO CRUCIAL N.º 2

LIÇÃO 5: É necessário fazer um mapeamento, demarcação e implementação atempado das reservas com proibição de capturas



Infelizmente, as reservas com proibição de capturas acordadas com as comunidades nos locais do FishCC durante o ano de 2017 não foram demarcadas e implementadas nos 18 meses subsequentes do período do projecto. Em dois locais (Fequete e Mefunvo) ainda havia confusão no final do projecto quanto ao que havia sido acordado anteriormente. A aceitação pelas comunidades e o entendimento comum das reservas com proibição de capturas não podem ser considerados como garantidos. Nos locais em que os acordos não são postos em prática prontamente, podem surgir mal-entendidos e confusão, sobre o que foi acordado, as comunidades podem perder a confiança, o financiamento pode expirar e as oportunidades podem ser perdidas. É notável que em 2 dos 6 locais do FishCC (Mefunvo e Inhassoro), apesar de 18 a 24 meses de envolvimento comunitário, ainda existem relatos contraditórios sobre o que foi acordado em relação à localização das reservas com proibição de capturas.

O mapeamento participativo, demarcação e implementação algumas semanas ou meses após obter o consenso da comunidade é importante: (i) proporciona transparência, e evita mal-entendidos posteriores quanto ao que foi acordado; e (ii) informa que existe um entendimento quanto ao tamanho da área proposta com proibição de capturas em relação à área total gerida.

Ao mesmo tempo, parece provável que se poderia ter feito mais durante o ano de 2018 para encorajar os pescadores a começar a observar informalmente as áreas propostas com proibição de capturas, mesmo antes destas serem formalmente demarcadas ou aprovadas. O mérito deve ir para os pescadores de Mabuluco e Santa Maria em Machangulo, por darem um bom exemplo a este respeito. As razões pelas quais isso ocorreu em Machangulo e não noutros locais como Závora, Pomene e Momba não são claras e valeria a pena serem mais analisadas. A espera pelos marcos logísticos e burocráticos e aprovações também pode ser utilizada por alguns como desculpa para atrasar a implementação. Muitas vezes não existe nada que impeça que os pescadores respeitem inicialmente e de modo informal uma reserva com proibição de capturas, com base no consenso e no conhecimento local das fronteiras naturais. Isto é algo que os funcionários distritais/provinciais das pescas podem incentivar.

LIÇÃO 6: É importante considerar a dimensão das reservas com proibição de capturas

Os tamanhos e as coberturas dos habitats das reservas com proibição de capturas propostas nos locais do FishCC são relativamente pequenos, menos de 5% em todos os locais, com excepção de

Machangulo. A reserva com proibição de capturas proposta em Momba (no estuário do Mucomba) é especialmente pequena e deve ser complementada com 2-3 outras reservas de tamanho semelhante.

O objectivo deve ser assegurar que os pescadores da maioria ou de todos os 10 centros de pesca estejam envolvidos na implementação de uma zona com proibição de capturas dentro dos seus pesqueiros locais.

Se uma reserva com proibição de capturas for muito pequena, ou mal localizada, isso não irá gerar benefícios para a pesca. Por sua vez, se uma reserva não gerar benefícios, é improvável que a comunidade piscatória em questão mantenha o seu cumprimento ou esteja disposta a expandir o seu tamanho. Portanto, é importante desenvolver justificações ecológicas claras e sólidas para a localização e tamanho das reservas com proibição de capturas e comunicar, discutir e acordar essas justificações com as comunidades.

Ao mesmo tempo, muitas vezes não será realista definir metas iniciais elevadas para a cobertura das reservas com proibição de capturas, como defendido globalmente (por exemplo 20% - 35%). Os defesos podem ter consequências económicas negativas a curto prazo para os pescadores. Desde que as reservas estejam bem localizadas ecologicamente, o nível de cobertura proposto para Závora, Pomene e Machangulo deve ser pelo menos suficiente para demonstrar os benefícios para as pescas a curto e médio prazo. Espera-se que isto incentive as comunidades a considerar o defeso em mais áreas no futuro, conforme adequado.



Fotografia aérea de um rio a desaguar no oceano entre as florestas costeiras em Moçambique

LIÇÃO 7: A fundamentação para as reservas de pesca com proibição de capturas deve ser documentada nos planos de gestão

O mais avançado dos planos de gestão do FishCC, para Machangulo, não contém uma justificação para o tamanho e localização da reserva com proibição de capturas, em termos do seu benefício antecipado para a pesca. Não se pretende sugerir que a reserva não seja bem justificada, mas apenas que a justificação não está documentada.

Para benefício do entendimento partilhado, é importante documentar nos planos de gestão a justificação ecológica e sócio-económica para a localização e extensão das reservas com proibição de capturas. Isto deve fazer referência à ecologia do habitat da reserva com proibição de capturas e à sua relevância para a produção piscatória, em particular no que diz respeito às espécies comerciais prioritárias na área.

Isto ajudará a informar o enquadramento de indicadores e metas de monitorização relevantes no mesmo plano de gestão. Também ajudará na avaliação futura da eficácia ou não da reserva com proibição de capturas, como medida de gestão das pescas.

LIÇÃO 8: Experimentar os benefícios para a pesca das áreas com proibição de capturas é benéfico

O CCP de Momba terá feito testes de aplicação de um defeso da actividade piscatória em 3-4 locais diferentes antes de propor uma reserva com proibição de capturas no estuário do Mucomba. Contudo, não está claro como isso terá sido feito sistematicamente, nem como o processo terá sido documentado. A abordagem de experimentar várias áreas diferentes com proibição de capturas para testar quais terão os maiores benefícios para a pesca tem, em princípio, mérito. No entanto, é importante que: (i) qualquer área seja encerrada à pesca por um período suficiente, 24 meses é provavelmente um período mínimo razoável, talvez 12 meses nalguns casos; e (ii) que o impacto em termos de mudanças no tamanho e abundância de peixes dentro da área seja medido e documentado de uma forma consistente. Se esses pontos não forem observados, como em Momba, os resultados podem ser contraproducentes. Sem uma orientação técnica adequada, as comunidades podem ter expectativas irrealistas a curto prazo. Se estas não forem atingidas, existe o perigo dos pescadores perderem a confiança na capacidade das reservas com proibição de capturas para reconstituir os stocks de peixes.

4.1.3. *Gama de medidas de gestão das pescas adoptadas*

Os Quadros 3.2 e 3.4 acima resumem as medidas de gestão das pescas propostas pelas comunidades em cada local do FishCC, com base nas consultas feitas junto dos CCPs e dos pescadores. As lições relacionadas são:

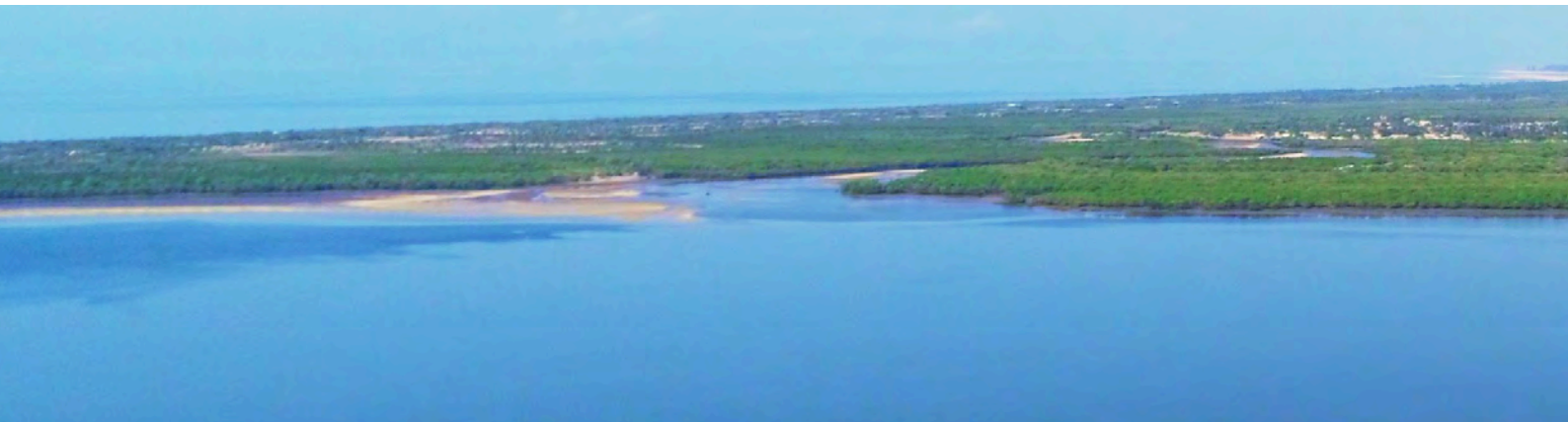
LIÇÃO 9: As reservas de pesca com proibição de capturas e o acesso gerido devem ser consideradas em conjunto

A abordagem *Fish Forever* baseia-se no duplo conceito de ‘*acesso gerido com reservas*’¹⁰¹. Isso significa, por um lado, regular o acesso a uma área de gestão por pescadores não locais e regular o esforço de pesca (acesso gerido) e, por outro lado, estabelecer uma reserva de pesca com proibição de capturas dentro da área de gestão. Em geral, no âmbito do FishCC, o elemento *reserva com proibição de capturas* da abordagem *Fish Forever* teve um maior ênfase do que o *acesso gerido*. Em Machangulo e Membra, as reservas de pesca com proibição de capturas foram a única medida significativa de gestão das pescas identificada. Em Fequete e Mefunvo, existiam incertezas no final do projecto sobre se as reservas com proibição de capturas tinham sido realmente acordadas em ambos os locais, pois tinha sido dado

mais realce à regulamentação da pesca com rede de praia. Contudo, a questão crucial da regulamentação do acesso por pescadores não-locais não foi abordada. Em Závora e Pomene, existiu um equilíbrio entre a definição de reservas com proibição de capturas e a aplicação de restrições de equipamentos, mas mais uma vez a questão do controlo do acesso por pessoas de fora não foi abordada.

A razão da falta de atenção dada ao *acesso controlado* nos locais do FishCC parece ser que a questão de permitir que os pescadores locais tenham direitos de acesso preferenciais aos recursos piscatórios locais ainda é um assunto em consideração dentro do MIMAIP. Actualmente não existe uma política clara sobre o assunto, além disso, existem preocupações de que o controlo do acesso aberto tradicional através de planos de gestão formais possa causar conflitos. Esta importante questão é abordada separadamente nas lições 11 e 12 abaixo.

No entanto, a lição separada aqui tratada é a importância de considerar toda a gama de medidas de gestão durante o processo de consultas comunitárias, incluindo a gestão do acesso por pescadores externos, a gestão do esforço de pesca por pescadores locais através das restrições dos equipamentos de pesca ou defesos sazonais e a introdução de uma reserva permanente com proibição de capturas.



LIÇÃO 10: A facilitação científica, baseada em direitos, pode proporcionar informação para as medidas de gestão

Em relação à lição 9 acima, um factor crucial na capacidade das comunidades piscatórias de identificar medidas robustas de gestão da pesca é a disponibilidade de uma facilitação competente que tenha como base a ciência e os direitos. A importância de ter uma análise adequada das capturas de peixe, (não o caso do FishCC) na definição de medidas de gestão adequadas, é abordada com mais detalhes nos pontos 13 e 14 abaixo. Mas igualmente importante é ter uma facilitação qualificada para que a informação científica possa ser comunicada eficazmente, de uma forma que seja acessível a todos os membros da comunidade, assim como às autoridades locais. Por esta razão, muitas vezes é importante envolver um investigador ligado às pescas com capacidades de comunicação nas equipas de facilitação para as comunidades.

De igual modo, as comunidades piscatórias precisam de uma facilitação competente e bem informada sobre os seus direitos, por exemplo no que diz respeito a propor restrições adequadas às actividades de pesca por elementos externos. Dos seis locais do FishCC, apenas Pomene propôs

activamente essas restrições. Os CCPs de Závora e Machangulo relataram preocupações sobre as actividades de pesca não-local, mas não propuseram nenhuma medida relacionada. É possível que o tivessem feito se tivesse havido uma melhor facilitação. Não obstante, o contexto jurídico nacional em Moçambique, a gestão do acesso é uma pedra angular da abordagem Fish Forever.

4.1.4. Controlo de acesso dos pescadores não-locais

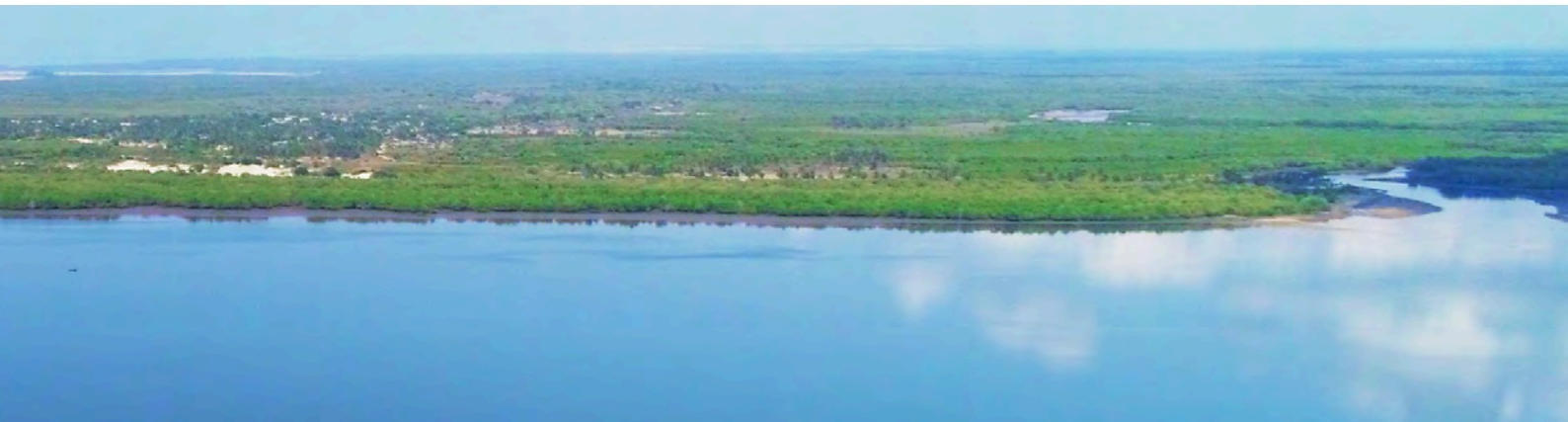
Documento do projecto FishCC, 2015:

“O projecto proposto procura melhorar a governação local... e catalisar uma abordagem transformadora da pesca costeira e artesanal em Moçambique. A abordagem reduzirá as ameaças humanas aos ecossistemas costeiros através da pilotagem de uma gestão baseada nos direitos das comunidades...”.¹⁰²

Resultados do programa 2012–2017¹⁰³: Fish Forever

“O acesso gerido é uma abordagem de gestão das pescas baseada nos direitos das comunidades que fornece às comunidades costeiras privilégios de acesso exclusivo à pesca em áreas definidas. O acesso gerido facilita a posse e o acesso, fornece um mecanismo para ajustar a pressão da pesca,

102 Banco Mundial, 2015
103 Rare, 2018a





cria incentivos para os pescadores se tornarem melhores administradores dos seus recursos, garante a sustentabilidade, alinhando os incentivos sociais para os pescadores com os objectivos de conservação e capacita os pescadores de pequena escala para que participem efectivamente na gestão das pescas".

Negociando e reconhecendo formalmente os *direitos de acesso preferenciais* aos recursos piscatórios locais para as comunidades locais é uma pedra angular da co-gestão piscatória global. É o antídoto para os regimes de pescas de *acesso livre* que têm sido responsáveis pelo declínio a longo prazo da pesca costeira artesanal em todo o mundo. Na abordagem Fish Forever, a promoção desse acesso preferencial, ou mesmo exclusivo, para os pescadores locais é referida como *'acesso controlado'*.

A questão que permanece incerta é se os direitos de acesso preferenciais para os pescadores locais é ou não uma política que será promovida na co-gestão da pesca costeira em Moçambique. A consideração da questão foi catalisada como resultado do projecto FishCC mas a ADNAP e o MIMAIP ainda não formularam uma política clara.

Foram expressas preocupações de que a Constituição Moçambicana e/ou a Lei das Pescas de 2013 não permitiam o reconhecimento formal dos direitos de acesso preferenciais para as comunidades piscatórias locais. No entanto essas preocupações não parecem ter fundamento.

A Constituição de Moçambique declara:

Artigo 98: *"Os recursos naturais no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial,*

na plataforma continental e na zona económica exclusiva são propriedade do Estado"

Artigo 102: *"O Estado promoverá o conhecimento, o levantamento e a valorização dos recursos naturais e determinará as condições sob as quais podem ser utilizados e desenvolvidos sujeitos aos interesses nacionais."*

A Lei das Pescas, 2013 declara:

Artigo 10, Parágrafo 1: *"Os recursos piscatórios nas águas jurisdicionais de Moçambique são propriedade do Estado, que determinará as condições para a sua utilização e exploração".*

Projecto de revisão do Regulamento das Pescas (REPMAR), que estabelece (em referência aos planos de gestão das pescas):

Artigo 13: *"O Ministro que supervisiona as pescas pode adoptar planos para a gestão das pescas em funcionamento, em regeneração ou em desenvolvimento".*

No seu conjunto, as disposições acima referidas parecem conferir poderes ao Ministro, em nome do Estado, para determinar as condições de acesso aos recursos piscatórios da forma como o Ministro o entender, e para incluir essas condições nos planos de gestão aprovados. Isto parece fornecer uma base legal para o reconhecimento formal dos direitos de acesso preferenciais às comunidades piscatórias locais. O princípio de conceder direitos de acesso preferenciais às comunidades locais já está implementado com outros recursos naturais terrestres, de acordo com a Lei de Terras de 1997. Aí, o Estado atribui um direito legal aos utilizadores das terras para fins de subsistência e economia doméstica.



Membros da comunidade, dignitários e meios de comunicação na cerimónia do barco na vila de Závora

Os terceiros, tais como as empresas que procuram terras para o agronegócio e outros empreendimentos podem obter um acesso licenciado, *sujeito a consultas às comunidades*, planos de desenvolvimento aprovados e uma licença ambiental¹⁰⁴. O mesmo princípio está consagrado no artigo 22 da Lei da Conservação, 2017, no que diz respeito aos direitos de acesso de terceiros às *áreas de conservação comunitárias*, conforme descrito na Secção 1.6 acima. Além disso, já existem exemplos ao longo da costa de Moçambique, incluindo num dos locais do FishCC (Pomene), em que as autoridades distritais acordaram informalmente com os CCPs restringir o número de pescadores migrantes e/ou equipamentos de pesca em determinados locais, especialmente as redes de praia. Esta já é uma forma de restringir o acesso aberto e conceder direitos de acesso preferenciais aos pescadores locais.

Existem preocupações válidas de que a concessão de direitos de acesso preferenciais às comunidades locais para os recursos piscatórios terá implicações económicas para os utilizadores não locais e poderá provocar conflitos se não for gerida com cuidado. Isto é especialmente devido ao contexto tradicional e à expectativa de acesso aberto. No entanto, estas questões devem ser abordadas através de consultas adequadas, mitigação quando adequado e supervisão governamental. Em última análise, as decisões finais sobre o acesso continuarão a ser tomadas pelas autoridades governamentais para garantir que sejam justas e que sejam evitados conflitos desnecessários. De facto, uma boa abordagem para gerir o acesso dos pescadores não locais seria coordenar a análise e gestão do comportamento da pesca migrante no *distrito*

ou mesmo a nível provincial, em vez de a deixar para consultas em cada comunidade ou CCP. No entanto, a complexidade potencial da gestão dos respectivos interesses e da prevenção de conflitos não deve ser motivo para rejeitar o conceito de direitos de acesso preferenciais para as comunidades piscatórias locais. De facto, abordar o acesso aberto histórico é a chave para assegurar os meios de subsistência sustentáveis com base na pesca no futuro e é a base para uma abordagem com base nos direitos de gestão das pescas, cada vez mais aplicada a nível global.

Como descrito nas Lições 1 e 2 acima, a abordagem à selecção do local do FishCC, e a subsequente análise da situação em cada local, não envolveu uma análise sistemática da actividade piscatória por pescadores não-locais. Esta omissão significou que as consultas sobre a gestão da pesca fossem centradas na comunidade *local* e que, geralmente não envolvessem vizinhos ou pescadores migrantes de locais mais longínquas. A área de Machangulo, por exemplo, é utilizada por pescadores artesanais de Catembe e de Maputo, assim como por pescadores semi-industriais, mas estes não foram formalmente envolvidos nas consultas. De igual modo, há uma actividade piscatória recíproca significativa entre o CCP de Fequete e o seu CCP vizinho a norte, mas este último CCP não foi envolvido nas consultas. Os gestores de campanha comunicaram que os CCPs do Inhassoro e de Mefunvo não estavam inclinados a limitar o acesso de pescadores não-locais, uma vez que eles tradicionalmente dependiam da partilha recíproca dos pesqueiros com as comunidades piscatórias vizinhas, em estações diferentes. Momba, Pomene, Závora e Machangulo, por outro lado, favoreceram informalmente a imposição de restrições de pesca aos pescadores não locais, embora apenas Pomene o tenha feito na prática.

104 Lei de Terras, Lei n.º 19/97 de 1 de Outubro



LIÇÃO 11: O MIMAIP tem de desenvolver uma política de direitos de acesso preferenciais para os pescadores locais

O planeamento da gestão nos locais do FishCC não fez uma análise das actividades piscatórias dos pescadores não-locais. Também não considerou as opções para gerir o acesso por pescadores não-locais, concedendo direitos de acesso preferenciais aos pescadores locais. Isto aconteceu apesar do facto dos pescadores em pelo menos 4 dos 6 locais preferirem conceder um acesso apenas parcialmente restrito aos pescadores não-locais. No entanto, os direitos de acesso preferenciais são uma ferramenta importante para lidar com as pressões originadas pelo acesso aberto aos recursos piscatórios, até porque incentivam a administração local.

Uma razão primária pela qual tais opções de gestão não foram consideradas no âmbito do FishCC parece ser a ausência de uma política clara sobre os direitos de acesso preferenciais a nível nacional. Os direitos de acesso preferenciais referem-se ao reconhecimento formal de que os pescadores locais podem ter mais direitos de acesso aos recursos piscatórios do que os pescadores não-locais, quando tal for adequado e justificado. Como "pescadores não locais" incluem-se aqui tanto a pesca artesanal como a semi-industrial. Não implica necessariamente um acesso exclusivo. A forma como os direitos de acesso preferenciais são interpretados em qualquer local é uma questão de consulta entre as autoridades locais e as comunidades piscatórias, e depende do equilíbrio entre o estado dos recursos piscatórios e considerações económicas e de subsistência.

Não parecem existir razões legais fundamentais para não conceder direitos de acesso preferenciais aos pescadores

locais em Moçambique. Pelo contrário, a Constituição da República de Moçambique e a Lei das Pescas, 2013, habilitam o Ministro responsável a tomar decisões sobre esta questão, conforme adequado (ver texto acima). Além disso, existem precedentes para a concessão formal de direitos de acesso preferenciais às comunidades locais, no contexto da terra e dos recursos naturais terrestres em Moçambique. Existem também exemplos em que as autoridades distritais concederam acesso preferencial numa base informal, no sector das pescas.

O MIMAIP tem razões válidas para ser cauteloso na sua abordagem de conceder direitos de acesso preferenciais aos pescadores locais. Existe um historial de acesso relativamente aberto no sector das pescas e é importante evitar conflitos e equilibrar os respectivos interesses de subsistência. No entanto, estes não são motivos para negar os direitos de acesso preferenciais. A coordenação das regras para o acesso preferencial a nível distrital, ou mesmo provincial, ajudaria a assegurar uma abordagem equilibrada que evite conflitos. Estas regras devem, no entanto, permitir potencialmente que o acesso de pescadores não locais seja restringido a nível da comunidade/CCP, quando tal for justificado e adequado.

É aconselhável que o MIMAIP desenvolva uma política sobre a questão dos direitos de acesso preferenciais para as comunidades piscatórias locais num futuro próximo, como parte do processo de desenvolvimento de um quadro eficaz de co-gestão das pescas. Esta política deve então ser incorporada nos Regulamentos, Estatutos do CCP e no Manual de Co-Gestão relevantes.

**LIÇÃO
CRUCIAL
N.º 4**

LIÇÃO 12: É importante regulamentar as embarcações semi-industriais nas áreas de conservação comunitárias.

O projecto do plano de gestão elaborado para a área de gestão comunitária em Machangulo está centrado na pesca artesanal. O âmbito do projecto do plano de gestão de Machangulo (Secção 4) exclui explicitamente as embarcações de pesca semi-industrial. Este aspecto poderá ter que ser repensado.

O projecto revisto do Regulamento das Pescas (REPMAR)¹⁰⁵ permite o arrasto semi-industrial por embarcações até 20m de comprimento, até ao limite de 1mn da costa. Pesquisas recentes do IIP/IDEPA¹⁰⁶ demonstram que as actividades de pesca artesanal no Banco de Sofala se estendem muito além de 1mn, e até mesmo muito além das 3mn. Assim, não se pode evitar o facto de que as áreas susceptíveis de serem designadas como áreas de gestão das pescas comunitárias em Moçambique já estão ser muito partilhadas entre os pescadores artesanais e semi-industriais. Como tal, ambos devem ser incluídos nas consultas de co-gestão, avaliações do risco e planos de gestão.

A experiência dos locais do FishCC demonstra ainda que, em algumas áreas, as comunidades irão propor reservas de pesca com proibição de capturas que se estendem para além de 1mn da costa (por exemplo, Závora, Machangulo, Pomene). As embarcações semi-industriais estão, portanto, automaticamente incluídas no âmbito das medidas de gestão, uma vez que não se pretende que não respeitem essas zonas de pesca com proibição de capturas.

A inclusão de embarcações semi-industriais no âmbito dos planos de gestão da pesca comunitária não implica que as comunidades locais tenham direitos unilaterais para impor restrições às embarcações semi-industriais. Isso será antes uma questão de consulta e consenso entre todos os interessados, incluindo pescadores artesanais, pescadores semi-industriais, com a supervisão das autoridades piscatórias distritais, provinciais e nacionais. Mas excluir as embarcações semi-industriais logo de início não é lógico, se o objectivo é otimizar a produção piscatória equitativa e sustentável.



¹⁰⁵ MIMAIP, em preparação (versão de Fevereiro 2019)

¹⁰⁶ IIP, 2017c

4.2. Preparação dos Planos para a Co-Gestão das Pescas

Esta secção resume as lições relativas ao processo de desenvolvimento do plano de gestão das pescas nos seis locais piloto do FishCC, e cobre quatro questões:

- i. linha de referência para o planeamento da gestão
- ii. processos para o envolvimento dos interessados
- iii. utilidade da selecção de espécies de peixes da FLAG versus múltiplas espécies prioritárias
- iv. formato e conteúdo dos documentos do plano de gestão

4.2.1. Linha de referência para o planeamento da gestão

A preparação de medidas para a gestão das pescas eficazes e adequadas, para serem incluídas em planos de gestão das pescas como os preparados para os seis locais do FishCC, depende da disponibilidade da informação de base biológica, ecológica e sócio-económica adequada.



Como descrito na Secção 3.2.3 acima, os estudos do ecossistema e das pescas feitos pelo CTV e pelo IIP durante 2017, 18 locais geraram alguns dados úteis, mas também houve lacunas significativas. A informação sobre as pescas em particular era muito escassa, além disso, nenhum dos estudos foi bem integrado com o trabalho de delimitação qualitativa do âmbito feito em cada local pelos gestores de campanha. Por estas razões, os estudos parecem ter tido uma utilidade limitada na produção de informações para o planeamento da gestão, em particular na identificação de reservas de pesca com proibição de capturas e medidas complementares de gestão das pescas em cada local do FishCC, que foi (ou deveria ter sido) a fundamentação principal para fazer os estudos. Reconhece-se que a causa raiz destas fraquezas reside muitas vezes no planeamento e nos termos de referência previstos para os respectivos estudos, assim como na implementação dos próprios estudos.

LIÇÃO 13: Integração de estudos da linha de base com os processos de envolvimento participativo

Os estudos de linha de base ecológicos e das pescas são um componente essencial do planeamento da co-gestão das pescas, mas devem ser mais do que apenas estudos académicos e técnicos de base. Devem produzir informações directamente para o processo de identificação das reservas de pesca com proibição de capturas e para as medidas complementares de gestão das pescas e devem ser planeadas, sequenciadas e integradas em conformidade. Não devem ser tratadas como um esforço científico separado. Os investigadores ecológicos e das pescas devem trabalhar em estreita colaboração com os extensionistas da pesca (tais como os gestores de campanha do FishCC) para que a recolha

Homens num barco perto da costa para apanhar peixe para vender no mercado e para consumo local

de dados técnicos e científicos seja adaptada à situação local, e seja orientada e integrada com informações qualitativas do tipo recolhidas durante as entrevistas da FLAG e o 1º workshop da FLAG do FishCC.

Assim, por exemplo, os estudos ecológicos e de pesca poderiam ter sido muito beneficiados se tivessem sido precedidos de um mapeamento participativo preliminar: (i) habitats marinhos, (ii) padrões de pesca, incluindo a distribuição espacial do terreno por equipamento e estação do ano, e (iii) espécies-alvo de peixes por equipamento de pesca, empreendidas por comunidades piscatórias, facilitadas conjuntamente por extensionistas (gestores de campanha) e investigadores ecológicos e piscatórios, utilizando as metodologias padrão PRA.

Isto teria, por exemplo, orientado a selecção do local para uma amostragem ecológica subsequente, de modo a que os resultados ecológicos dessem informações e validassem a selecção preliminar dos locais para as reservas e gerassem dados de monitorização de linha de base para os mesmos. Pode também produzir informações para a abordagem metodológica para estudos ecológicos. Algumas vezes, uma menor resolução, o mapeamento do habitat e a avaliação rápida do estado é mais útil para fundamentar as decisões de gestão (ou seja, a localização de zonas com proibição de capturas), do que uma amostragem detalhada em locais aleatórios. Da mesma forma, a recolha subsequente de dados sobre as pescas poderia ter como objectivo validar as espécies prioritárias/FLAG identificadas pelas comunidades e concentrar-se na geração da informação necessária para a gestão desses stocks em particular (ou seja, dados de capturas, esforço e avaliação dos stocks).

Sem este tipo de integração e propósito comum, há o risco de que os fundos, o tempo e o esforço sejam gastos em estudos conduzidos profissionalmente mas que, em última análise, não contribuem muito directamente para os

objectivos centrais da gestão das pescas em cada local. Essa integração só pode ser atingida se existir uma coordenação eficaz e estreita entre as instituições relevantes e os prestadores de serviços associados, o que foi um desafio mais amplo no âmbito do FishCC.

LIÇÃO 14: A informação sistemática sobre as pescas centrada nas espécies comerciais é importante

As informações recolhidas sobre as pescas para os locais do FishCC estavam muito incompletas. É necessária uma abordagem sistemática para recolher informações de base sobre as pescas para o planeamento da co-gestão das pescas. De preferência, deve incluir a identificação:

- i. das espécies comerciais prioritárias;
- ii. do âmbito espacial (pesqueiros) e habitats importantes para o ciclo de vida dessas espécies;
- iii. de dados sobre as capturas e esforço para essas espécies;
- iv. avaliação de stocks e/ou tendências longitudinais (quantitativas ou qualitativas).

É essencial que haja algum entendimento do estado dos stocks das espécies de peixes-alvo prioritários para dar informações para o planeamento da co-gestão. Nos casos em que não seja realista fazer uma avaliação quantitativa dos stocks, existem métodos qualitativos que podem, pelo menos, fornecer algumas percepções. Para os stocks comercialmente importantes em grandes escalas, existe uma necessidade paralela de que as autoridades nacionais das pescas façam uma avaliação dos stocks e preparem planos de gestão cujas medidas de gestão possam então ser reduzidas ou adaptadas ao nível das áreas da gestão comunitária.

4.2.2. *Planeamento da gestão: envolvimento da comunidade e processo de preparação do plano*

Os desafios encontrados em relação à elaboração dos planos de gestão estão resumidos na secção 3.4.2 (ii) acima. As correspondentes lições aprendidas são resumidas como se segue.



LIÇÃO 15: A iniciativa Fish Forever fornece um enquadramento eficaz para a análise das prioridades de gestão

A aplicação da abordagem Fish Forever no âmbito do FishCC, no contexto do desenvolvimento de uma co-gestão piscatória eficaz, provou ser altamente relevante em certos aspectos chave.

Em particular, proporcionou uma plataforma para envolver as comunidades de forma construtiva e estabelecer a confiança. Isso é um tributo à estratégia de ter um gestor de campanha em cada local durante um período prolongado de 2 anos, proporcionando uma facilitação intensiva à comunidade local. Isso permitiu que cada gestor se familiarizasse bem com o ambiente de pesca local e ganhasse a confiança dos pescadores e dos membros da comunidade.

Além disso, a abordagem Fish Forever foi eficaz no apoio à análise sistemática dos desafios da pesca e na identificação de estratégias para os enfrentar, em cada local. As ferramentas valiosas incluíram o desenvolvimento de teorias de mudança com objectivos SMART, indicadores e metas. Estas ferramentas ajudaram a identificar quais as mudanças nos

comportamentos das pescas que seriam susceptíveis de alcançar os resultados desejados na pesca e forneceram um quadro para medir o progresso futuro (ver também a lição 32 na Secção 4.5 abaixo).

Estes dois aspectos da abordagem, em particular, ajudaram a obter o consenso da comunidade na identificação de reservas de pesca com proibição de capturas e medidas complementares e adequadas para a gestão das pescas.

LIÇÃO 16: Valor acrescentado da metodologia Fish Forever na preparação do plano de gestão

Embora não estejam atualmente incluídas nos projectos dos planos de gestão dos locais do FishCC, as teorias de mudança e objectivos SMART relacionados (Quadro 3.14) desenvolvidos para cada local do FishCC, poderiam contribuir com dados úteis para os quadros de registo ou quadros de resultados nos planos de gestão. Como tal, apoiariam a identificação de intervenções de gestão e de metas quantitativas para medir o progresso e o impacto. Isto destaca a importância de ter continuidade e/ou uma estreita colaboração entre o pessoal que consegue obter o envolvimento da comunidade e aqueles que elaboram os planos de gestão, o que não aconteceu no FishCC.

LIÇÃO 17: Incluir as comunidades na elaboração dos planos de gestão

No futuro, o processo de desenvolvimento dos planos de gestão das pescas comunitárias deverá ser muito mais integrado com o processo de envolvimento com as comunidades piscatórias, com a sua

análise dos desafios da pesca e consultas sobre as medidas de gestão a adoptar para mitigá-las. Isto ajudará a assegurar que o conteúdo dos planos de gestão reflecte bem o processo participativo no local em questão, e que não se torna essencialmente num processo de gabinete desenvolvido em Maputo ou em qualquer outro lugar. Em especial:

- O formato, estrutura e conteúdo dos produtos finais do plano de gestão das pescas devem ser conhecidos e acordados no início do processo de envolvimento, para que os processos de recolha de informações e consulta possam ser adaptados a essa finalidade;
- O pessoal responsável pela elaboração dos planos de gestão deve participar nos principais eventos de consulta às partes interessadas e, inversamente, o pessoal responsável por facilitar o envolvimento das comunidades deve ser envolvido na elaboração dos planos de gestão.

LIÇÃO 18: Capacidade para a elaboração projectos de planos de gestão a nível nacional e provincial

Se a visão a longo prazo é desenvolver áreas de gestão comunitária para a pesca artesanal ao longo de grande parte da costa de Moçambique, isso não será realista se a elaboração dos projectos de planos de gestão estiver confinada a uma pequena equipa de apenas 2-3 funcionários da ADNAP.

Para que isto não se torne num estrangulamento limitador do progresso, a ADNAP terá de formar uma equipa mais ampla capaz de apoiar esse planeamento, envolvendo potencialmente pessoal do INIP, DEPI, DNOP, ADNAP, IDEPA, IIP e DPMAIPs, conforme o caso. Os membros da equipa teriam de receber uma formação prática no planeamento da área de gestão comunitária, sendo que as iniciativas-piloto a serem empreendidas no âmbito do projecto SWIOFish podem constituir uma oportunidade para tal.

Dois dos seis gestores de campanha com a bandeira Fish Forever numa reunião do CCP de Santa Maria



4.2.3. Conteúdo do plano de gestão

Os desafios encontrados em relação à elaboração dos planos de gestão estão resumidos na secção 3.4.2 (ii) acima. As correspondentes lições aprendidas estão resumidas abaixo:



LIÇÃO 19: Os planos de gestão do FishCC são uma oportunidade para iniciar um novo quadro legal de co-gestão das pescas em Moçambique

Criar uma nova abordagem à gestão do espaço da pesca artesanal foi a visão e aspiração original do projecto FishCC e a razão para aplicar a abordagem Fish Forever.

Os projectos de planos de gestão para os locais do FishCC preparados durante 2019 ainda não estão formulados como planos de gestão para as áreas de gestão dos espaços formalmente designados ao abrigo de legislação específica (quer se

trate do Regulamento das Pescas ou da Lei da Conservação). Ainda existe uma oportunidade para o fazer.

Quaisquer que sejam os resultados das deliberações do MIMAIP, quanto à aplicação da Lei da Conservação de 2017 ou novas disposições no Regulamento das Pescas revisto como instrumento preferido para definir as áreas de gestão das pescas das comunidades, os planos de gestão do FishCC são uma oportunidade para testar a aplicação da opção seleccionada, e para que o seu conteúdo seja alinhado em conformidade.

É de notar iniciativas de outras ONGs em Moçambique que estão actualmente a iniciar a aplicação da Lei da Conservação. Caso esta seja a opção preferida para os locais do FishCC, entende-se que as reservas de pesca com proibição de capturas dentro de áreas de conservação comunitárias poderiam ser designadas como santuários nos termos do Artigo 23 da mesma Lei da Conservação. A excepção será Mefunvo uma vez que está dentro do Parque Nacional de Quirimbas.



Pescador à cana e linha na praia de Pomene

Campanha de Orgulho

**Respeito pelo período de desova do peixe Coelho Sapateiro –
Siganus Sutor (M'babe)**



Coordenador: Anuar Amade Anuar
Inhassoro, Inhambane, Moçambique
Abril de 2019

LIÇÃO 20: É importante desenvolver um formato de plano de gestão abrangente e normalizado

Recomenda-se que os planos de gestão das áreas de gestão das pescas comunitárias contenham pelo menos os seguintes elementos:

- i. Uma descrição ecológica da área de gestão
- ii. Uma descrição socioeconómica da área de gestão, incluindo o perfil dos meios de subsistência
- iii. Descrição das actividades piscatórias incluindo o perfil quantitativo das actividades de pesca, tanto artesanal como semi-industrial
- iv. Descrição dos recursos piscatórios incluindo o resumo quantitativo de CPUE por equipamento de pesca e composição das capturas;
- v. Análise do risco: uma análise sistemática das ameaças e riscos para os recursos piscatórios e meios de subsistência, incluindo os factores ou barreiras subjacentes à sua abordagem
- vi. Declarações de objectivos do plano de gestão
- vii. Descrição do processo do desenvolvimento do plano
- viii. Âmbito do plano: incluindo a descrição e mapas das fronteiras físicas, e comunidades beneficiadas
- ix. Teoria da Mudança, ou estrutura lógica, integrando os objectivos da gestão e avaliação do risco acima referidos, identificando as estratégias propostas para mitigar cada ameaça ou risco,

com objectivos SMART e indicadores quantitativos para medir o estado e o progresso de cada um

- x. Descrição das medidas de gestão necessárias para implementar as estratégias identificadas acima, incluindo os mapas de qualquer zoneamento, (incluindo reservas com proibição de capturas), e outras restrições sobre os equipamentos de pesca ou o esforço de pesca
- xi. Plano de monitorização: como serão medidos os indicadores quantitativos no enquadramento lógico
- xii. Descrição da governação e disposições institucionais, incluindo os papéis e responsabilidades dos principais intervenientes/entidades

LIÇÃO 21: Os planos devem considerar medidas de gestão adicionais às reservas com proibição de capturas

Em pelo menos dois dos projectos de planos de gestão para locais do FishCC, incluindo o de Machangulo, a definição de uma reserva de pesca com proibição de capturas é a única medida substancial de gestão das pescas incluída que é adicional aos regulamentos nacionais de pesca existentes.

Em princípio, uma zona de pesca com proibição de capturas pode ser designada como um santuário, sem necessariamente ser englobada dentro de uma área de conservação comunitária. Se uma reserva de pesca com proibição de capturas é realmente a única medida substantiva da gestão das pescas (isto é, uma medida que regula o esforço de pesca) necessária numa determinada área, então que assim seja.

A designação como área de conservação comunitária continua a ter valor como catalisador para a elaboração de um plano de gestão, para a identificação de indicadores e metas de gestão e mais. No entanto, pode ser uma oportunidade perdida, se de facto o declínio dos stocks de peixe vier a implicar a necessidade de restrições adicionais ao esforço de pesca. Um tipo particular de opções de gestão que não foi bem explorado nos locais do FishCC foi a gestão do acesso por pescadores não-locais.

Assim, por uma questão de procedimento, a facilitação e as equipas técnicas responsáveis pelas consultas com as comunidades e a preparação de planos de gestão devem ser sempre incentivadas a colocar a questão (deles próprios e de outras partes interessadas) sobre se foram identificadas e incluídas no plano medidas adequadas e significativas de gestão das pescas, que sejam susceptíveis de resultar na melhoria dos recursos piscatórios e num aumento das capturas ou da produção total de peixe.

LIÇÃO 22: Os planos de gestão devem detalhar os protocolos de aplicação

O papel legalmente definido para os guardas do CCP, no contexto da aplicação de medidas de gestão das pescas é essencialmente uma função de vigilância, monitorização e informação. Há limitações quanto à medida em que os guardas do CCP podem empreender acções pró-activas de aplicação da lei no caso de enfrentarem um caso de incumprimento. Embora possam comunicar as regras a qualquer pessoa que não as cumpra, intervenções como a prevenção activa, o confisco de equipamentos ou a detenção de malfeitores são a função atribuída a outras autoridades locais, incluindo a polícia. No entretanto, na

prática, os CCPs frequentemente comunicam um histórico de problemas em assegurar esse apoio por parte das autoridades locais. Nalguns casos, isto pode acontecer porque as próprias autoridades responsáveis não estão familiarizadas com o contexto do incumprimento da pesca, ou com o seu papel institucional.

Uma documentação clara dos papéis e procedimentos operacionais relevantes nos planos de gestão ajudará a resolver estes problemas. Os planos de gestão podem fornecer protocolos específicos para o contexto para a colaboração entre os CCPs e as autoridades locais/provinciais, dependendo do tipo de incumprimento detectado, incluindo por pescadores não locais e/ou não artesanais.

LIÇÃO 23: Os enquadramentos são importantes para monitorizar o impacto do plano de gestão

É importante que os planos de gestão da pesca comunitária contenham um quadro de monitorização em relação ao qual o progresso possa ser medido. Além dos indicadores/objectivos que medem o progresso na implementação de estratégias e acções, centrados nos resultados a curto e médio prazo, é também importante incluir indicadores/objectivos que medem o impacto a longo prazo. Estes indicadores poderão incluir simples indicadores ecológicos (por exemplo, estado dos mangais, recifes de coral ou habitats de algas marinhas), parâmetros biológicos (biometria dos peixes-alvo ou espécies de conservação), de pesca (captura por unidade de esforço ou capturas totais) e/ou sociais (conhecimentos, atitudes e práticas dos pescadores). Os dados gerados por estudos de base ecológicos, de pesca e de KAP (pontos 10-12 acima) servem de orientação para os valores de base e os valores-alvo.

LIÇÃO 24: Valor dos resumos infográficos dos planos de gestão

As versões infográficas preliminares dos seis planos de gestão do FishCC (ver exemplo no [Anexo 1](#)) fornecem um resumo muito útil e visualmente acessível dos documentos mais detalhados dos planos de gestão. Seria aconselhável que este viesse a ser um produto standard no sistema de co-gestão das pescas em Moçambique, juntamente com os planos a longo prazo. Em particular, é provável que os resumos infográficos sejam úteis como instrumentos para comunicar elementos-chave dos planos de gestão às comunidades e outras partes interessadas que, de outra forma, poderiam não ter tempo ou capacidade para ler a documentação mais detalhada. A versão infográfica resumida também será útil sempre que for necessário traduzir os planos de gestão para outros idiomas locais que não o Português, para consulta e validação.

LIÇÃO 25: Os planos de gestão devem ser validados pelas comunidades

Especialmente quando a agência ou a responsabilidade pela elaboração dos planos de gestão está centralizada numa instituição nacional como a ADNAP, é importante que os elementos chave dos projectos de planos sejam partilhados com as comunidades piscatórias para que façam a sua validação. Isso ajudará a garantir que quaisquer alterações feitas nas medidas de gestão resultantes de consultas anteriores, como resultado de contribuições de funcionários técnicos do governo, ainda continuam a ser aceitáveis para as comunidades. Estas validações devem ser feitas atempadamente de modo a que ainda possam ser feitas as revisões, e não sejam apenas uma formalidade sem valor. As versões infográficas resumidas dos planos de gestão serão um instrumento valioso no processo de validação.



Um homem numa canoa, a pescar perto da floresta de mangais.

4.2.4. Utilidade da selecção de espécies de peixes da FLAG versus múltiplas espécies prioritárias

Como descrito nas secções 2.2.3 e 3.2.2., e no Quadro 3.1, um elemento chave da metodologia Fish Forever foi a identificação pelas comunidades piscatórias em cada local do FishCC de uma única espécie de peixe 'FLAG' com grande importância económica para a pesca artesanal. A intenção era que essa espécie servisse de foco para fazer a análise das necessidades de gestão das pescas, incluindo a orientação para a localização de uma reserva de pesca com proibição de capturas.

Em segundo lugar, as espécies da FLAG serviram de totem ou emblema para essa comunidade piscatória, o que foi capitalizado durante as actividades de marketing social, sendo destacada em materiais de comunicação, tais como banners publicitários, T-shirts, etc. As conclusões desta experiência do projecto FishCC estão resumidas abaixo.

LIÇÃO 26: A análise de várias espécies de peixes prioritárias é mais útil do que uma única espécie da FLAG

Os gestores de campanha acham que a campanha foi útil. Simplificou as discussões sobre a gestão das pescas e forneceu um emblema com o qual as comunidades se podiam identificar prontamente, e que os membros do CCP abraçaram com entusiasmo durante as campanhas de orgulho. As comunidades não terão tido qualquer dificuldade em concordar qual deveria ser a espécie da FLAG.

Contra isso, não é claro que a abordagem seja ótima em termos de identificação de medidas de gestão das pescas adequadas e eficazes. Inevitavelmente, o grau em que uma única espécie é suficientemente representativa do estado dos stocks de várias espécies e das necessidades de gestão num determinado local variará de forma considerável. Nos dados recolhidos nos dois locais do FishCC em Novembro de 2017¹⁰⁷, as espécies da FLAG constituíam 48,5% do total das capturas em Mefunvo, mas apenas 3,4% em Závora. Em Machangulo, toda a família (Haemulidae) das espécies da FLAG seleccionadas (Peixe pedra) constituiu menos de 10% do total das capturas com todos os equipamentos utilizados¹⁰⁸, e foi apenas a 4ª família mais predominante em peso das capturas.

Também não é claro que as discussões sobre gestão em cada local tenham sido realmente orientadas na prática considerando apenas as espécies da FLAG. Por exemplo, em Machangulo, como justificação para a selecção do estuário do Bembi como reserva de pesca com proibição de capturas, o relatório da FLAG¹⁰⁹ declara: "o estuário é reconhecido como uma área em que todas as espécies se reproduzem".

Na prática, durante os workshops da FLAG, as comunidades identificaram as 10 espécies comerciais mais importantes, das quais seleccionaram as espécies da FLAG. As listas mais amplas incluíam normalmente uma mistura de peixes e invertebrados (polvo, camarão, caranguejo, pepino do mar) e na maioria dos casos poderiam provavelmente ser agrupados num número ligeiramente menor que ainda seria representativo da gama de perfis ecológicos e de equipamentos de pesca. Considerando essa lista mais ampla como base para a discussão do planeamento da gestão das pescas, seria melhor envolver toda a gama de utilizadores de equipamentos de pesca e gerar medidas de gestão mais abrangentes. Por outro lado, parece provável que ao focar exclusivamente uma espécie da FLAG se corra o risco de ignorar importantes questões da gestão das pescas. Curiosamente, a Rare chegou a uma conclusão semelhante como parte da sua própria revisão da metodologia Fish Forever a nível global.¹¹⁰

Ao mesmo tempo, a selecção de uma espécie prioritária da FLAG pareceu servir uma função útil nos locais do FishCC no contexto do desenvolvimento de materiais para iniciativas de sensibilização durante as campanhas de orgulho. Mas essa função deve ser separada do planeamento da gestão.

Assim, recomenda-se que para futuros processos de co-gestão das pescas em Moçambique, seja identificado um grupo de 5-10 espécies prioritárias como base para a identificação das medidas de gestão, em vez de uma única espécie da FLAG.

Direita: as mulheres (com bebé) caminham para casa ao longo da praia no centro de Moçambique

107 IIP, 2017b

108 Louro et al., 2017

109 Rare/IDEPA, 2017f

110 Steve Fox, pers comm. Julho 2019

4.3. Lições para a Governação da Co-Gestão das Pescas

Esta secção resume as lições do projecto FishCC relevantes para o quadro nacional de governação para a co-gestão das pescas em Moçambique.

4.3.1. Integração de uma abordagem espacial à co-gestão da pesca costeira



LIÇÃO 27: Desafios da aplicação da Lei da Conservação para a designação de áreas de pesca comunitárias

O projecto FishCC aspirava a ser pioneiro numa abordagem espacial da co-gestão da pesca artesanal em Moçambique, à luz de uma experiência positiva noutros locais na região e globalmente. Esta abordagem espacial refere-se tanto à definição de áreas de gestão formal dentro das quais as comunidades piscatórias podem praticar um *acesso gerido*, mediante acordo com as autoridades relevantes, assim como à definição de *zonas de pesca com proibição de capturas* dentro dessas áreas de gestão como medida primária para proteger os recursos piscatórios contra a pesca excessiva.

Antes de 2015, não existiam disposições no quadro legal das pescas em Moçambique para formalizar a designação de áreas comunitárias de gestão das pescas. Como descrito na Secção 1.6 acima, durante a revisão do Regulamento das Pescas (REPMAR) em 2018-19, o MIMAIP considerou a inclusão de uma nova disposição para a designação de *áreas de gestão comunitária*. No entanto, no momento da elaboração deste relatório, ainda estava a ser considerado se essa disposição se deveria manter no REPMAR ou, se em seu lugar, deveriam ser utilizadas as disposições existentes na Lei da Conservação de 2017, especialmente o artigo 22 sobre a designação das *áreas de conservação comunitárias*. Neste último cenário, os 4 locais do FishCC situados fora das áreas protegidas designadas (Memba, Fequete, Pomene & Závora) seriam designados como *áreas de conservação comunitárias*.

O artigo 22 da Lei da Conservação de 2017 parece ter sido redigido tendo em vista principalmente a aplicação terrestre. No papel, as disposições parecem ser potencialmente aplicáveis a um contexto de co-gestão da pesca marítima, no entanto, há duas questões destacadas abaixo que têm a ver com a decisão final sobre qual é a opção legislativa preferida:



1. Aprovação pelo Ministro, MITADER mas não pelo MIMAIP

O Artigo 37 (2) da Lei da Conservação de 2017 declara que a aprovação para o estabelecimento das áreas de conservação comunitárias entre 1000 e 10.000 hectares (que inclui todos os 6 locais do FishCC), exige a aprovação do Ministro do MITADER. Isto significa que a designação de áreas comunitárias de gestão das pescas não está sob a autoridade do Ministro responsável pelo sector, o que é invulgar. Legalmente, a designação nem sequer exige a contribuição ou aprovação do Ministro do MIMAIP. Isto levanta três preocupações:

- i. se o processo de aprovação dentro do MITADER, e a coordenação entre os dois ministérios, irá atrasar indevidamente os processos de designação.
- ii. se a Lei da Conservação deve ser alterada para exigir que, quando as designações de conservação são aplicadas a ambientes de pesca marinha, a contribuição e aprovação do Ministro do MIMAIP seja necessária.
- iii. se existe um conhecimento especializado adequado no MITADER para facilitar a tomada de decisões sobre as designações num ambiente marinho ou no contexto das pescas.

No seu conjunto, as três preocupações acima referidas apontam para as vantagens de manter o controlo dos processos de co-gestão das pescas sob um único ministério das pescas responsável.

2. Exigência de consentimento da comunidade para o licenciamento de terceiros

O Artigo 22 (3) da Lei da Conservação, 2017 estabelece que "*o licenciamento para exploração de recursos a terceiros só pode ser feito com o consentimento prévio das comunidades locais*". O termo 'terceiros' não é definido em nenhum outro lugar. Este parágrafo tem relação directa com a questão levantada na Lição 11 acima sobre a concessão de direitos de acesso preferenciais às comunidades piscatórias locais.

A exigência de consentimento pelas comunidades locais para o licenciamento de *terceiros* poderia ser entendida como um reconhecimento formal dos direitos de acesso preferenciais. No entanto, isso depende da definição de "terceiros" num contexto de pesca. Os pescadores artesanais migrantes necessitam de ter uma licença para pescarem num distrito diferente do seu distrito de origem. O Artigo 22(3) significa que essa licença não abrangeria a pesca numa *área de conservação comunitária* a menos que seja dado consentimento explícito pelas comunidades envolvidas? A mesma pergunta se aplicaria ao licenciamento de embarcações semi-industriais. Estas questões exigem mais consideração e esclarecimento por parte do MITADER e do MIMAIP. Pelo lado positivo, o Artigo 22(3) poderia fornecer a base legal que o MIMAIP tem procurado para justificar e apoiar o reconhecimento de direitos de acesso preferenciais para as comunidades piscatórias locais dentro de uma *área de conservação comunitária*.

Direita: uma tartaruga marinha recém-eclodida faz o seu caminho em direcção ao oceano

LIÇÃO 28: É importante considerar designar áreas de gestão comunitárias das pescas dentro das áreas protegidas

Dois dos seis locais do FishCC foram seleccionados deliberadamente em áreas protegidas designadas ao abrigo da Lei da Conservação; Mefunvo no *Parque Nacional de Quirimbas* (QNP) e Machangulo na *Reserva Marítima Parcial da Ponta do Ouro*. Isso foi feito para explorar a viabilidade de designar áreas de gestão comunitária das pescas dentro de áreas protegidas

Uma vantagem da recente decisão do MIMAIP de designar as áreas de pesca comunitárias como *áreas de conservação comunitárias* utilizando a mesma Lei da Conservação, é que as designações dentro das áreas protegidas estarão pelo menos sob o mesmo quadro de aprovação. Dito isto, não está claro no texto da Lei da Conservação se uma *área de conservação comunitária* pode ser designada como estando dentro de uma área protegida existente, como um *parque nacional*, uma *reserva marinha* ou uma *área de protecção ambiental*, ou como estando incorporada de outra forma no seu plano de zoneamento. Esta questão poderá necessitar se uma clarificação pelo MITADER.

LIÇÃO 29: Incluir uma visão para a gestão espacial da pesca artesanal no PESPA II

Como descrito na Secção 1.3.3. acima, o actual projecto de *Plano Estratégico para o Subsector da Pesca Artesanal (2019-25)* [PESPA II] não contém actualmente qualquer visão ou declaração objectiva relacionada com a adopção de uma abordagem espacial para a gestão da pesca artesanal. A experiência do projecto FishCC apoia a adopção de uma tal visão a nível nacional. Como tal, a PESPA II poderia articular uma visão segundo a qual todas as áreas de pesca artesanal próximas da costa serão englobadas nas *áreas de conservação comunitárias* como o acordo de governação por defeito, excepto quando uma área for especificamente designada de outra forma, como outra categoria de área protegida, ou para desenvolvimento industrial, como um porto ou para extracção mineira.

Visões semelhantes para adopção generalizada de áreas de gestão da pesca comunitária como opção por defeito, para a gestão da pesca artesanal, estão a ser formalizadas nos quadros de governação das pescas tanto na Tanzânia como no Quênia.



4.3.2. Estrutura e membros dos CCPs



LIÇÃO 30: Incentivar uma ampla adesão aos CCPs, apoiada pelo registo dos pescadores e cartões de identidade



O reduzido número de membros dos CCPs, levando a uma percepção dos CCPs como um pequeno grupo de interesses dentro da comunidade em vez de uma entidade democrática representando todos os pescadores, tem sido um desafio de longa data para a eficácia dos CCPs em Moçambique. Em 2017, os CCPs nas províncias de Nampula, Zambézia e Sofala tinham em média apenas 17 membros cada (ADNAP). Até certo ponto, esse reduzido número deriva de uma confusão entre os papéis dos comités do CCP e das assembleias do CCP (Lição 31).

No início do projecto FishCC, os CCPs em todos os 6 locais não funcionavam e tinham um número muito reduzido de membros. O projecto investiu recursos para revitalizar com sucesso os CCPs. Os gestores de campanha do FishCC promoveram a ideia de que todos os membros da comunidade envolvidos em actividades relacionadas com a pesca deveriam ser membros dos CCPs (se o quiserem ser).

No final do projecto, o número de membros dos CCPs para mais de 90% em 5 dos 6 locais do FishCC. A excepção foi em Mombaça, que tem um número muito maior de pescadores.

Uma inovação valiosa experimentada no âmbito do projecto FishCC, que incentivou os elevados níveis de adesão ao CCP, foi o registo electrónico dos pescadores através de uma aplicação para telemóvel (ver a secção 3.1.1 acima), e a entrega de cartões de identidade em plástico duradouros aos pescadores registados. O processo teria sido ainda mais melhorado se os cartões de identidade declarassem explicitamente que o titular é um membro do CCP.

Cartões modificados também poderiam ser fornecidos aos detentores de cargos nos comités executivos dos CCPs. Os cartões de identidade ajudam a reforçar o sentido de identidade do grupo. O registo electrónico tem benefícios adicionais no contexto da manutenção de bases de dados de pescadores a nível distrital e nacional para licenciamento.

Os Gestores de Campanha do FishCC testemunharam que a conquista de uma ampla adesão aos CCPs foi parte integrante do seu trabalho em envolver as comunidades piscatórias e obter consenso em pontos-chave, como a identificação de zonas de pesca com proibição de capturas. Deve ser incentivada uma ampla adesão às assembleias dos CCPs a nível nacional e integrada através dos estatutos dos CCPs, do Manual de Co-Gestão e de todos os esforços relevantes de construção de capacidade com os CCPs.

LIÇÃO 31: Incentivar a prestação de contas pelos comités dos CCPs aos membros da assembleia geral dos CCPs

Foi verificado, durante as consultas à comunidade para elaboração deste relatório que a referência “ao CCP” foi invariavelmente interpretada como dizendo respeito apenas ao comité executivo do CCP (*comité de direcção*), que normalmente inclui 10-15 membros, não à assembleia geral CCP com uma participação mais alargada. Mesmo depois da ampliação do número de membros da assembleia geral do CCP, estes últimos ainda não são amplamente considerados como sendo "membros do CCP". Essa percepção mina substancialmente a ideia de um CCP como um órgão representativo, operando em nome de todos os pescadores, e responsável perante a assembleia geral dos pescadores através de eleições trienais.

Os Gestores de Campanha concordaram que ainda era um trabalho em progresso conseguir que o corpo mais amplo de pescadores se identificasse activamente como fazendo parte do CCP. Nos termos dos Regulamento das Pescas, os comités dos CCPs têm um papel fundamental no apoio à gestão das pescas locais. Portanto, é muito importante que exista um entendimento comum pelo qual os comités dos CCPs agem em nome de, e são responsáveis perante, um número maior de membros. A sensibilização e reuniões regulares da assembleia geral ajudam a alcançar este objectivo.

É altamente recomendável que este ponto esteja bem definido nos estatutos dos CCPs e no Manual de Co-Gestão em preparação pela ADNAP e IDEPA, e bem comunicado

aos funcionários das pescas provinciais e distritais.

Activar os CCPs para se envolverem na implementação dos planos comunitários de gestão das pescas contendo medidas que controlem o esforço de pesca (incluindo as reservas com proibição de capturas), levanta inevitavelmente desafios quanto à autoridade e poderes legais que os guardas dos CCPs têm para assumir esses deveres.

As disposições contidas na versão provisória revista do REPMAR¹¹¹ descrevem o papel dos CCPs, incluindo:

- *Apoiar as autoridades locais* responsáveis pela administração no licenciamento e *vigilância* das pescas;
- Participar na elaboração de propostas e na *implementação de medidas de gestão* na área geográfica da sua actividade;
- Participar na *implementação de mecanismos de acesso e restrição das pescas*, número de pescadores, equipamentos de pesca e outros;

Do acima exposto, surge a questão de até onde se espera que os guardas do CCP irão no desempenho destas funções, e onde está a linha entre as funções dos guardas do CCP e as das autoridades de execução, tais como polícia, polícia marítima e funcionários da Direcção Nacional de Operações (DNOP) do MIMAIP.

111 MIMAIP, em prep. (versão provisória de Fevereiro 2019)

LIÇÃO 32: Avaliar os poderes legais dos guardas do CCP e os procedimentos operacionais standard

Durante as consultas para este relatório, os CCPs em alguns locais do FishCC relataram a sua frustração com as repetidamente denunciadas actividades de pesca ilegal (normalmente por pescadores não locais) às administrações distritais (SDAE) e/ou à polícia marítima, mas sem qualquer acção de seguimento. Além disso, vários líderes dos CCPs exprimiram a necessidade da existência d um barco de patrulha para permitir que fizessem a sua própria vigilância. Isso levanta a necessidade da existência de *procedimentos de operação normalizados* (SOPs) para os oficiais do CCP na sua actividade de vigilância e cumprimento de deveres delineados no regulamento nacional das pescas.

Em particular, é necessária uma clarificação sobre o papel preciso dos guardas dos CCPs. É estritamente um papel de *vigilância e informação* dos casos de incumprimento dos regulamentos da pesca, ou existem circunstâncias em que um guarda poderá ter autoridade para tomar medidas de intervenção, por exemplo,

confiscar equipamentos de pesca ilegais. Em princípio, os regulamentos nacionais das pescas poderiam habilitar as administrações distritais (SDAE) a autorizar os guardas individuais do CCP a terem o poder de execução, agindo em nome da autoridade distrital. No entanto, seria necessário um procedimento legal bem definido, desde que condicionado a que o guarda do CCP recebesse a formação específica. Se, por outro lado, uma intervenção de imposição só pode ser empreendida por autoridades distritais, provinciais ou nacionais, coloca-se a questão de saber se isso é prático em zonas costeiras mais remotas. Se os guardas dos CCPs denunciarem o não cumprimento, mas isso não suscitar qualquer resposta das autoridades locais, a sua motivação para continuar a denunciar as infracções irá logicamente diminuir.

Estes desafios exigem uma clarificação nos instrumentos de governação das pescas relevantes, incluindo o regulamento nacional das pescas, o Estatutos dos CCPs, Procedimentos operacionais normalizados dos CCPs, o Manual de Co-Gestão, devendo também ser referenciados nos planos de gestão.



4.4. Capacidade de Facilitação e Papéis Institucionais

4.4.1. Capacidade de facilitação e extensão

O projecto FishCC, seguindo a abordagem *Fish Forever*, envolveu uma facilitação relativamente intensiva em cada local por um Gestor de Campanha durante um período de 24-30 meses, envolvendo (ver Fig. 2.1 acima):

- *6 meses a tempo inteiro de compromisso no terreno* para sensibilizar e envolver os membros da comunidade, compreender o contexto local, reactivar os CCPs e empreender o processo da FLAG;
- *1-2 meses a tempo inteiro de trabalho de gabinete* para preparar um relatório da FLAG, uma teoria da mudança e a estratégia da campanha de orgulho para cada local;
- *mais 6 meses de compromisso no terreno* para fazer um workshop sobre remoção de barreiras, preparar e implementar uma campanha de orgulho (de um dia), facilitar o registo dos pescadores, acompanhamento do projecto para os meios de subsistência e assim por diante.

Isto levanta a questão se, e como, um nível tão intenso de esforço de extensão poderia ser integrado nas operações das autoridades provinciais e distritais, ou em futuros projectos semelhantes, de uma forma que seja sustentável, acessível e prática.

Esquerda: Um homem numa canoa, a pescar perto da floresta de mangais.

LIÇÃO 33: Capacidade de facilitação da co-gestão e de oportunidades para o pessoal de campo do FishCC

O compromisso intenso da comunidade pelos gestores de campanha do FishCC foi muito importante para o progresso feito no âmbito do FishCC, em especial no estabelecimento de confiança, motivação e consciencialização entre os membros do comité do CCP. Tentar replicar o processo, sem investir numa facilitação intensiva, provavelmente resultaria num fracasso. Há exemplos passados disso na região WIO.

Os gestores de campanha do FishCC, estimaram que um oficial de extensão distrital capaz, *com uma formação adequada* e experiência, seria capaz de conduzir o tipo de processo seguido no âmbito do FishCC com 2-3 CCPs em paralelo, durante aproximadamente um período de 2 anos. Os funcionários distritais de extensão envolvidos neste trabalho necessitariam, no entanto, de apoio técnico e supervisão. Os gestores de campanha FishCC relataram que de facto teriam beneficiado de *um apoio técnico mais regular* dos Gestores de Implementação do Programa Rare/IDEPA durante o trabalho no terreno. Ao desenvolver este tipo de trabalho no futuro, será necessária também uma capacidade técnica de supervisão e controlo a nível provincial (DPMAIP). Isto exigirá pelo menos a presença de 1-2 funcionários das pescas em cada escritório da DPMAIP com experiência significativa nas metodologias do tipo *Fish Forever* e que estejam familiarizado com o enquadramento de governação da co-gestão das pescas em Moçambique. Isto proporcionaria um ponto de ancoragem para a colaboração e parcerias adicionais de capacitação com ONGs.

Os seis gestores de campanha do FishCC são agora um trunfo importante a este respeito, dada a experiência que adquiriram através do envolvimento no FishCC. Cinco deles têm agora diplomas de MSc como resultado.

Todos expressaram a vontade de continuar a aplicar os conhecimentos adquiridos na co-gestão das pescas, potencialmente numa função mais de supervisão, para que possam transmitir a sua aprendizagem a outros funcionários de extensão. Nos seus postos actuais, cobrem cinco das províncias costeiras (Nampula, Zambézia, Sofala, Inhambane e Maputo). Seria aconselhável que as autoridades nacionais e provinciais tomassem medidas activas para garantir o seu envolvimento em projectos relevantes em curso, para que não se perca a oportunidade de tirar partido da sua experiência.

4.4.2. *Papéis institucionais e mecanismos de governação*

Alguns funcionários e oficiais envolvidos na implementação do projecto FishCC ao nível provincial¹¹² sentiram que a implementação do projecto FishCC não foi suficientemente descentralizada a nível nacional, e que os escritórios da DPMAIP deveriam ter tido mais poder para assumir um papel de liderança na supervisão da implementação em cada local.

O FishCC procurou experimentar uma abordagem espacial da co-gestão das pescas, nova em Moçambique, em parte para avaliar a sua adequação. Assim, foi considerado adequado que as instituições do governo central (especialmente IDEPA, ADNAP) desempenhassem um papel de liderança na implementação do projecto. No entanto, a observação levanta uma importante questão sobre quais devem ser os respectivos papéis das autoridades nacionais, provinciais e distritais na implementação deste tipo de abordagem à co-gestão das pescas no futuro.

Nível nacional:	Desenvolvimento geral e coordenação do quadro de governação da co-gestão das pescas, incluindo abordagens metodológicas, políticas, legislação e instrumentos subsidiários	Grupo de Trabalho Nacional para a Co-gestão das Pescas, ADNAP, IDEPA
	Dar formação e capacitação sobre o acima exposto, em particular às DPMAIPs e SDAEs,	ADNAP, IDEPA
	Responsabilidade geral pela preparação e controlo da qualidade dos planos de gestão para as áreas de gestão comunitária	ADNAP
	Pesquisa de linha de base para apoiar o planeamento da gestão	IIP, IDEPA, DEPI
Nível Provincial	Coordenação e apoio técnico na implementação da co-gestão das pescas na província	DPMAIP (funcionários dedicados à co-gestão das pescas)
	Formação e aumento das capacidades dos extensionistas, CCPs	
	Apoiar a ADNAP na preparação dos planos de gestão para as áreas de gestão comunitárias	
Nível Distrital	Envolvimento das comunidades piscatórias e facilitação do planeamento participativo da co-gestão	SDAE (extensionistas das pescas)
	Formação e aumento das capacidades dos CCPs	

LIÇÃO 34: Definir claramente os respectivos papéis aos níveis nacional, provincial e distrital

Os respectivos papéis para aplicar uma abordagem espacial à co-gestão das pescas in Moçambique estão a ser definidos em vários instrumentos como parte do enquadramento emergente da governação da co-gestão das pescas, em especial os *Acordos de co-gestão*¹¹³ a serem assinados entre as autoridades provinciais e distritais e os CCPs, e o *Manual da co-gestão*¹¹⁴ em preparação pela Administração Nacional das Pescas e o IDEPA. No entanto, são apresentadas abaixo algumas sugestões complementares derivadas da experiência do projecto FishCC. O desembolso adequado de fundos para DPMAIPs e SDAEs será essencial para que possam cumprir as funções acima referidas.

LIÇÃO 35: Evitar estabelecer mecanismos de governação para a co-gestão que possam gerar conflitos

Em linha com a metodologia *Fish Forever*, o projecto FishCC procurou estabelecer grupos de trabalho (*Grupo de Trabalho das AGC e ARR*) em cada local do FishCC, que teriam um papel permanente na supervisão da implementação do plano de gestão para essas áreas de gestão comunitária, de acordo com a figura abaixo.¹¹⁵



Os grupos de trabalho em cada local eram compostos por 6 membros:

1. Técnico de turismo da autoridade distrital (Presidente)
2. Funcionário distrital responsável pelo meio ambiente
3. Um pescador influente
4. Membro da comunidade envolvido no negócio das pescas
5. Funcionário do IIP a nível provincial.
6. Um funcionários das pescas do DPMAIPG com experiência em co-gestão

Embora tenham sido criados grupos de trabalho em cada local, não eram muito funcionais e os Gestores de Campanha viam-nos como conceitualmente defeituosos. Em especial:

- A estrutura de governação descrita acima parece minar o papel dos CCPs como definido no REPMAR. A monitorização e avaliação e vigilância, em particular, são funções do CCP;
- Não é claro que o custo de convocar regularmente um grupo deste tipo seja sustentável a longo prazo, tendo em conta que contém tanto representantes distritais como provinciais;
- Já existem comissões de co-gestão das pescas a nível distrital,¹¹⁶ que já não se reúnem regularmente devido à falta de fundos;

113 ADNAP. Acordos Locais de Co-gestão dos

Recursos Piscatórios, versão provisória do modelo de Maio de 2019

114 ADNAP. Manual de Co-gestão. versão provisória de Maio de 2019.

115 MIMAIP, 2019 (a to f)

116 Existem fóruns distritais e provinciais - Comitês de Co-gestão das Pescas (CCG) - a nível nacional Comissão da Administração Pesqueira (CAP)

A co-gestão, por definição, exige uma estrutura de governação participativa. Por outro lado, uma lição amplamente aprendida da co-gestão de recursos naturais em todo o mundo é, sempre que possível, utilizar os órgãos estatutários existentes, em vez de criar novos órgãos, se o tempo e os custos envolvidos em mantê-los activos não forem sustentáveis. As áreas de gestão das pescas comunitárias são um novo tipo

de entidade em Moçambique e é necessária uma estrutura de governação adequada. Entretanto, pode ser mais eficiente e sustentável reactivar os comités distritais de co-gestão das pescas existentes e fazer com que façam a supervisão, através de todos os líderes do CCP que participam em reuniões regulares de 3 ou 6 meses.

4.5. Uma Abordagem ao Marketing Social

LIÇÃO 36: As teorias da mudança na abordagem Fish Forever foram valiosas, mas devem ser formuladas de uma forma robusta.

A abordagem sistemática no âmbito da iniciativa *Fish Forever* para definir as teorias da mudança e objectivos SMART (ver Quadro 3.14 acima), como base para identificar a mudança de comportamentos desejada pelos pescadores para alcançar os resultados definidos na gestão das pescas, tem um valor real. Forneceu um esquema claro de lógica que justifica as mensagens de campanha (marketing social) sobre questões específicas e identifica a mudança de comportamentos esperada, necessária para alcançar os objectivos de gestão das pescas. As metas SMART fornecem adicionalmente uma estrutura para medir o impacto das intervenções, e o progresso para alcançar os objectivos, que fornecem a base para as estruturas de resultados do plano de gestão (Lição 16). Como tal, as teorias da mudança da abordagem *Fish Forever* poderiam ser aplicadas mais amplamente no contexto do desenvolvimento da co-gestão das pescas a nível comunitário em Moçambique.

Dito isto, as teorias da mudança e os objectivos SMART para os locais do FishCC (ver Quadro 3.14) poderiam ter sido formuladas de uma forma muito mais robusta. As lições para uma melhor formulação incluem (ver detalhes adicionais na secção 3.4.2):

- i. **Calendário:** Para garantir que são realistas, o âmbito das teorias da mudança e dos objectivos SMART deve cobrir um período de 5 a 10 anos, servindo assim para dar informações para a preparação de planos de gestão para 5 a 10 anos para um determinado local. Os objectivos SMART podem também incorporar as metas de curto prazo para intervenções específicas do projecto, mas não se devem limitar aos prazos do projecto quando o prazo é muito curto para conseguir fazer mudanças.
- ii. **Número das fases da Teoria da Mudança** Embora o modelo da teoria da mudança da iniciativa *Fish Forever* tenha sete etapas, estas podiam em muitos casos provavelmente ser simplificadas para cinco, *sujeitas*

à consideração das circunstâncias específicas em cada local. As *Alterações no comportamento* e a *redução das ameaças* podem ser fundidas e as *comunicações interpessoais* removidas.

iii. Foco integrado no controlo

dos equipamentos e zonas com proibição de capturas. Apesar do facto de que as teorias da mudança para cada local do FishCC, se focarem geralmente num único assunto (*ou* um problema relacionado com o controlo dos equipamentos *ou* uma reserva com proibição de capturas), em muitos casos será provavelmente aconselhável considerar incorporar *ambos*, ou seja, o controlo de equipamentos *e* a reserva com proibição de capturas. Isto deve ser possível sem complicar demasiado a estrutura, mas, mais uma vez, dependerá das circunstâncias em qualquer local.

iv. Eliminação de barreiras

económicas: as teorias da mudança devem reconhecer adequadamente que as barreiras económicas se devem à mudança de comportamento das pescas, e evitar assumir que o conhecimento e a conscientização podem, só por si, necessariamente levar a mudanças. As barreiras económicas não foram bem articuladas nas teorias da mudança para os locais do FishCC. Da mesma forma, as iniciativas complementares para os meios de subsistência devem, na medida do possível, abordar especificamente as mesmas barreiras económicas, e não serem desenvolvidas como uma iniciativa separada e paralela

v. É extremamente importante fazer a supervisão técnica e o controlo da qualidade para garantir que as etapas da teoria da mudança e os objectivos SMART sejam formulados de forma

consistente. Em particular, é necessário ter em conta que os objectivos SMART irão fornecer uma base para a concepção e medição do impacto das intervenções de gestão.

LIÇÃO 37: Os inquéritos KAP têm de ser adaptados localmente e ser replicáveis

Como descrito na secção 3.2.3 [iv] acima, a decisão de aplicar um questionário normalizado globalmente para o 2º inquérito KAP dificultou o acompanhamento das mudanças no conhecimento, atitudes e práticas, de uma forma consistente e significativa. A decisão de aplicar um questionário genérico é especialmente surpreendente, tendo em conta o nível de esforço investido no desenvolvimento de teorias da mudança detalhadas para cada local, com objectivos SMART, abordando questões de gestão das pescas específicas do local, tudo isto reflectido nos questionários de linha de base (1º KAP). A aplicação de perguntas genéricas, globalmente normalizadas, resultou numa perda crítica da resolução dos dados que tornou todo o exercício de rastreio dos conhecimentos, atitudes e práticas muito menos útil para o objectivo de fazer avançar a co-gestão sustentável das pescas em cada local do FishCC.

É aconselhável que os futuros inquéritos KAP, quer sejam feitos nos seis locais do FishCC ou em qualquer outro lugar em Moçambique, apliquem instrumentos de inquérito que:

- **Sejam adaptados ao local.** Os questionários podem seguir uma estrutura standard, mas a formulação das perguntas deve ser específica para as questões da gestão das pescas identificadas em cada local;

- **Repitam com exactidão** os questionários de linha de base existentes, a menos que existam fortes razões para fazer alterações;
- **Sejam concisos**, para que os inquiridos não se cansem nem fiquem impacientes;
- **Permitam fazer uma análise quantitativa** e uma detecção de alterações. Assim, devem evitar perguntas abertas e demasiadas perguntas sim/não. Por exemplo, em vez de perguntar "*fala sobre as redes de praia com os seus colegas pescadores?*", em vez disso pergunte "*quantas vezes fala sobre...*" com uma escolha de 3 a 5 opções (por exemplo, de modo algum; 1-2 por mês; todas as semanas; quase diariamente);
- **Permitir que seja feita a desagregação** dos resultados por variáveis-chave do entrevistado, tais como sexo, idade, ocupação, tipo de equipamento, etc.

LIÇÃO 38: O marketing social é crítico, mas não resolve sozinho os desafios da gestão das pescas.

As limitações de tempo e financeiras no final do projecto FishCC significam que as campanhas de orgulho foram em grande parte limitadas a eventos de lançamento de 1 dia, distribuição de materiais com mensagens relacionadas e algumas actividades de acompanhamento limitadas. O timing e a fraca formulação do 2º inquérito KAP (Secção 3.3.4) significou que o teste quantitativo do impacto das campanhas foi de curto prazo e não foi consistente. Ao mesmo tempo, alguns gestores de campanha relataram resultados notáveis, tais como pescadores de praia no Inhassoro que concordaram em implementar um segundo defeso sazonal durante Fevereiro-Março de 2019.

É razoável assumir que houve alguns resultados significativos da campanha, apesar do seu reduzido tempo de implementação. No entanto, avaliar a eficácia deste tipo de abordagem de marketing social num contexto de co-gestão das pescas em Moçambique exige testes a longo prazo, em particular para examinar duas questões relacionadas:



- i. se as mudanças de atitude ou dos comportamentos a curto prazo observadas nalguns locais do FishCC podem ser mantidas ao longo do tempo;
- ii. que *intervenções complementares* são necessárias para sustentar mudanças de atitude ou de comportamentos, reconhecendo que os comportamentos da pesca são fundamentalmente impulsionados por imperativos económicos.

Este último ponto reconhece que as mudanças nos comportamentos da pesca são apenas parcialmente impulsionadas por mudanças nos conhecimentos e nas atitudes. Normalmente existem também *constrangimentos económicos* para as mudanças comportamentais que são pelo menos tão (ou mais) desafiadores de abordar. Um pescador que utiliza práticas insustentáveis pode ser persuadido pelo marketing social a mudar o seu comportamento. Mas o marketing social não permitirá que esse pescador compre equipamentos de pesca sustentáveis ou se diversifique para outro tipo de meio de subsistência. No âmbito da metodologia *Fish Forever*, estes constrangimentos económicos devem ser identificados na fase da *remoção de barreiras*.

Daí a inclusão de uma componente de meios de subsistência no projecto FishCC. Contudo, como o Quadro 3.14 demonstra, apenas 2 dos 6 locais do FishCC identificaram efectivamente indicadores relacionados com os meios de subsistência na fase de remoção das barreiras e apenas um local identificou metas quantitativas. Mais do que qualquer outra coisa, isto realça mais uma vez a lição 36 acima.

A lição mais ampla a tirar aqui é que, por mais que o marketing social e as campanhas de consciencialização sejam componentes integrais da mudança dos comportamentos da pesca, seria enganoso realçar demasiado o poder do marketing social para provocar mudanças duradouras. O marketing social deve ser combinado com uma mudança significativa, ou oportunidade, no ambiente económico, o que leva à secção final abaixo sobre as iniciativas para os meios de subsistência.



Uma longa faixa de praia rodeada por dunas, típica da costa Moçambicana.

4.6. Iniciativas para os meios de subsistência

Os projectos para os meios de subsistência no âmbito do FishCC foram atrasados e a sua implementação foi transferida para o projecto SWIOFish. Assim, não é possível tirar conclusões quanto à sua eficácia, por exemplo, na contribuição para os objectivos da gestão das pescas. No entanto, existem algumas lições relevantes sobre a selecção e o planeamento destes projectos.



Uma caixa de poupança para o PCR (grupo de poupança e empréstimos) em Pomene



LIÇÃO 39: Selecção de alternativas dos meios subsistência, compra de activos e acesso ao crédito.

Meios de subsistência alternativos:

Na concepção do projecto FishCC, foi previsto que as intervenções relacionadas com os meios de subsistência forneceriam *alternativas* para as capturas da pesca, por exemplo "nos sectores do turismo, aquacultura e outros"¹¹⁷. Estes ajudariam os pescadores a fazer a transição do acesso aberto para o *acesso gerido*. O termo "alternativa" implica que as intervenções relacionadas com os meios de subsistência permitiriam que alguns pescadores assumissem actividades de subsistência que não envolvem a captura de peixe.

Na prática, embora tanto a pesca como as oportunidades de subsistência não-piscatórias tenham sido identificadas pelas comunidades durante o processo de selecção de projectos, apenas os projectos de *pescaria de captura* foram priorizados e implementados. 4 locais do FishCC deram prioridade a projectos de pesca com cadeia de frio e 2 locais deram prioridade ao fornecimento de barcos para que os pescadores pudessem pescar mais longe da costa.

Portanto, nenhuma das intervenções foi, de facto, um meio de subsistência "alternativo". Este resultado está de acordo com a experiência de programas semelhantes na região do WIO. Embora existam oportunidades para o turismo, a aquacultura, etc. nalguns locais costeiros, essa é mais a excepção do que a regra.

Os pescadores são muitas vezes compreensivelmente avessos ao risco, por isso é mais apelativo modificar ou acrescentar valor a uma prática de subsistência que já é conhecida (ou seja, a pesca), em vez de embarcar em algo novo que requer novas capacidades e conhecimentos, e que pode acabar por se mostrar não ser viável.

Acesso ao crédito: Neste contexto, as iniciativas de poupança e crédito são muitas vezes uma alternativa poderosa à compra directa de activos de subsistência. No âmbito do FishCC, as intervenções dos grupos de poupança só foram introduzidas no último ano do projecto, pelo que houve pouco tempo para avaliar todo o seu potencial.

No entanto, é muito interessante notar que alguns membros da comunidade, através da participação em grupos de poupança e crédito (PCRs), puderam adquirir exactamente o mesmo tipo de pequenos equipamentos para a cadeia de frio (por exemplo, caixas frigoríficas) como foram fornecidos a outros membros da comunidade através dos projectos para os meios de subsistência separados. Mas a diferença é que os membros do grupo de PCR dispõem de um mecanismo sustentável que continuará a gerar benefícios sob a forma de acesso a empréstimos, o que significa que as suas empresas têm mais probabilidades de serem sustentáveis.

Aqueles a quem foram simplesmente fornecidos equipamentos não terão o mesmo mecanismo de apoio para ajudar a financiar as suas actividades.

Lição: ao nível dos *beneficiários individuais*, investir em iniciativas de poupança e empréstimos pode muitas vezes ter um impacto mais sustentável do que simplesmente a doação de bens e activo. Esta lição tem sido aprendida repetidamente em programas de desenvolvimento rural em toda a África e noutros lugares. Por outro lado, há limitações à escala do financiamento que pode ser gerado pelas poupanças e empréstimos. Assim, por exemplo, teria sido um grande desafio ter financiado a compra de uma máquina de gelo, gerador e torre de água (como em Machangulo) através de poupanças e empréstimos. Assim, onde existem *beneficiários ao nível da comunidade*, o fornecimento directo de activos pode ser mais justificável, não obstante os desafios de gerir esses activos de forma sustentável.

LIÇÃO 40: Importância de uma identificação justa e transparente dos beneficiários dos meios de subsistência

Em alguns locais do FishCC existiram falhas relativas à *igualdade e transparência* nos processos de identificação dos beneficiários das intervenções para os meios de subsistência, como descrito na Secção 3.3 acima. Esta falham incluíam:

- i. falta de documentação dos processos de selecção dos beneficiários, ou fazer com que fossem testemunhados por uma autoridade independente;
- ii. beneficiários que são principalmente membros do comité do CCP (Membra);
- iii. não desenvolvimento de acordos escritos vinculativos, mesmo quando o fornecimento de equipamentos de pesca alternativos se destinava a substituir as redes de praia não sustentáveis (Fequete)

É importante que a selecção dos beneficiários seja justa e transparente, para evitar a chamada *'captura pelas elites'* das oportunidades. Isso pode acontecer quando os procedimentos de selecção são mediados através de uma entidade como um comité do CCP, sem a devida responsabilização ou supervisão.

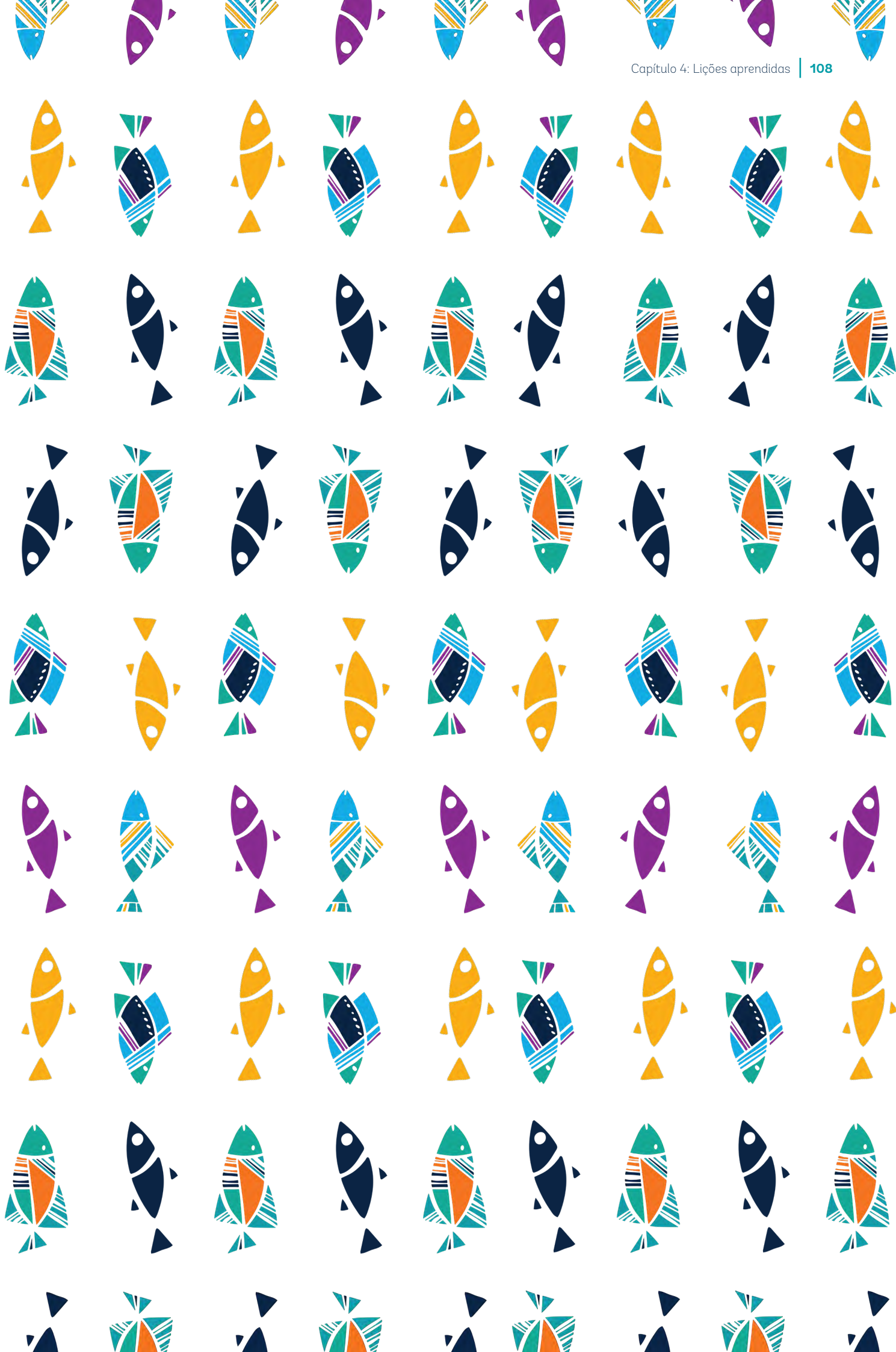
A situação pode ser complicada pelo facto de que pode parecer desejável incentivar os membros do comité do CCP, uma vez que o seu trabalho é frequentemente voluntário. Assim, se os benefícios dos meios de subsistência se acumularem para eles, isso pode ser visto como um meio para fortalecer a gestão do CCP. Mas isto é um engano.

Como destacado na Lição 39 acima, as oportunidades dos meios de subsistência no âmbito do FishCC tinham como objectivo mitigar o impacto das medidas de gestão das pescas que afectam *todos* os pescadores. Portanto, desviar os benefícios apenas para os membros do comité do CCP ou dos seus amigos é contraproducente, e provavelmente prejudicará os objectivos mais amplos para as pescas. O tratamento preferencial (injustiça) dos beneficiários, ou mesmo a percepção de tratamento preferencial (falta de transparência), pode resultar na alienação de outros pescadores e, inversamente, torná-los menos propensos a

adoptar uma atitude positiva em relação às medidas de gestão.

Portanto, é importante garantir que os beneficiários dos meios de subsistência sejam seleccionados através de processos justos e transparentes, supervisionados por uma parte neutra, como um prestador de serviços, uma ONG ou um funcionário do governo. Os processos de selecção devem ser acordados abertamente nas assembleias comunitárias, e os seus resultados documentados por escrito e testemunhados por líderes comunitários e terceiros independentes.





Referências

ADB (2001) Appraisal report for Artisanal Fisheries Development Project, Republic of Mozambique. Banco de Desenvolvimento Africano 68pp

ADB (2012) Completion report for Artisanal Fisheries Development Project, Republic of Mozambique. Banco de Desenvolvimento Africano 35pp

ADNAP (2011) A Gestão Participativa das Pescas. Documento técnico. Ministério das Pescas, Moçambique. 30 págs.

Benkenstien (2013) Small-Scale Fisheries in a Modernising Economy: Opportunities and Challenges in Mozambique. Governance of Africa's Resources Programme: Relatório de investigação 13. Instituto Sul Africano dos Assuntos Internacionais (SAIIA), Joanesburgo. 55 págs.

BioGlobal (2017) Avaliação final do impacto do projecto de pesca artesanal e de co-gestão (PPACG). Relatório ao Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura (IDEPA), Maputo. 80 págs.

Boletim da República (2006) Estatuto-Tipo do Conselho Comunitário de Pesca (CCP) III Série Número 27. 5 de Julho de 2006. Governo de Moçambique.

Boletim da República (2003) Regulamento Geral da Pesca Marítima. I Série Número 50. 10 de Dezembro de 2003. Governo de Moçambique.

CTV (2018) Levantamento ecológico de base sobre recifes de coral e florestas de mangal dentro ou próximo de cinco áreas de pesca de gestão comunitária. Relatório técnico do Centro Terra Viva submetido ao IDEPA, Maputo. 129 págs.

Evans L., Cherrett N., Pems D. (2011) Assessing the impact of fisheries co-management interventions in developing countries: Uma meta-análise. *Journal of Environmental Management*, Volume 92, Issue 8.

IFAD (2017) Artisanal Fisheries Promotion Project/ Projecto de Promoção da Pesca Artesanal (ProPESCA): Relatório de supervisão, Maio 2017. 94 págs.

IFAD (2013) Documento de atribuição de grandes subsídios: Strengthening Artisanal Fishers' Resource Rights Project (Projeto de Direitos aos Recursos dos Pescadores Artesanais ProDIRPA). 29 págs.

IFAD (2010) Project design document: Artisanal Fisheries Promotion Project/ Projecto de Promoção da Pesca Artesanal (ProPESCA), Vol 1 main report. 94 págs.

IFAD/IDEPA (2019) Relatório de conclusão do projecto: Strengthening Artisanal Fishers' Resource Rights Project (Projeto de Direitos aos Recursos dos Pescadores Artesanais ProDIRPA). 67 págs.

IIP (2017a) Levantamento de dados sobre a produção pesqueira artesanal, espécies e ecossistemas na área do PPAMC/Fish/CC, no período 2004 -2016. Relatório técnico para o projecto FishCC. Maputo. 31 págs.

IIP (2017b) Relatório sobre o levantamento de base sobre produção pesqueira artesanal e espécies em Mefunvo, Závora e Pomene em Novembro de 2017. Relatório técnico para o projecto FishCC. Maputo. 22 págs.

IIP (2017c) Mapeamento das Áreas de Pesca Artesanal dos Distritos de Angoche, Moma e Larde (Nampula). Maputo. 72 págs.

IIP (2016) Mapeamento das Áreas de Pesca da Província da Zambézia, distritos de Inhassunge, Quelimane, Namacurra, Mocubela, Maganja e Pebane. Maputo. 124 págs.

INGC (2009) Estudo sobre o Impacto das Alterações climáticas no Risco de Desastres em Moçambique: Relatório principal. Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, Moçambique. 338 págs.

Krueck NC, Ahmadi GN, Green A, Jones GP, Possingham, HP, Riginos C, Treml EA & Mumby PJ (2017) Incorporating larval dispersal into MPA design for both conservation and fisheries. *Aplicações ecológicas* 27 (3) 925-941. <https://doi.org/10.1002/eap.1495>

Lopes S (2017) Diagnóstico Participativo Sócio-Económico das Comunidades do Posto Administrativo de Machangulo. Relatório técnico da Fundação dos Parques da Paz, 69 págs.

Lopes S & Gervasio, H. (2003) Co-management of Artisanal Fisheries in Mozambique: Um caso prático do Centro de Pesca de Kwirikwidge. Distrito de Angoche, Província de Nampula: ICLARM, Manila, Filipinas.

Louro CMM, Litulo C, Fernandes RS, Pereira TIFC & Pereira MAM (2017) Fisheries in the western shores of the Ponta do Ouro Partial Marine Reserve, southern Mozambique: towards a holistic approach to management. Relatório Técnico Final apresentado à Fundação Ensemble e dos Parques da Paz. Centro Terra Viva, Maputo. 118 págs.

McClanahan TR & Kosgei JK (2019) Outcomes of gear and closure subsidies in artisanal coral reef fisheries. *Ciência da conservação e Prática*. DOI: 10.1111/csp2.114

MdP (2014) Process Framework for South West Indian Ocean Fisheries Governance and Shared Growth in Mozambique (SWIOFish Mozambique). Ministério das Pescas, Moçambique. 145 págs.

MdP (2010) Plano Director das Pescas 2010-19. Ministério das Pescas, Moçambique. 56 págs.

MdP (2007) Plano Estratégico do Subsector da Pesca Artesanal (PESPA), 2007-2011. Ministério das Pescas, Moçambique.

MdP (1996) Plano Director das Pescas, 1995-2005. Ministério das Pescas, Moçambique.

MICOA (2013) Estratégia Nacional de Mudanças Climáticas. Ministério para a Coordenação dos Assuntos Ambientais (MICOA), Maputo. 77 págs.

MICOA (2007) Programa Nacional de Adaptação de Acção (NAPA) sobre as alterações climáticas. Ministério para a Coordenação dos Assuntos Ambientais (MICOA), Maputo. 68 págs.

MIMAIP (em prep) Regulamento da Pesca Marítima (REPMAR). version of February 2019. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Maputo (MIMAIP). 76 págs.

Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Mefunvo, MIMAIP (2019a) Versão provisória do resumo infográfico de Abril 2019. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 2 págs.

Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Memba, MIMAIP (2019b) Versão provisória do resumo infográfico de Abril 2019. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 3 págs.

Plano de gestão das Pescarias Artesanais do Inhassoro, MIMAIP (2019c) Versão provisória do resumo infográfico de Abril 2019. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 3 págs.

Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Pomene, MIMAIP (2019d) Versão provisória do resumo infográfico de Abril 2019. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 3 págs.

Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Závora, MIMAIP (2019e) Versão provisória do resumo infográfico de Abril 2019. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 2 págs.

- Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Machangulo, MIMAIP (2019f) Versão provisória do resumo infográfico de Abril 2019. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 3 págs.
- MIMAIP (2019g) Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Machangulo, 2019-24 (versão provisória de Setembro de 2019). Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 42 págs.
- MIMAIP (2019h) Relatório Anual Período: Janeiro – Dezembro 2018: Projecto de Pesca Artesanal de Adaptação às Mudanças Climáticas (PPAMC/FISHCC). Projecto N.º P149992. Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP). 23 págs.
- MIMAIP (2018a) Plano de gestão das Pescarias Artesanais do Inhassoro, 2019-24 (versão provisória de Dezembro 2018). Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 44 págs.
- MIMAIP (2018b) Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Machangulo, 2018-22 (versão provisória de Novembro de 2018). Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 44 págs.
- MIMAIP (2018c) Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Mefunvo, 2019-24 (versão provisória de Dezembro de 2018). Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 46 págs.
- MIMAIP (2018d) Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Memba, 2019-24 (versão provisória de Dezembro de 2018). Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 33 págs.
- MIMAIP (2018e) Plano de gestão das Pescas Artesanais de Machangulo, 2019-24 (versão provisória de Dezembro de 2018). Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 50 págs.
- MIMAIP (2018f) Plano de gestão das Pescarias Artesanais de Závora, 2018-22 (versão provisória de Novembro de 2018). Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 46 págs.
- MIMAIP (2018g) Plano Estratégico do Sub-sector da Pesca Artesanal, 2019 – 2025 (PESPA II). Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, Moçambique 164 págs.
- Nickols, KJ, White JW, Malone D, Carr MH, Starr RM, Baskett ML & Botsford, LW (2019) Setting ecological expectations for adaptive management of marine protected areas. *Journal of Applied Ecology*. <https://doi.org/10.1111/13652664.13463>
- Nowlis, JS & Roberts CM (1999) Fisheries benefits and optimal design of marine reserves. *Fishery Bulletin*, 97, 604–616.
- PPF (2017) Projectos Comunitários de Geração de Rendimentos e Conservação dos

Recursos Naturais Costeiros e Marinhos no Posto Administrativo De Machangulo. Fundação dos Parques da Paz, 61 págs.

Rare (2019a) Relatório das Aprendizagens da Campanha de Orgulho do local de Mefunvo. Relatório técnico no âmbito do Programa Fish Forever, Escritório da Rare em Mozambique e Universidade Eduardo Mondlane. 108 págs.

Rare (2019b) Relatório das Aprendizagens da Campanha: Transformando a Campanha Num Orgulho da Comunidade de Memba. Relatório técnico no âmbito do Programa Fish Forever, Escritório da Rare em Mozambique e Universidade Eduardo Mondlane. 12 págs.

Rare (2019c) Relatório das Aprendizagens da Campanha de Orgulho: Local de Inhassoro. Relatório técnico no âmbito do Programa Fish Forever, Escritório da Rare em Mozambique e Universidade Eduardo Mondlane. 89 págs.

Rare (2019d) Relatório das Aprendizagens da Campanha de Orgulho: Local de Pomene. Relatório técnico no âmbito do Programa Fish Forever, Escritório da Rare em Mozambique e Universidade Eduardo Mondlane. 73 págs.

Rare (2019e) Relatório das Aprendizagens da Campanha de Orgulho: Local de Závora. Relatório técnico no âmbito do Programa Fish Forever, Escritório da Rare em Mozambique e Universidade Eduardo Mondlane. 75 págs.

Rare (2019f) Relatório das Aprendizagens da Campanha de Orgulho, Local de Machangulo. Relatório técnico no âmbito do Programa Fish Forever, Escritório da Rare em Mozambique e Universidade Eduardo Mondlane. 101 págs.

Rare (2019g) FishCC campanhas de orgulho: relatório consolidado. Relatório do projecto interno. Escritório da Rare em Moçambique, Maputo. 11 págs

Rare (2019 h) Relatório do resumo das principais realizações e lições aprendidas: Pesca artesanal e Projecto sobre as alterações climáticas (FishCC). Relatório interno da Rare, Maputo. 13 págs

Rare (2018a) Stemming the Tide of Coastal Overfishing: Resultados do Programa Fish Forever 2012–2017. Relatório completo, Julho 2018 Sede global da Rare, Virgínia EUA. 64 págs

Rare (2018b) Estratégia de marketing Social Para a melhoria da condição de vida das comunidades de pescadores em Mefunvo, Memba, Inhassoro, Pomene, Závora e Machangulo. Relatório entregue à Unidade de Implementação do Projecto FishCC, em Maputo. 24 págs.

Rare (2016) Site Evaluation for Fish Forever Mozambique Program. Technical report by Rare, Environmental Defense Fund and the University of California Santa Barbara Sustainable Fisheries Group. 104 págs

- Rare/IDEPA (2017a) A avaliação da situação das pescarias, condições ecológicas dos habitats e estabelecimento de metas: site de Mefunvo (FLAGS workshop report). (Relatório do workshop FLAGS) 10 págs
- Rare/IDEPA (2017b) A avaliação da situação das pescarias, condições ecológicas dos habitats e estabelecimento de metas: site de Memba (FLAGS workshop report). (Relatório do workshop FLAGS) 22 págs.
- Rare/IDEPA (2017c) Relatório sobre mapeamento das pescarias e definição de metas: site de Inhassoro (FLAGS workshop report). Relatório técnico. 26 págs
- Rare/IDEPA (2017d) Relatório sobre mapeamento das pescarias e definição de metas: site de Pomene (FLAGS workshop report). Relatório técnico. 25 págs
- Rare/IDEPA (2017e) Relatório sobre mapeamento das pescas e definição de metas: local de Závora (relatório do workshop FLAGS). Relatório técnico. 18 págs
- Rare/IDEPA (2017f) A avaliação da situação das pescas, condições ecológicas dos habitats e definição de metas: site de Machangulo (relatório do workshop FLAGS). (Relatório do workshop FLAGS) 22 págs.
- República de Moçambique (2013) Lei das Pescas n.º 22/2013. Governo de Moçambique
- SOFRECO (2018a) Estudo de identificação e preparação de alternativas de subsistência - Projectos Comunitários - no âmbito do FishCC: Manual de implementação de projectos comunitários. Technical report submitted to FishCC Project Implementation Unit, MIMAIP. 27 págs.
- SOFRECO (2018b) Estudo de identificação e preparação de alternativas de subsistência - Projectos Comunitários - no âmbito do FishCC: Anexos. Technical report submitted to FishCC Project Implementation Unit, MIMAIP. 246 págs.
- UNCTAD (2017) Fisheries exports and the economic development of least developed countries: Bangladeche, Camboja, as Ilhas Comoras, Moçambique, Mianmar e Uganda. Nações Unidas, Nova Iorque & Genebra. 64 págs.
- World Bank (2019) Implementation Completion and Results Report: Artisanal Fisheries and Climate Change Project, Mozambique. Environment & Natural Resources Global Practice, Africa Region, World Bank. Nova Iorque 50 págs.
- World Bank (2015) Project paper for Artisanal Fisheries and Change Project. Banco Mundial, Washington DC, 27 págs
- World Bank (2014) Project Appraisal Document (PAD) for the First South-west Indian Ocean Fisheries Governance and Shared Growth Project (SWIOFish) [P132123]: União de Comores, República de Moçambique, República Unida da Tanzânia. Banco Mundial Ambiente, NRM, WRM e DRM Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Região de África. 106 págs.

Anexo 1: Exemplo da versão provisória do infográfico de resumo do plano de gestão: Inhassoro



VISÃO

Gerir de forma eficaz a pesca artesanal para sustentar ecossistemas críticos e maximizar os benefícios sociais e económicos para as comunidades costeiras.

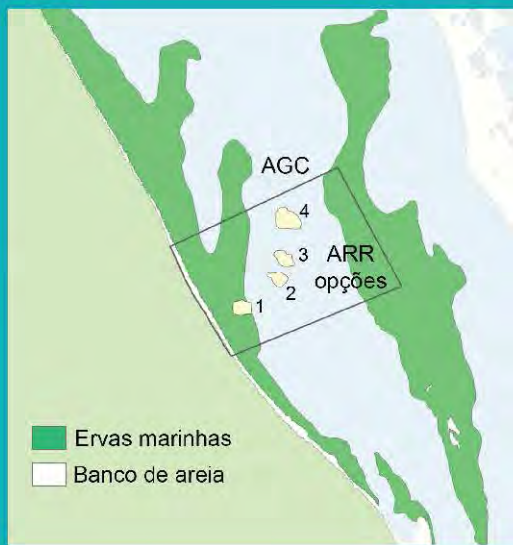


OBJECTIVOS

- Desenhar e estabelecer Áreas de Gestão Comunitárias e de Recuperação de Recursos (AGC + ARR) através de um processo participativo ligando o conhecimento local e teorias ecológicas.
- Desenvolver medidas de gestão apropriadas no âmbito da AGC+ARR que conduzam à uma pesca costeira sustentável.
- Garantir um processo participativo e inclusivo na gestão dos recursos pesqueiros

ESTRATÉGIA

A AGC+ARR é uma abordagem de gestão pesqueira baseada em direitos, sob autoridade do Conselho Comunitário de Pesca (CCP), que lida com as ameaças à pesca artesanal num contexto ecossistémico. Dentro da AGC, o acesso à pesca é gerido e os regulamentos da pesca são aplicáveis. Na ARR, a actividade pesqueira é proibida de modo a permitir o re-abastecimento e sustentar as espécies de peixe e proteger os ecossistemas e habitats pesqueiros essenciais. Os limites propostos da AGC+ARR aqui apresentados, foram desenvolvidos por meio de consultas com os pescadores, governo local, CCP e outras organizações de base comunitária para tomada de decisões em torno da gestão de espécies alvo. O sucesso desta abordagem requer 8 componentes chave, conforme a figura ilustrativa abaixo.



Comunidade de Fequete, Distrito de Inhassoro

~7,920 habitantes

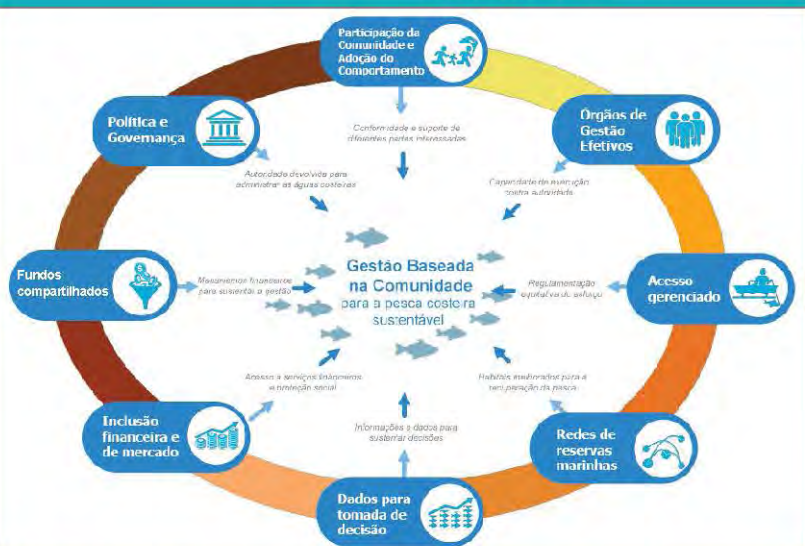
Ecossistemas Marinhos:
Zonas arenosas, formações rochosas, ervas marinhas, mangal

Ameaças ecossistémicas:
Sobrepesca, pesca destrutiva (arrasto), corte de mangal

Problemas socio-económicos: Redução de capturas, perda de receitas

Gestão Pesqueira:
Conselho Comunitário de Pesca de Fequete









Espécie alvo e recomendada* para gestão:



O apoio e participação dos pescadores são essenciais para o alcance de uma pesca artesanal sustentável. Abaixo são as várias formas de contribuição:

- Ser registado e licenciado
- Apoiar na monitoria das capturas
- Participar na tomada de decisões em torno de medidas de gestão
- Participar no estabelecimento da AGC+ARR
- Incentivar auto-organização dos pescadores e a responsabilidade da comunidade na gestão pesqueira local

METAS E MEDIDAS DE GESTÃO

<p>Definir Limites de Esforço para Limitar o Acesso de Pescadores dentro da AGC</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Registrar pescadores controlar o acesso à for AGC + ARR • Limitar o número de pescadores com acesso ao AG • Reduzir o número de artes de pesca permitidas 	<p>Comunicar Práticas de Pesca Sustentáveis</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Promover artes de pesca não destrutivas (por exemplo, linha de mão) • Partilhar detalhes da legislação pesqueira • Promover campanhas de conscientização sobre boas práticas de pesca 	<p>Determinar indicadores biológico de espécies importantes e conhecidas na AGC + ARR</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Anualmente monitorar espécies e informar sobre o estado do recurso • Produzir e disseminar informação biológica das espécies e seus habitats 	<p>Conserve Espécies Protegidas</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Implementar um sistema de registro de capturas • Realizar estudos para identificar áreas, tempos e ocorrência de espécies protegidas • Partilhar informações sobre espécies protegidas
<p>Apoiar prioridades e preferências das comunidades costeiras no acesso aos recursos costeiros</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a modernização necessária das embarcações de pesca e o desenvolvimento e da construção de embarcações locais para apoiar pescadores artesanais 	<p>Melhorar a fiscalização e vigilância</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Fornecer à AGC + ARR uma embarcação de fiscalização e vigilância 	<p>Diversificar meios de subsistência</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Promover práticas de aquicultura de pequena escala 	<p>Coordenar com as partes interessadas</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Realizar foruns de co-gestão ou reuniões periódicas entre os diferentes usuários de recursos • Esclarecer tarefas e responsabilidades na AGC+ARR
<p>Reduzir conflitos entre CPCs e outros pescadores</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Partilhar medidas de gestão das AGC+ARR 	<p>Superar conflitos entre o turismo e pesca</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Harmonizar os objetivos dos projectos de desenvolvimento local nas reuniões de co-gestão 	<p>Restaurar habitats</p>  <ul style="list-style-type: none"> • Conscientizar as comunidades sobre o impacto da destruição e degradação dos habitats 	

Regras de manejo e regulamento para o peixe coelho (Mbabe) - (*Siganus sutor*)



Regras e regulamentos definidas pela comunidade

- 45 dias de veda a partir de 15 de Julho à 30 de Agosto
- 45 dias de defeso a partir de 16 de Fevereiro à 15 de Março



Outras medidas de gestão

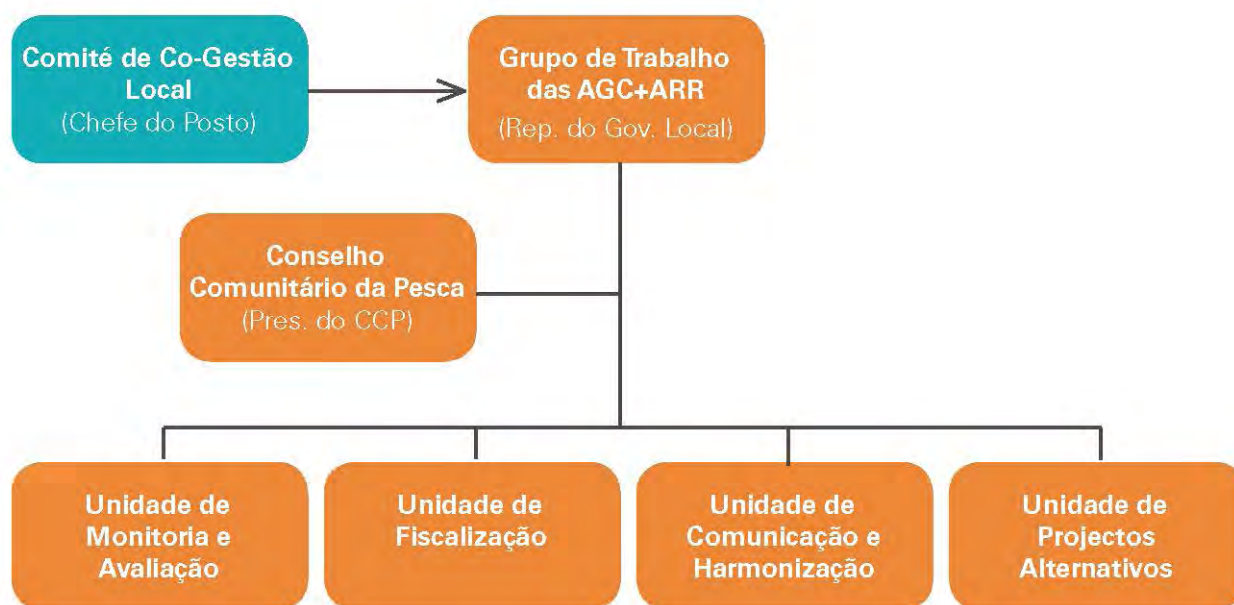
Recomendações da comunidade e do governo:

- Recomendado malha de 1.5 polegadas
- Não a pesca nos domingos
- Não a pesca no período noturno
- Não ao uso de rede de emalhar
- Não a novos licenciamentos à pesca de arrasto
- Limitado o arrasto à 1 lance por dia na maré alta
- Proteção total à espécies protegidas

Dentro dos limites da ARR serão aplicadas as seguintes medidas de control:

- Excepto em casos de emergência, dentro da ARR não será permitida passagem de embarcações;
- As seguintes actividades serão proibidas dentro da ARR:
 - o Todas actividades pesqueiras, extracção do recurso e outras práticas ilegais
 - o Mergulhar com luvas ou outros equipamentos que possam danificar os habitats
 - o Entrada de usuários não registados e não creditados;
 - o Destrução de habitats e colecta de recursos marinhos;
 - o Actividades que possam causar poluição marinha ou que sejam destrutivas à saúde e desenvolvimento da ARR
 - o Mergulho com recurso à compressores artefactos destrutivos
- As populações de peixe e limites da ARR serão revistos a cada 5 anos de modo a assegurar que eles estejam a proteger efectivamente as espécies críticas;
- A proibição da actividade pesqueira pode ser parcialmente levantada/abolida pela autoridade local sob as seguintes circunstâncias:
 - o Quando autorizadas por lei ou por decreto ministerial após assinatura do acordo de pesca
 - o Quando o manancial dentro da ARR está em nível controlado e que a actividade de pesca restrita e controlada pode ser autorizada

ESTRUTURA DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO COORDENADO PELO CCP



Agradecimentos

CCP de Fequete; Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP);
Governo do Distrito de Inhassoro; Banco Mundial; Fundo de Desenvolvimento Nórdico; RARE



FISH
FOREVER



WORLD BANK GROUP

1818 H Street, NW
Washington, DC 20433 USA

ph: +1 202 473 1000

worldbank.org/Mozambique/ilm



Government of
Mozambique



**NORDIC
DEVELOPMENT
FUND**

